

PAÍSES MENOS
DESENVOLVIDOS

MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS

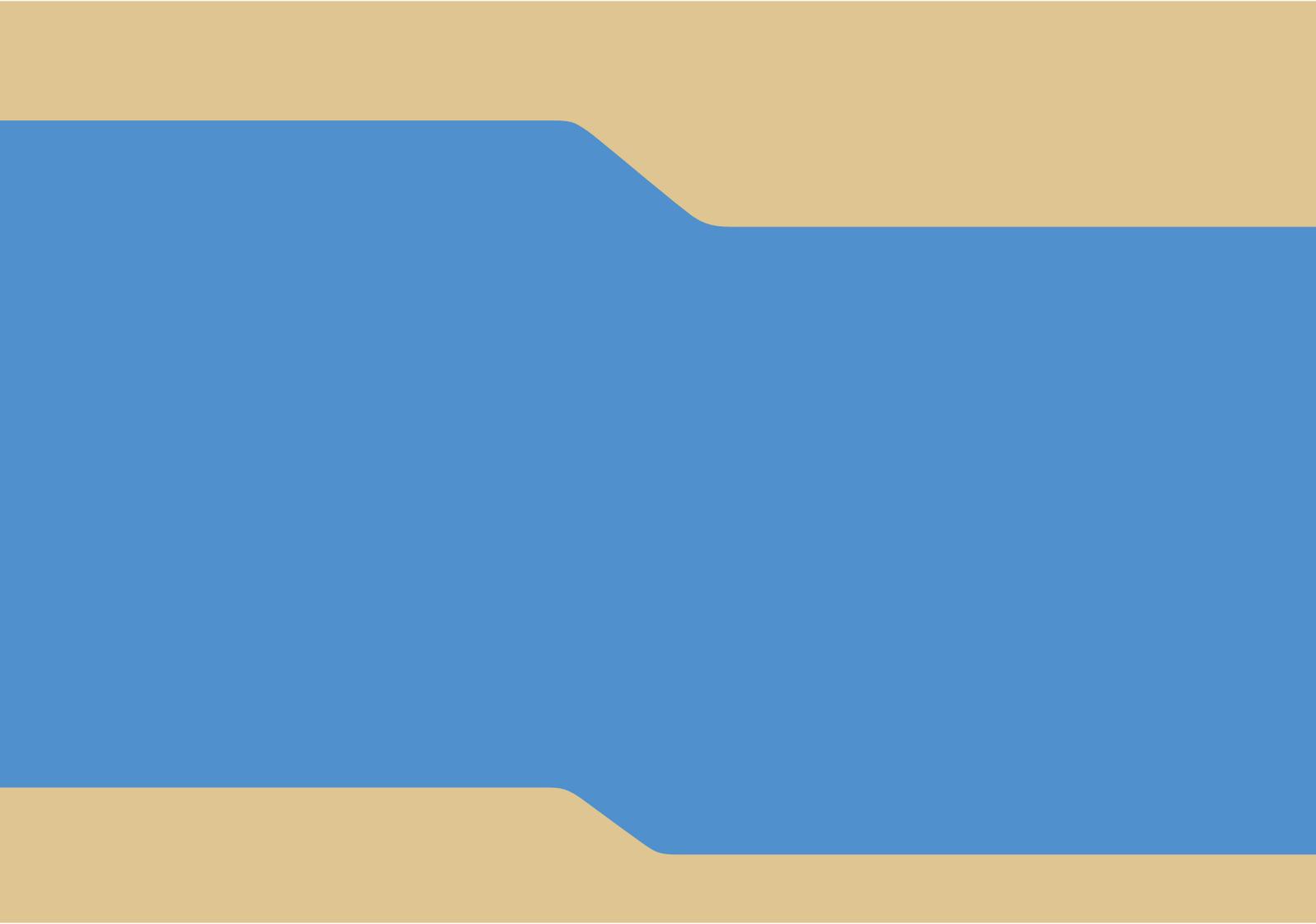
na abordagem à adaptação
nos países menos desenvolvidos,

volume **2**

GRUPO DE ESPECIALISTAS
DOS PMDS 2012



Nações Unidas
Convenção-Quadro
sobre Mudança do Clima



MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS

NA ABORDAGEM À ADAPTAÇÃO
NOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS,

VOLUME 2

GRUPO DE ESPECIALISTAS DOS PMDS 2012

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
PREFÁCIO	6
AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	13
PARTE 1 : HISTÓRICO	15
1.1 O programa de trabalho dos países menos desenvolvidos lança as bases para as ações de adaptação nas Partes países menos desenvolvidos	15
1.2 A elaboração de programas de ação nacional de adaptação está quase completa e a implementação se tornou o foco de atenção	16
1.3 A ampliação do fundo dos países menos desenvolvidos favorece Partes países menos desenvolvidos na implementação de medidas de adaptação	16
1.4 O Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos continua a prestar apoio sólido às partes países menos desenvolvidos	19
1.5 O trabalho relativo à adaptação no médio e longo prazos complementa o trabalho em curso nos países menos desenvolvidos	20
1.6 As vinculações entre o programa de trabalho dos países menos desenvolvidos e outros trabalhos são fortalecidas	20
PARTE 2 : EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS DE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO E OUTRAS ATIVIDADES DE ADAPTAÇÃO	23
2.1 Metodologia de seleção e coleta de experiências de países	23
2.2 Metodologia de seleção e coleta de experiências de países	23
2.3 Benin	25
2.4 Camboja	29
2.5 Libéria	35
2.6 Nepal	41
2.7 Ruanda	45
2.8 Senegal	49
2.9 Samoa	53
2.10 Sudão	57
2.11 Vanuatu	61
2.12 Zâmbia	65

PARTE 3 : MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS	69
3.1 Metodologia para o registro de lições e melhores práticas	69
3.2 Dez melhores práticas e lições aprendidas na abordagem à adaptação nos países menos desenvolvidos	70
3.2.1 Alinhamento do planejamento de adaptação no nível nacional por meio de estruturas institucionais eficientes	70
3.2.2 Garantia da adaptação sustentável por meio da boa coordenação no nível nacional	72
3.2.3 Cooperação com o Fundo Global para o Meio Ambiente, suas agências e outras partes interessadas em projetos e programas de adaptação	73
3.2.4 Fortalecimento da consideração da vulnerabilidade por meio da concentração em grupos vulneráveis	74
3.2.5 Documentação dos diferentes elementos do processo de adaptação nacional	75
3.2.6 Monitoramento e avaliação do planejamento e implementação da adaptação em diferentes níveis	77
3.2.7 Mobilização de recursos financeiros	78
3.2.8 Acesso a recursos do Fundo dos Países Menos Desenvolvidos: experiências mais recentes	80
3.2.9 Abordagens programáticas: ferramentas para equacionar necessidades de adaptação no médio e longo prazos	82
3.2.10 Adoção de abordagens setoriais no nível regional	84
ANEXOS	87
4.1 Situação da elaboração e implementação de programas de ação nacional de adaptação no âmbito do Fundo dos Países Menos Desenvolvidos	87
4.2 Projetos dos países menos desenvolvidos financiados pelo Fundo de Adaptação	92
4.3 Situação da implementação de programas de ação nacional de adaptação e envolvimento dos países menos desenvolvidos no Programa-Piloto para a Resiliência ao Clima e no Programa de Adaptação da África	93
4.4 Publicações selecionadas sobre adaptação pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	95
4.5 Documentos essenciais do Fundo dos Países Menos Desenvolvidos e publicações do Fundo Global para o Meio Ambiente	97

PREFÁCIO

Secretária Executiva, CQNUMC

O desafio da adaptação à mudança do clima, especialmente para os países menos desenvolvidos (PMDs), é uma questão amplamente reconhecida no processo da CQNUMC e em deliberações subsequentes sobre o assunto. Os programas de ação nacional de adaptação (PANAs) refletem esse fato ao reconhecer as necessidades urgentes e imediatas dos PMDs de se adaptar à mudança do clima e ao proporcionar uma janela especial para o financiamento de medidas para responder a essas necessidades. O processo do PANA e o estabelecimento do Fundo para Países Menos Desenvolvidos foram as medidas tomadas para sanar essa preocupação durante a sétima sessão da Conferência das Partes (COP) em 2001.



Hoje, a maioria dos PMDs já elaborou seus PANAs e deu início à implementação dos projetos identificados. Há evidências claras de que, por meio da elaboração e implementação de seus PANAs, os PMDs adquiriram expressivo conhecimento e consciência sobre a mudança do clima, desenvolveram melhores práticas e aprenderam lições valiosas.

Na décima-sexta sessão da Conferência das Partes em Cancún, México, realizada em dezembro de 2010, os governos também reconheceram que a adaptação deve ter a mesma prioridade que a mitigação, e adotaram o Quadro de Adaptação de Cancún (Cancun Adaptation Framework – CAF) para ampliar as ações de adaptação. O CAF inclui um processo que visa possibilitar aos PMDs formular e implementar planos nacionais de adaptação (national adaptation plans – NAPs), com base em sua experiência com os PANAs, assim como um convite para que outros países em desenvolvimento utilizem as modalidades formuladas em apoio a esses planos. Por ocasião de sua décima-sétima sessão, a COP adotou diretrizes preliminares para a formulação de NAPs por parte dos PMDs. A COP determinou, ainda, que o Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG) elaborasse diretrizes técnicas para os NAPs com base em suas diretrizes preliminares. Nesse contexto, outros países demonstraram maior interesse em aprender com as experiências dos PMDs no processo do PANA.

Em reconhecimento a esse interesse, o LEG, com o apoio do secretariado da CQNUMC, produziu uma publicação em vários volumes e em diversos idiomas (inglês, francês e português). O primeiro volume trata do processo do PANA. Este segundo volume apresenta uma síntese de experiências, melhores práticas e lições aprendidas com os aspectos de implementação dos PANAs, o programa de trabalho dos PMDs e outras iniciativas de adaptação. Estou convencida de que tudo isso ajudará os países a alcançar sucesso na condução do processo de NAPs.

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos aos PMDs, ao Fundo Global para o Meio Ambiente, suas agências e outros organismos, que fizeram inestimáveis comentários e contribuições para esta publicação.

A handwritten signature in black ink, which appears to be 'Christiana Figueres'.

Christiana Figueres, *Secretária Executiva*
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Dezembro de 2012

PREFÁCIO

Presidente do LEG



O Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG) foi estabelecido em 2001 como parte da estrutura para apoiar esses países a lidar com os impactos adversos da mudança do clima. Desde então, o LEG, em conformidade com suas competências originais, tem prestado orientação e assessoria técnica aos PMDs na elaboração e implementação de seus programas de ação nacional de adaptação (PANAs). Por meio de seu novo mandato, estabelecido na décima-sexta sessão da Conferência das Partes, realizada em 2010 em Cancún, México, o LEG agora também presta orientação e assessoria técnica sobre o seguinte: a revisão e atualização dos PANAs; o fortalecimento de considerações de gênero e aquelas relacionadas a populações vulneráveis; a integração dos PANAs ao planejamento do desenvolvimento; a identificação e implementação de ações de adaptação de médio e longo prazo e a implementação do programa de trabalho para os PMDs. Além disso, o LEG também oferece orientação e apoio técnico ao processo do plano nacional de adaptação (NAP).

Tendo em vista a natureza de sua função e estreita relação com os PMDs, o LEG teve o privilégio de testemunhar não somente os desafios enfrentados pelos PMDs, mas também o progresso e as conquistas obtidos na abordagem às suas necessidades de adaptação por meio do processo do PANA. Quase todos os PMDs concluíram a elaboração de seus PANAs, e agora estão em diferentes etapas da implementação dos projetos neles identificados. Os PANAs chamaram a atenção para a questão da mudança do clima, propiciaram experiência prática na implementação de projetos concretos de adaptação em campo e aumentaram o conhecimento coletivo acerca da adaptação à mudança do clima nos níveis nacional e internacional. O LEG, o secretariado da CQNUMC, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e suas agências, assim como outros parceiros e organizações, colaboraram ao longo de todo o processo dos PANAs no sentido de apoiar os PMDs em seu trabalho.

Embora persistam muitos desafios, chegou a hora de revelar as ricas experiências adquiridas pelos PMDs até o momento. A presente publicação, que constitui o segundo volume da série, baseia-se no primeiro volume e transmite experiências de PMDs selecionados na abordagem da adaptação por meio dos PANAs e outras iniciativas de adaptação. Baseia-se nessas experiências e em outras experiências dos outros PMDs, com o intuito de apresentar melhores práticas e lições aprendidas adicionais na abordagem da adaptação por meio dos PANAs e outras iniciativas. A publicação abrange experiências acerca de estruturas institucionais para coordenar o trabalho de adaptação no nível nacional, o trabalho com o GEF e suas agências, considerações preliminares sobre monitoramento e avaliação de esforços de adaptação, acesso e mobilização de recursos financeiros e adoção de abordagens programáticas.

Para muitos PMDs, essas melhores práticas e lições aprendidas proporcionarão informações valiosas para abordar a questão da adaptação, já que apresentam uma série de experiências que podem considerar, adaptar e aplicar às suas situações específicas. Essas lições também serão de grande utilidade para os países que estão dando início ao processo do NAP.



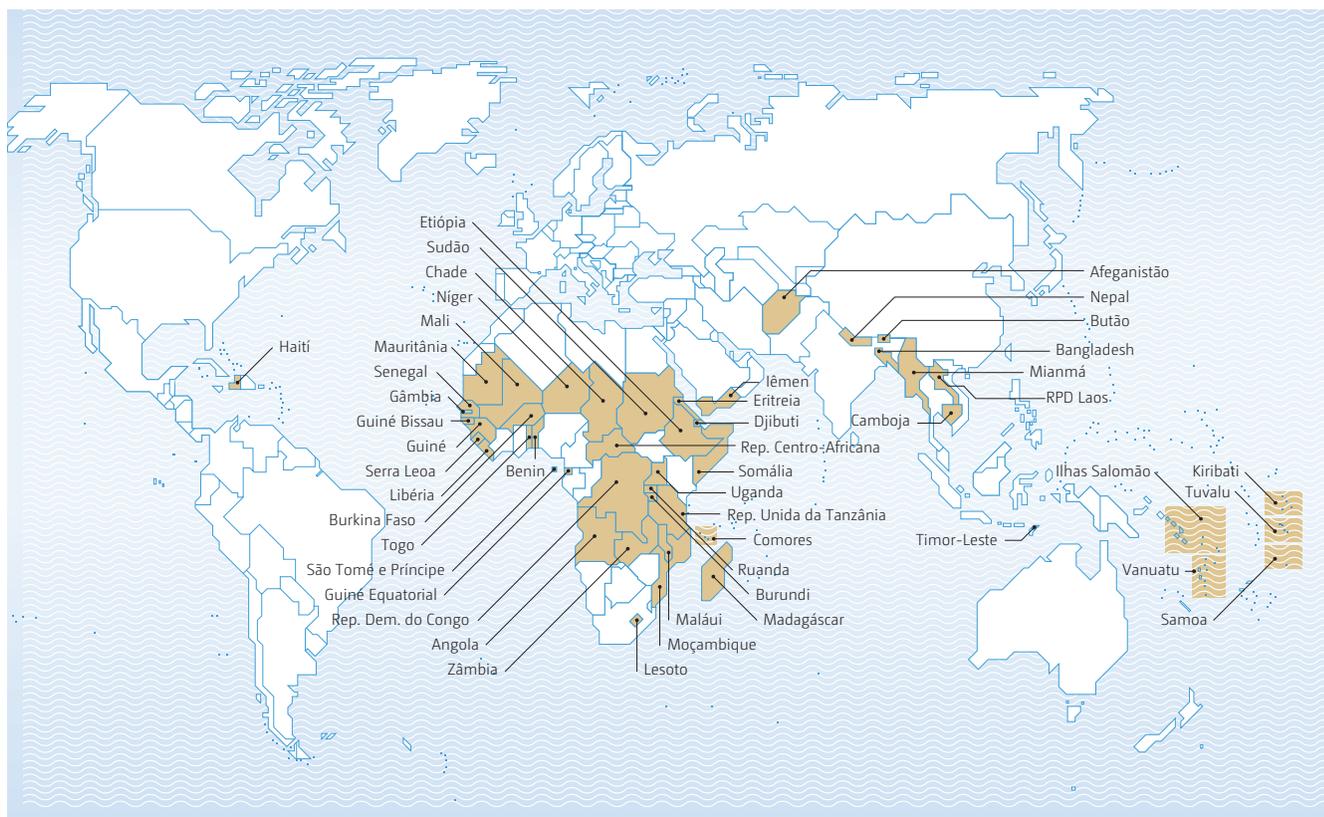
Pepetua Election Latasi, *Presidente do LEG*
Dezembro de 2012



AGRADECIMENTOS

A presente publicação foi elaborada pelo Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos com o apoio do Programa de Adaptação do secretariado da CQNUMC. Na realização desta tarefa, assistência e assessoria valiosos foram prestados por membros das equipes que trabalham em programas de ação nacional de adaptação em países menos desenvolvidos, e por representantes do Fundo Global para o Meio Ambiente e suas agências.

Figura 1 Países menos desenvolvidos partes da CQNUMC em dezembro de 2012



SIGLAS E ACRÔNIMOS

CA	Comitê de Adaptação
CEO	Diretor Geral (Chief Executive Officer)
CGE	Grupo Consultivo de Especialistas em Comunicações Nacionais das Partes não incluídas no Anexo I da Convenção
COP	Conferência das Partes
FAO	Organização para Agricultura e Alimentação
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GCOS	Sistema de Observação Global do Clima
GLOF	inundação provocada pela irrupção de lagos glaciais
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
LDCF	Fundo dos Países Menos Desenvolvidos
PMDs	Países Menos Desenvolvidos
LEG	Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos
NAP	Plano nacional de adaptação
PANA	Programa de ação nacional de adaptação
ONG	organização não-governamental
NWP	Programa de trabalho de Nairóbi sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima
PACC	Adaptação do Pacífico à mudança do clima
PIF	Formulário de identificação de projeto (ou proposta de projeto)
PPCR	Programa-Piloto de Resiliência ao Clima
PPG	Auxílio para a elaboração do projeto
PRODOC	Documento de projeto completo
SIDS	Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento
SPREP	Secretariado do Programa de Meio Ambiente Regional do Pacífico
UNCDF	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMM	Organização Meteorológica Mundial





INTRODUÇÃO

Em seus dez anos de existência, o programa de trabalho dos países menos desenvolvidos (programa de trabalho dos PMDs), em particular o processo do programa de ação nacional de adaptação (PANA), gerou uma riqueza de informações e experiências. As informações e experiências muito contribuíram para melhorar a compreensão de como lidar com a adaptação à mudança do clima. O Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG) prestou apoio ativo aos PMDs na elaboração e implementação de seus PANAs por meio da produção de guias, ferramentas, bancos de dados e publicações¹ multilíngues.

Esses esforços permitem a identificação e o compartilhamento de melhores práticas e lições aprendidas. As práticas e lições apresentadas nesta publicação demonstram a capacidade dos PMDs de elaborar e implementar medidas de adaptação com recursos limitados, e esperamos que incentivem outros países a formular e implementar iniciativas e a identificar alternativas às práticas atuais. A publicação também tem o objetivo de promover a troca de experiências no âmbito da comunidade de adaptação.

Esta publicação é a segunda de uma série de publicações produzidas pelo LEG, e pretende dar visibilidade a melhores práticas e lições aprendidas por meio do processo do PANA e de outras iniciativas de adaptação em PMDs.

O segundo volume, que é dividido em três partes, trata dos aspectos de implementação dos PANAs, do programa de trabalho dos PMDs e de outras iniciativas de adaptação originárias de PMDs. A primeira parte apresenta

informações contextuais sobre o programa de trabalho dos PMDs e trabalhos de adaptação que estão surgindo. A segunda parte traz uma compilação de perfis de dez países com o intuito de destacar os avanços feitos nos PMDs em relação à implementação de PANAs, do programa de trabalho dos PMDs e de outras iniciativas de adaptação. A terceira parte apresenta dez melhores práticas e as respectivas lições.

As melhores práticas e lições aprendidas que este segundo volume da publicação abrange são as seguintes:

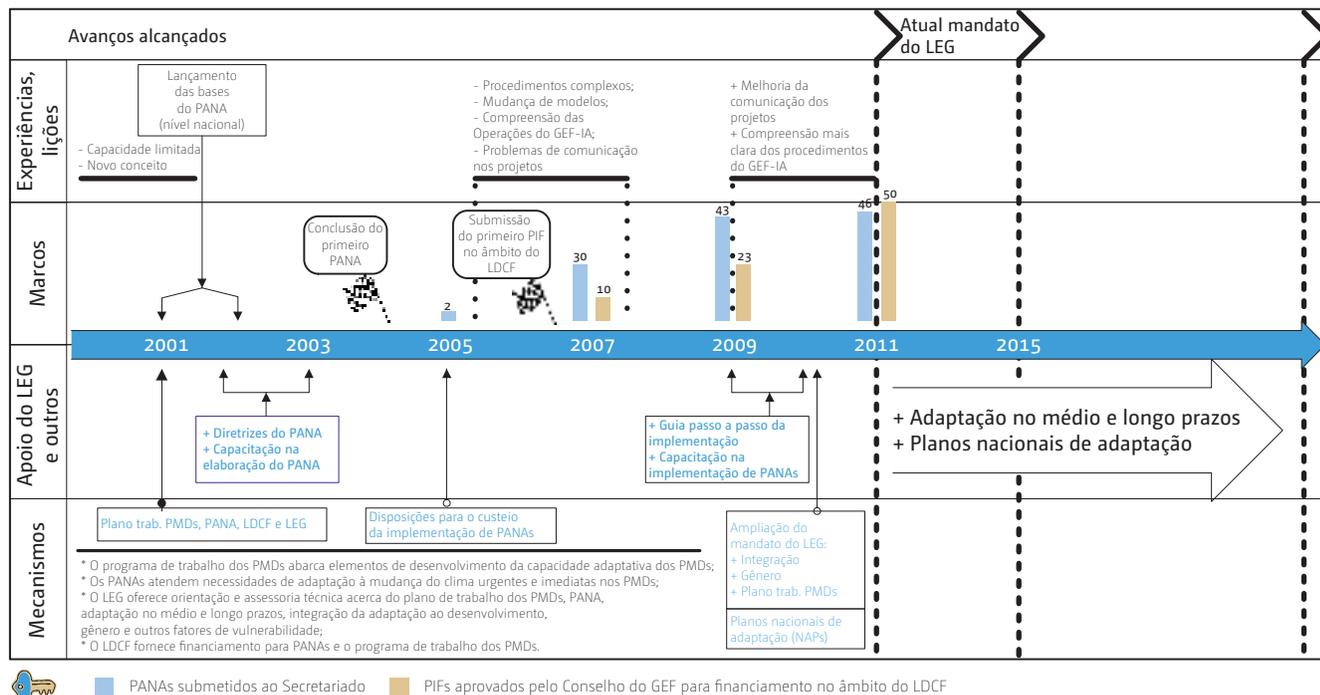
1. Alinhamento do planejamento de adaptação no nível nacional por meio de estruturas institucionais eficientes;
2. Garantia de um processo de adaptação sustentável por meio da boa coordenação no nível nacional;
3. Cooperação com o Fundo Global para o Meio Ambiente, suas agências e outras partes interessadas em projetos e programas de adaptação;
4. Fortalecimento da consideração da vulnerabilidade por meio do foco em grupos vulneráveis;
5. Documentação dos diferentes elementos do processo de adaptação nacional;
6. Monitoramento e avaliação do planejamento e implementação da adaptação em diferentes níveis;
7. Mobilização de recursos financeiros;
8. Acesso a recursos do Fundo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCF): últimas experiências;
9. Abordagens programáticas: ferramentas para equacionar necessidades de adaptação no médio e longo prazos;
10. Adoção de abordagens setoriais no nível regional.

¹ <<http://unfccc.int/4727>>.



PARTE 1: HISTÓRICO

Figura 2 Roteiro dos países menos desenvolvidos para a implementação dos programas de ação nacional de adaptação e os outros elementos do programa de trabalho dos países menos desenvolvidos



Símbolos: COP = Conferência das Partes; GEF = Fundo Global para o Meio Ambiente; AI = Agência de implementação do GEF; PMDs = países menos desenvolvidos; LDC WP = Programa de trabalho dos países menos desenvolvidos; LDCF = Fundo dos Países Menos Desenvolvidos, LEG = Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos; NAP = Plano nacional de adaptação; PANA = Programa de ação nacional de adaptação.

1.1 O PROGRAMA DE TRABALHO DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS LANÇA AS BASES PARA AS AÇÕES DE ADAPTAÇÃO NOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

A CQNUMC dá atenção especial aos PMDs no Artigo 4º, parágrafo 9, que afirma que “as Partes levarão em plena consideração as necessidades específicas e situações especiais dos PMDs em suas ações relativas ao financiamento e transferência de tecnologia.” Por força desse artigo, a Conferência das Partes (COP) da CQNUMC tem se esforçado para catalisar apoio, tanto no nível interno como externo à Convenção, para que os PMDs lidem com os efeitos adversos da mudança do clima.

Por ocasião de sua sexta sessão, a COP adotou uma resolução como contribuição para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre os PMDs, conclamando a Conferência a levar em consideração as necessidades e preocupações específicas e situações especiais dos PMDs decorrentes dos efeitos adversos da mudança do clima, e urgindo os países desenvolvidos que participam da

Conferência a reconhecer a necessidade de incorporar os efeitos adversos da mudança do clima em sua atual consideração de uma possível reforma na cooperação internacional para o desenvolvimento.² Esta Conferência aprovou o Programa de Ação de Bruxelas para os PMDs para o decênio 2001-2010,³ que incluía a redução da vulnerabilidade a choques naturais e a proteção do meio ambiente como um de seus compromissos.

Em sua sétima sessão, realizada em Marrakech em 2001, a COP instituiu o programa de trabalho dos PMDs,⁴ o Fundo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCF), e também o Grupo de Especialistas dos países Menos Desenvolvidos (LEG).⁵ Esses trabalhos marcaram o início do apoio mais

² Resolução 2/CP.6.

³ Assembleia Geral das Nações Unidas. 2001. Programa de Ação de Bruxelas para os Países Menos Desenvolvidos para o Decênio 2001 – 2010. Disponível em <http://www.un.org/special-rep/ohrls/lcdc/Contributions/Report%20of%20the%20LDC%20III_E.pdf>.

⁴ Decisão 5/CP.7.

⁵ Decisão 29/CP.7.

significativo prestado aos PMDs para enfrentar os efeitos adversos da mudança do clima ao longo da última década.

O programa de trabalho dos PMDs contém elementos para a elaboração e implementação de PANAs; fortalecimento de secretarias e/ou pontos focais nacionais de mudança do clima existentes e, nos casos necessários, apoio à sua criação, com vistas a ajudar os PMDs na implementação da Convenção e do Protocolo de Quioto; capacitação contínua em técnicas e linguagem de negociação; e fortalecimento da capacidade dos serviços meteorológicos e hidrológicos para a coleta, análise, interpretação e difusão de informações meteorológicas e climáticas a fim de viabilizar a implementação dos PANAs.

A promoção da sensibilização pública para as questões de mudança do clima e para o desenvolvimento e transferência de tecnologias, principalmente tecnologias de adaptação é, também, componente do programa de trabalho dos PMDs.⁶

Quadro 1: Os elementos do programa de trabalho dos países menos desenvolvidos conforme definido pela Conferência das Partes na decisão 5/CP.7

Elementos do programa de trabalho dos PMDs⁷

- (a) Fortalecimento de secretarias e/ ou pontos focais nacionais existentes voltados à mudança do clima e, quando necessário, estabelecimento dos mesmos, para a implementação efetiva da Convenção e do Protocolo de Quioto nos PMDs;
- (b) Oferta de treinamento contínuo em linguagem e técnicas de negociação, conforme a necessidade, para desenvolver a capacidade dos negociadores de Partes PMD de participar efetivamente do processo de mudança do clima;
- (c) Apoio à elaboração de PANAs;
- (d) Promoção de programas de conscientização pública para assegurar a disseminação de informações sobre questões relacionadas à mudança do clima;
- (e) Desenvolvimento e transferência de tecnologias, especialmente aquelas voltadas à adaptação (em conformidade com a decisão 4/CP.7);
- (f) Fortalecimento da capacidade de serviços meteorológicos e hidrológicos para a coleta, análise, interpretação e difusão de informações sobre o tempo e o clima, de modo a apoiar a implementação dos PANAs.

1.2 A ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ESTÁ QUASE COMPLETA E A IMPLEMENTAÇÃO SE TORNOU O FOCO DE ATENÇÃO

A maioria dos PMDs já concluiu a elaboração de seus PANAs. Até 30 de setembro de 2012, das 48 Partes PMD que haviam recebido verbas para a elaboração de PANAs, 47 haviam apresentado os programas ao secretariado. O mais recente PANA, de Angola, foi submetido em dezembro de 2011. A Somália é o último PMD a receber apoio para a elaboração do PANA, iniciado em julho de 2012.

Desde 2008, com um número crescente de PMDs que concluíram seus PANAs, o foco passou da elaboração para a implementação. Em 30 de setembro de 2012, 45 países haviam apresentado oficialmente um ou mais projetos de PANA ao GEF usando o formulário de identificação de projeto (PIF). No total, 86 PIFs foram aprovados, com financiamento do LDCF no montante de USD 357,85 milhões. Dos projetos aprovados, 42 receberam o endosso do Diretor Geral (CEO) do GEF para iniciar a implementação dos projetos em campo.

Assim, logo será possível realizar uma avaliação completa da eficácia dos PANAs na redução da vulnerabilidade dos PMDs à mudança do clima. Prevê-se a ampliação do valor gerado pela implementação dos PANAs no que diz respeito à satisfação das necessidades urgentes dos PMDs e à oferta de experiência em atividades de adaptação concretas e tangíveis.

1.3 A AMPLIAÇÃO DO FUNDO DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS FAVORECE PARTES PMD NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO

O LDCF foi instituído para viabilizar a implementação do programa de trabalho dos PMDs.⁸ O GEF, na qualidade de entidade operadora do mecanismo financeiro da Convenção, foi encarregado da operação do LDCF.⁹ A COP também forneceu orientações preliminares ao GEF para que esse se concentrasse em oferecer apoio para a elaboração de PANAs. Posteriormente, em 2005, a COP acordou as disposições para a operacionalização do LDCF com vistas a viabilizar a implementação de PANAs.¹⁰

⁶ Em conformidade com a decisão 4/CP.7.

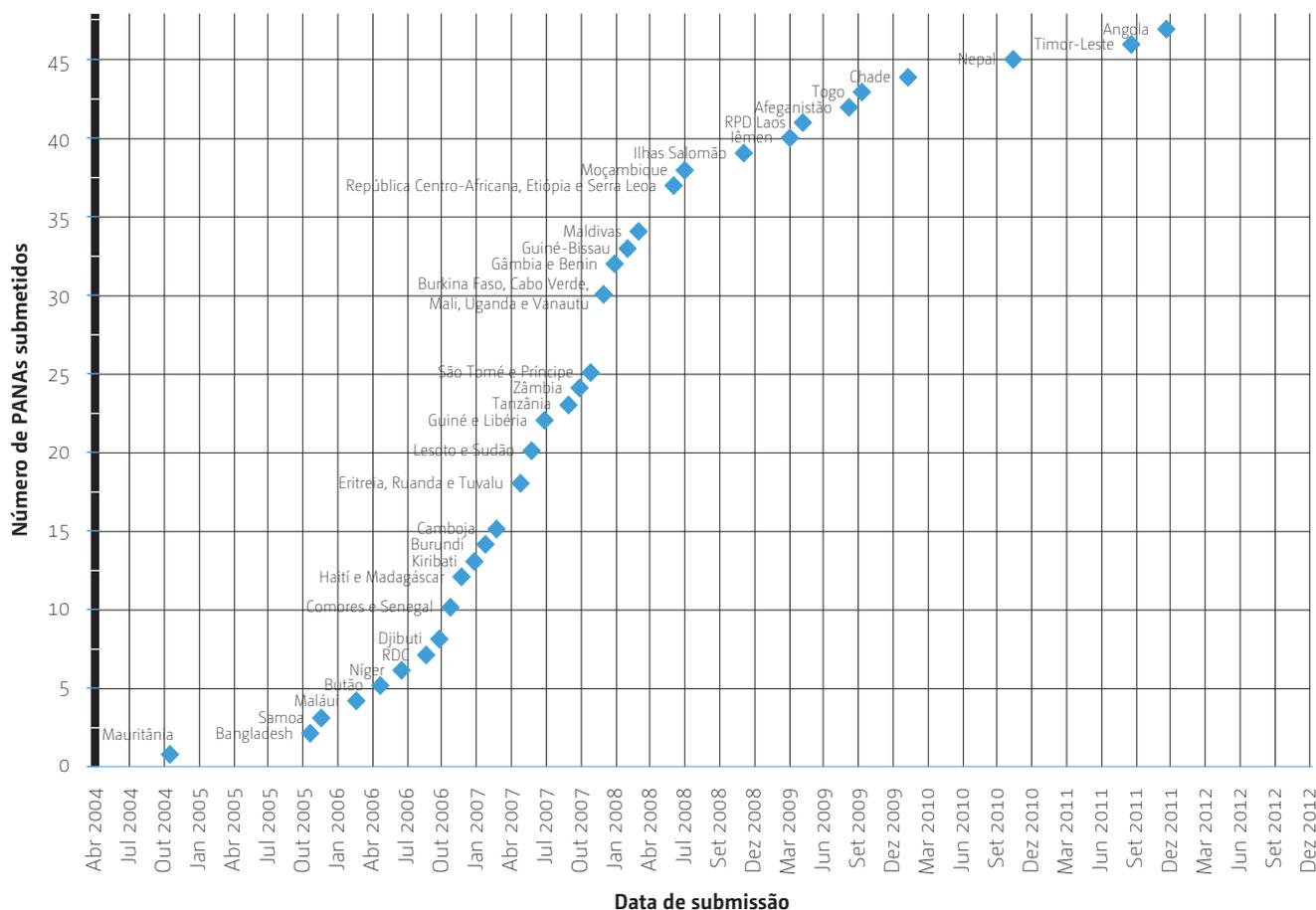
⁷ Decisão 5/CP.7.

⁸ Decisão 7/CP.7.

⁹ Decisão 27/CP.7.

¹⁰ Decisão 3/CP.11.

Figura 3 Cronograma de apresentação de programas de ação nacional de adaptação em dezembro de 2012¹¹



Conforme declarado pelo GEF,¹² o LDCF é o primeiro e mais abrangente programa calcado em ações de adaptação atualmente em funcionamento (em contraste com estudos e programas com ênfase em avaliação) para PMDs. O limite do montante de financiamento a que cada Parte PMD tem acesso é dinâmico e varia com o tempo, quando novos compromissos são assumidos perante o LDCF. Quando os primeiros PMDs concluíram seus PANAs e começaram a passar à fase de implementação, US\$ 2 milhões do LDCF estavam à disposição de cada país. Em 30 de setembro de 2012, o GEF anunciou que, naquele momento, cada Parte PMD podia ter acesso a até US\$ 20 milhões.

Além de apoiar a elaboração e implementação de PANAs, a COP, por ocasião de sua décima-quarta sessão (2008), solicitou ao GEF que intermediasse a implementação dos elementos restantes do programa de trabalho dos PMDs além dos PANAs. Ademais, em sua décima-sexta sessão (2010), a COP solicitou ao GEF que fornecesse financiamento do LDCF às Partes PMDs mediante solicitação de modo a permitir a atualização de seus PANAs com vistas a melhorar ainda mais sua qualidade,

facilitar a integração das ações de adaptação dos PMDs no planejamento do desenvolvimento e refletir a ampliação do conhecimento sobre adaptação e a alteração de prioridades nos países.

¹¹ Fonte: Página dos PANAs da CQNUMC: <<http://unfccc.int/4585.php>>.

¹² Website do GEF/LDCF: <<http://www.thegef.org/gef/LDCF>>.

Figura 4 : Verbas prometidas ao Fundo dos Países Menos Desenvolvidos em setembro de 2012

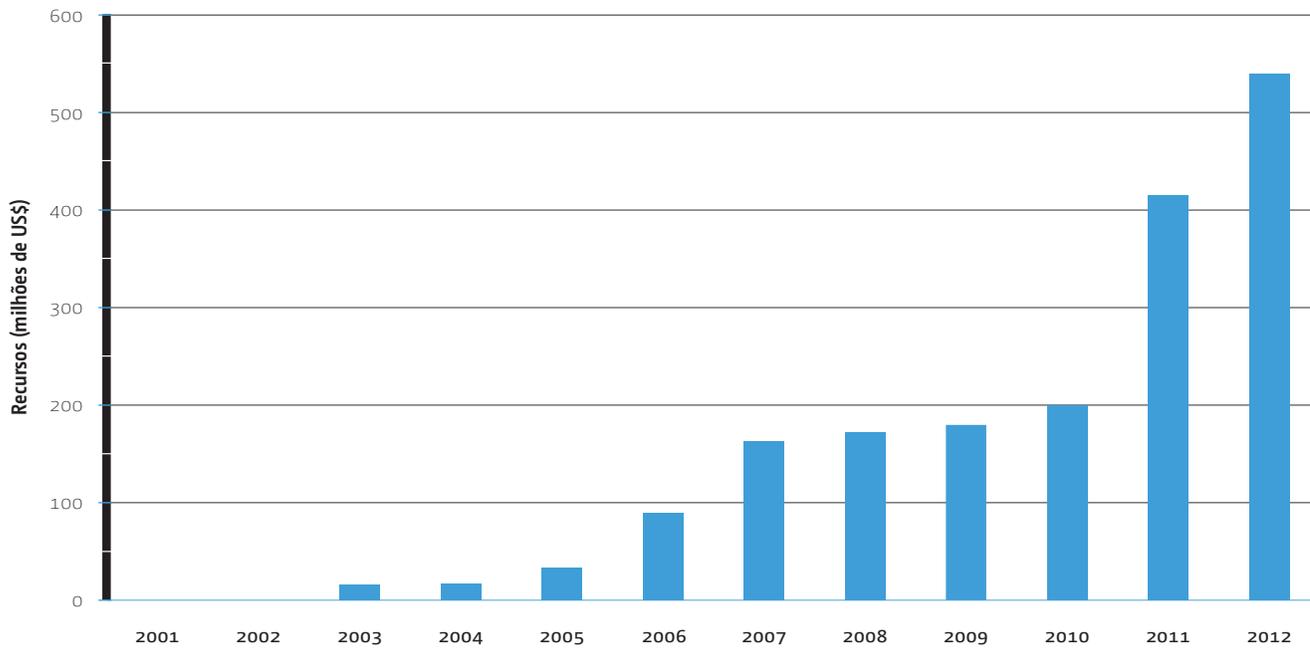
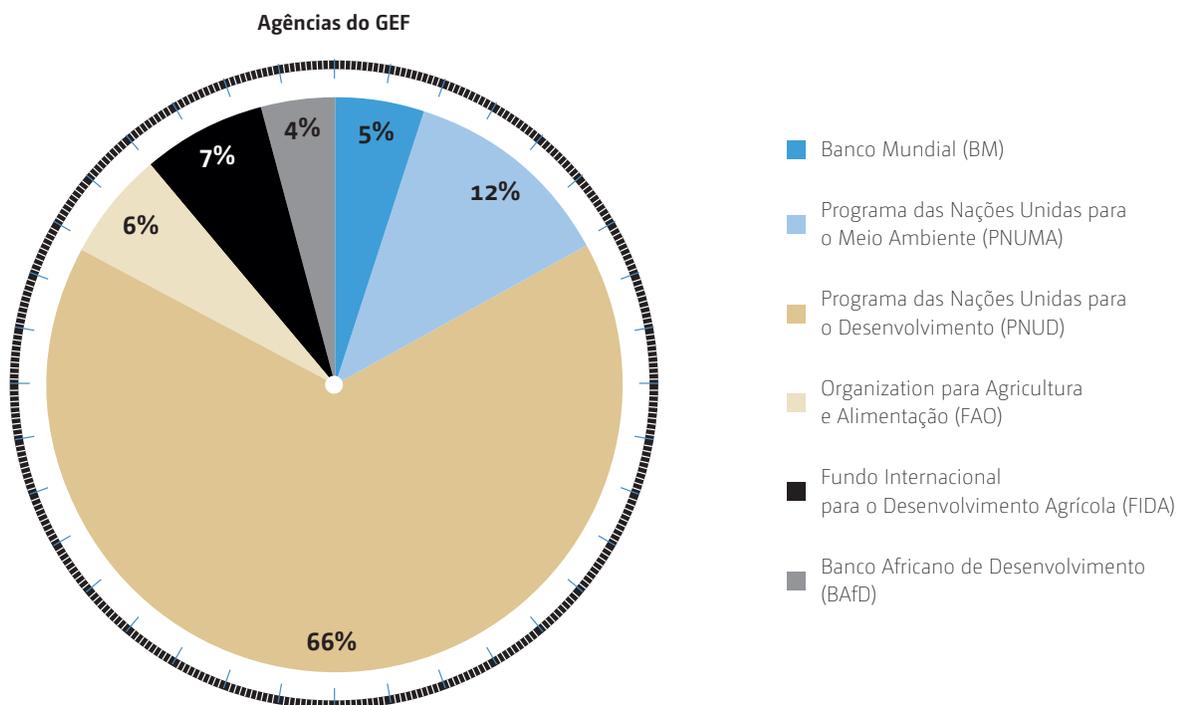


Figura 5 : Distribuição de projetos dos programas de ação nacional de adaptação segundo a Agência Global para o Meio Ambiente em agosto 2012



1.4 O GRUPO DE ESPECIALISTAS DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS CONTINUA A PRESTAR APOIO SÓLIDO ÀS PARTES PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

Desde sua criação,¹³ o mandato do LEG se expandiu com a adoção de novas decisões da COP¹⁴ acerca do trabalho desse grupo. O atual mandato do LEG (2011-2015) contempla o fornecimento de apoio às Partes PMDs em relação aos PANAs, ao programa de trabalho dos PMD e a considerações de adaptação no médio e longo prazos, sobretudo o processo do plano nacional de adaptação (NAP).

Em suas apresentações ao secretariado,¹⁵ e em outros fóruns, as partes expressaram imenso reconhecimento ao trabalho do LEG. Elas consideram que o grupo prestou apoio eficaz às Partes PMD ao fornecer orientação e assessoria técnica na forma de informações e diretrizes sobre o trabalho inicial, o que fazer e como fazer em relação à elaboração e implementação de PANAs. O apoio do LEG às Partes PMD continua importante e está se expandindo.

Tabela 1: Elementos do mandato do Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (2011-2015)

Decisões	Mandato
29/CP.7, 7/CP.9, 4/CP.11 e 8/CP.13	O LEG deverá prestar orientação e assessoria técnica para a elaboração e implementação de PANAs.
6/CP.16	O LEG deverá prestar orientação e assessoria técnica para a revisão e atualização dos PANAs com vistas a melhorar sua qualidade, facilitar a integração das ações de adaptação das Partes PMD no planejamento do desenvolvimento e refletir a ampliação do conhecimento sobre adaptação e a alteração de prioridades no país, mediante solicitação das Partes PMD.
6/CP.16	O LEG deverá prestar orientação e assessoria técnica para a identificação de necessidades de adaptação no médio e longo prazos, sua integração no planejamento do desenvolvimento e a implementação de atividades de adaptação identificadas.
6/CP.16	O LEG deverá prestar orientação e assessoria técnica para o fortalecimento de considerações de gênero e aquelas relacionadas a comunidades vulneráveis no âmbito dos PMDs.
6/CP.16	O LEG deverá fornecer orientação e assessoria técnica para a implementação dos elementos do programa de trabalho dos PMDs além da elaboração e implementação de PANAs que sejam relevantes para a especialidade do LEG.
5/CP.17	O LEG deverá prestar orientação e apoio técnico ao processo dos PANAs nos casos apropriados. O LEG, no exercício de seu mandato para viabilizar a identificação e implementação de atividades de adaptação no médio e longo prazos em PMDs, deverá priorizar o apoio à formulação e implementação de NAPs. O LEG deverá elaborar diretrizes técnicas para o processo dos NAPs, com base nas diretrizes preliminares constantes do anexo desta decisão. O LEG deverá providenciar um exame das diretrizes técnicas e identificar as necessidades de apoio relativas ao processo de formulação e implementação dos NAPs. O LEG deverá convidar o Comitê de Adaptação e outros organismos competentes nos termos da Convenção com vistas a contribuir para seu trabalho em apoio ao processo do NAP, e deverá prestar informações a esse respeito, nos casos apropriados.

Siglas: NAP = Plano nacional de adaptação; PANA = Programa de ação nacional de adaptação; LDC = País menos desenvolvido; COP = Conferência das Partes; GEF = Fundo Global para o Meio Ambiente.

¹³ Decisão 29/CP.7.

¹⁴ Decisões 4/CP.11, 8/CP.13 e 6/CP.16.

¹⁵ FCCC/SBI/2010/5, parágrafo 31.

1.5 O TRABALHO RELATIVO À ADAPTAÇÃO NO MÉDIO E LONGO PRAZOS COMPLEMENTA O TRABALHO EM CURSO NOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

Além da continuidade da resposta dos PMDs às suas necessidades de adaptação urgentes e imediatas, dada sua extrema vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima e sua baixa capacidade de adaptação, foi criado um processo para abordar a adaptação no médio e longo prazos a título de esforço complementar. A abordagem da adaptação no médio e longo prazos oferece as seguintes oportunidades:

- Integração da adaptação aos processos de planejamento do desenvolvimento;
- Aprimoramento da capacidade de adaptação e resiliência, inclusive por meio da ampliação contínua da gestão do conhecimento, e da criação de oportunidades de auto-organização;
- Realização de um processo analítico para examinar as políticas, planos, programas e projetos existentes em risco e, quando necessário, identificação de possíveis ações;
- Adoção de uma abordagem sensível a riscos e desenvolvimento de planos e estratégias de gestão e prontidão contra desastres;
- Garantia de desenvolvimento ambiental, social e econômico sustentável no longo prazo.

A implementação do programa de trabalho dos PMDs e, em particular, dos PANAs, gerou valiosas experiências e lições que podem ser úteis para a adoção de processos de adaptação no médio e longo prazo. A COP, por ocasião de sua décima-sexta sessão, decidiu instituir um processo para permitir às Partes PMD, com base em sua experiência com os PANAs, formular e implementar NAPs, e convidou outras Partes países em desenvolvimento a empregar as modalidades formuladas para viabilizar esses planos.¹⁶ O processo dos NAPs é parte do Quadro de Adaptação de Cancún, que visa fortalecer as ações de adaptação, inclusive por meio da cooperação internacional e consideração coerente de questões relativas a adaptação ao abrigo da Convenção.

Além disso, a COP, em sua décima-sétima sessão, adotou uma decisão relativa a NAPs que, além de conter diretrizes preliminares, contempla modalidades para as Partes PMDs que outras Partes países em desenvolvimento são convidadas a adotar. Na mesma sessão, a COP também determinou que o LEG apoiasse o processo de NAPs por meio do fornecimento de orientação e apoio técnico, inclusive por meio da elaboração de diretrizes técnicas.

1.6 AS VINCULAÇÕES ENTRE O PROGRAMA DE TRABALHO DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E OUTROS TRABALHOS SÃO FORTALECIDAS

Como o LEG recebeu, por ocasião da COP 16, a atribuição de apoiar a implementação dos elementos do programa de trabalho dos PMDs além do PANA, tem levado cada vez mais em consideração as vinculações entre seu programa de trabalho e outras linhas de trabalho previstas na Convenção.

Por interagir com o Grupo Consultivo de Especialistas em Comunicações Nacionais das Partes não incluídas no Anexo I à Convenção (CGE) e o programa de trabalho de Nairóbi sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima (NWP), o LEG se comprometeu a promover uma abordagem coerente para apoiar os PMDs.

Da mesma forma, o LEG reconheceu que o trabalho relativo à promoção de programas de conscientização pública nos PMDs é melhor realizado em cooperação com os trabalhos atinentes ao Artigo 6º da Convenção.¹⁷

A coleta de dados é de suma importância na formação de uma base de informações e conhecimento para apoiar processos de análise e tomada de decisões referentes à adaptação. Consequentemente, o trabalho da Convenção relativo à intensificação da cooperação com o Sistema de Observação Global do Clima (GCOS), o secretariado da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e outras agências constitui, nesse sentido, uma importante contribuição para o fortalecimento da capacidade

¹⁶ Decisão 1/CP.16, parágrafos 15 a 18.

¹⁷ O Artigo 6º da Convenção trata de educação, capacitação e conscientização pública.

dos serviços meteorológicos e hidrológicos com vistas a viabilizar a implementação de PANAs e outras atividades relacionadas à adaptação à mudança do clima.

Com a operacionalização do Mecanismo de Tecnologia por ocasião da COP-17 em Durban,¹⁸ espera-se que sejam feitos avanços no sentido de facilitar a implementação dos elementos do programa de trabalho dos PMDs referentes ao desenvolvimento e transferência de tecnologias, sobretudo as tecnologias da adaptação. O Mecanismo de Tecnologia é composto pelo Centro e Rede de Tecnologia do Clima e pelo Comitê Executivo de Tecnologia.

Está se tornando cada vez mais importante levar em consideração o trabalho de outros organismos recém-criados, como o Comitê de Adaptação, e janelas de financiamento, como o Fundo Verde para o Clima, com vistas a melhorar a compreensão e assegurar políticas e procedimentos que permitam o acesso adequado aos PMDs a outras vertentes de apoio para a implementação do programa de trabalho dos PMDs e para o processo de NAPs.

Por fim, o LEG está colaborando cada vez mais com centros regionais para promover seu trabalho, em particular para a prestação de apoio à implementação de PANAs e do processo do NAP.

¹⁸ Decisões 2/CP.17 e 4/CP.17.



PARTE 2: EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS DE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO E OUTRAS ATIVIDADES DE ADAPTAÇÃO

2.1 METODOLOGIA DE SELEÇÃO E COLETA DE EXPERIÊNCIAS DE PAÍSES

Para cada PMD, informações sobre as principais vulnerabilidades, situação da elaboração e implementação dos PANAs, e informações sobre experiências de equipes do PANA dos PMDs foram reunidas por meio de questionários, entrevistas e uma revisão de documentos e dados específicos de cada país, inclusive documentos de projetos dos PANAs e do LDCF. No total, 32 países participaram de várias entrevistas realizadas entre 2010 e 2012.

As experiências aqui apresentadas se referem aos seguintes países: Benin, Camboja, Etiópia, Libéria, Nepal, Ruanda, Samoa, Senegal, Sudão, Vanuatu e Zâmbia. Dão uma ideia da dimensão da diversidade das experiências dos PMDs em termos de distribuição geográfica, idioma (anglófonos, francófonos e lusófonos) e ecossistemas (países montanhosos, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, países sem acesso ao mar, regiões subtropicais e região do Sahel).

Além disso, a título de complementação da publicação, o LEG continua a incorporar as experiências dos países ao Portal dos PMDs no website da CQNUMC.¹⁹

¹⁹ Ver <<http://www.unfccc.int/ldc>>.



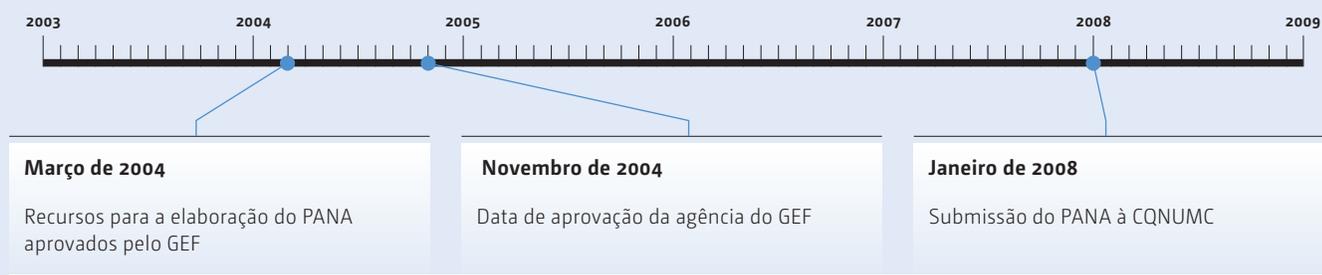
2.2 BENIN

O Benin é um pequeno país em desenvolvimento situado na África Ocidental, com uma economia agrária.

O país apresenta terreno plano, dos quais 65% é coberto por arbustos e árvores de pequeno porte, que sofrem intensa

alteração e degradação. A população se concentra no sul, ao longo da linha litorânea. Entre os setores vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima estão recursos hídricos, energia, zonas costeiras, saúde, agricultura e silvicultura. O risco é mais pronunciado para os meios de sustento dos produtores de subsistência, inclusive criadores de gado e pescadores.

Linha do tempo do processo de elaboração do PANA no Benin



PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DO LDCAF

O Benin definiu cinco atividades prioritárias em seu PANA, e seu primeiro projeto, já em fase adiantada de implementação, visa fortalecer a capacidade das comunidades agrícolas em quatro zonas agroecológicas vulneráveis para promover a adaptação à mudança do

clima. Os quatro componentes do projeto se concentram na implementação de práticas agrícolas resistentes à mudança do clima de modo piloto, melhorando a infraestrutura técnica do país para a previsão, avaliação e manejo dos impactos da mudança e variabilidade do clima no setor agrícola.

Título do projeto	Programa integrado de adaptação para combater os efeitos da mudança do clima na produção agrícola e segurança alimentar do Benin
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Ministério da Agricultura
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	1/5
Componentes do projeto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidades sistêmicas, institucionais e técnicas para a previsão, avaliação e manejo dos impactos da mudança e variabilidade do clima no setor agrícola. 2. Implementação piloto de práticas agrícolas resistentes à mudança do clima 3. Gestão do conhecimento
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCAF/total)	3,8/11,8
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCAF	Junho de 2008
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Janeiro de 2010
Andamento da implementação em campo	Projeto em fase bastante avançada de implementação

O segundo projeto de PANA do Benin visa melhorar a capacidade técnica para a coleta de informações sobre o clima e sistemas de alerta precoce.

Título do projeto	Fortalecimento da coleta de informações sobre o clima e sistemas de alerta precoce na África Ocidental e Central visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Serviço Meteorológico Nacional, Ministério do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	1,5/5
Componentes do projeto	1. Aumento da capacidade de adaptação para responder aos impactos da mudança do clima, inclusive da variabilidade, nos níveis local, nacional, regional e global 2. Promoção da transferência e adoção de tecnologia de adaptação
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	4,4/22,5
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Maio de 2012
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Andamento da implementação em campo	Implementação ainda não iniciada

Estratégia de implementação. Em 2006 e 2007, o Benin implementou um projeto piloto de adaptação com assistência da Agência Alemã de Cooperação Técnica, GTZ (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*).²⁰ Essa experiência inicial proporcionou lições que foram levadas em consideração no planejamento da concepção da estratégia de implementação do PANA. Em paralelo, por meio do PANA, sinergias com as outras convenções firmadas no Rio de Janeiro foram reforçadas, em particular por uma cuidadosa seleção das áreas e foco do projeto, entre outras questões ambientais. Também foram realizadas reuniões regulares com os Pontos Focais de outras Convenções.

O nível de recursos disponíveis no LDCF no momento em que o PANA foi submetido à CQNUMC, juntamente com a falta de informações oportunas e completas sobre a abordagem programática, levou o Benin a adotar uma abordagem de projeto único para a implementação das prioridades de seu PANA.

Experiência com a implementação de projetos.

O primeiro projeto do PANA do Benin em implementação visa sensibilizar populações alvo acerca do efeito da mudança do clima; integrar o manejo de bacias hidrográficas a fim de reduzir deslizamentos de terra e favorecer a infiltração da água; aumentar o acesso a recursos hídricos; e potencializar e promover as melhores práticas proporcionadas pelas atividades-piloto do Benin/GTZ. A abordagem orgânica utilizada no desenvolvimento do primeiro projeto recebeu grande reconhecimento. Além disso, o envolvimento ativo das

autoridades locais facilitou a gestão do projeto e ajudou a mobilizar o co-financiamento no nível local.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) auxiliou o Benin a elaborar o PANA, e também está auxiliando na implementação deste primeiro projeto. A equipe do PANA se coordenou com o escritório nacional do PNUD, que, por um momento, teve dificuldades em separar as atividades do PANA do restante de sua carteira, e tratou o PANA como um programa comum. Essa situação reduziu o ritmo do processo do PANA, mas melhorou gradualmente em virtude de amplas consultas entre a equipe do PANA e os responsáveis do PNUD que ajudaram a chamar a atenção do PNUD para as especificidades do PANA em comparação com outros projetos de desenvolvimento. A relação entre a agência e a equipe do PANA foi aprimorada mais ainda pelo apoio e confiança irrestritos do Ministro do Ambiente e de outras autoridades do Ministério do Ponto Focal da CQNUMC.

Acesso a recursos para a implementação de projetos.

Os procedimentos e as instruções para o acesso a recursos do LDCF foram compreendidos. O Benin acredita que esses procedimentos podem ser racionalizados ainda mais visando a agilização do exame dos projetos e a conformidade com a urgência da tomada de providências, que são partes centrais do conceito de PANA.

²⁰ Hoje com o nome de Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), ou seja, Agência Alemã de Cooperação Internacional.

Com relação à implementação de seu projeto de PANA em campo, o Benin adotou as seguintes metodologias: engajamento efetivo de todas as partes interessadas do projeto e Conselhos Comunitários, com base em sua contribuição para o co-financiamento; designação, por parte de alguns municípios, de Pontos Focais para mudança do clima em sua administração a fim de dar seguimento às atividades do projeto; avaliação trimestral sistemática das atividades do projeto e prestação de contas ao Ministério do Meio Ambiente visando a tomada das

decisões apropriadas; e controle do projeto por parte dos gestores dos diversos departamentos dos ministérios envolvidos na implementação do projeto em campo (divisões de Agricultura, Pecuária e Pesca; Direção Nacional de Meteorologia, etc.).

Esforços de integração do PANA. O PANA do Benin é integrado a algumas das iniciativas nacionais, inclusive o programa de proteção do clima da GIZ e o programa de conservação e manejo dos recursos naturais.

Durante a implementação do primeiro projeto de PANA no Benin, a forte coordenação nacional e local, e o envolvimento ativo das autoridades locais bem no início favoreceram a mobilização de co-financiamento e a gestão do projeto.



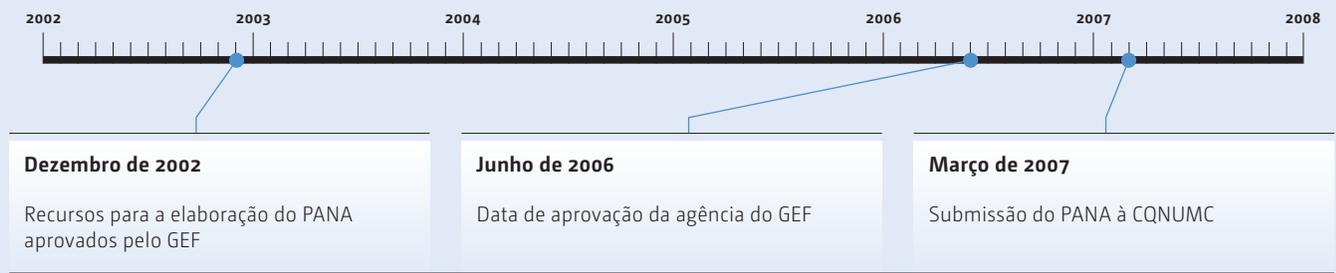


2.3 CAMBOJA

O Reino do Camboja está localizado no sudeste da Ásia continental. Cerca de 80% da população do país reside em zonas rurais e, em média, a agricultura é responsável por mais de 40% do PIB. Na qualidade de país essencialmente agrário, o Reino do Camboja é altamente vulnerável aos impactos da mudança do clima. A frequência e a intensidade das inundações, que podem aumentar com a inconstância das condições climáticas, são responsáveis por graves danos às safras de arroz. Sucessões e combinações de secas e enchentes causaram um número significativo de mortes e consideráveis perdas econômicas. Por exemplo, as inundações foram responsáveis por 70% das perdas da produção de arroz entre 1998 e 2002, ao passo que as secas responderam por 20% das perdas da produção no mesmo período.



Linha do tempo do processo de elaboração do PANA no Camboja



PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DO LDCF

O Camboja listou vinte atividades prioritárias em seu PANA, e realizou três projetos com o apoio do LDCF

para tratar dessas prioridades. Devido à importância da agricultura para o Camboja, o primeiro projeto visa reduzir a vulnerabilidade do setor agrícola às variações na disponibilidade de recursos hídricos induzidas pelo clima.

Título do projeto	Promoção do manejo hídrico e práticas agrícolas resistentes com base na capacitação na zona rural do Camboja
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Unidade de apoio a projetos/Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca.
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	5/20
Setores abrangidos	Agricultura e recursos hídricos
Componentes do projeto	1. Desenvolvimento de capacidades 2. Demonstração e análise de opções de adaptação 3. Gestão do conhecimento
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	2,1/4,5
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Maio de 2007
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Abril de 2009

<p>Andamento da implementação em campo</p>	<p>Até meados de 2012, o projeto gastou 67% de seu orçamento total, que inclui 76% do montante de US\$ 1.850.000 do GEF/LCDF.</p> <p>Alguns dos principais resultados são:</p> <ul style="list-style-type: none">• Foram identificadas prioridades de resposta aos impactos da mudança do clima em 16 cooperativas-alvo utilizando ferramentas de avaliação de vulnerabilidade e risco. Algumas foram solucionadas com o apoio do projeto.• Todas as comunas-alvo recebem informações sobre o clima e as aplicam em seus planos de investimento.• Quase metade da infraestrutura de manejo da água em distritos-alvo foi incorporada às medidas de adaptação.• 16 Planos de Investimento das Comunas (CIPs), nos dois distritos-alvo foram incorporados à gestão de riscos climáticos e às medidas de adaptação. Dois planos de desenvolvimento provincial (2011-2016) e dois planos de investimento distrital (2011-2014) também foram incorporados.• Um mecanismo intermediário foi criado e introduzido em grupos de usuários de recursos hídricos para a resolução de conflitos.• Foi criado um sistema de alerta precoce comunitário que fornece informações confiáveis sobre o clima aos agricultores por meio de voluntários locais que recebem avisos das autoridades meteorológicas.• Os agricultores estão ampliando seu conhecimento prático sobre medidas de adaptação nas áreas de agricultura e recursos hídricos, como variedades de arroz resistentes à seca, um sistema de intensificação de arroz (SRI, na sigla em inglês) e aproveitamento de águas pluviais. Posteriormente adotaram pelo menos uma das medidas. Variedades de arroz resistentes já foram usadas em 325 dos 500 hectares previstos.• Agricultores e autoridades em distritos-alvo obtêm conhecimento sobre a mudança do clima por meio de uma campanha de conscientização com duração de um ano. A avaliação pós-campanha mostra que a maioria dos agricultores está ciente da mudança do clima, suas causas e impactos na agricultura, recursos hídricos e meios de subsistência. Também identificaram opções de adaptação e as adotaram, como o uso de variedades de arroz resistentes, captação de água e informações de alerta precoce.• Algumas das lições aprendidas e melhores práticas do projeto são reaproveitadas em iniciativas de outras instituições, como do FIDA, PNUD, Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF) e Ministérios da Agricultura, Assuntos da Mulher e Meio Ambiente. Também são compartilhadas por meio de plataformas de intercâmbio de conhecimento nacional e regional e reproduzidas por canais de mídia.
---	---

O segundo projeto do Camboja visa reduzir a vulnerabilidade das comunidades costeiras aos impactos da mudança do clima por meio do fortalecimento

administrativo e científico, e pela demonstração de intervenções locais específicas com o intuito de aumentar a resiliência dos ecossistemas.

Título do projeto	Avaliação da vulnerabilidade e programa de adaptação à mudança do clima na zona costeira do Camboja considerando melhorias nos meios de subsistência e os ecossistemas.
Agência de implementação	PNUMA
Agência executora nacional	Ministério do Meio Ambiente
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	3/20
Setores abrangidos	Zona costeira, agricultura e recursos hídricos
Componentes do projeto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecimento da articulação regulamentar e institucional das políticas nacionais para programas de adaptação à mudança do clima e fortalecimento da ciência da mudança do clima nos níveis nacional e provincial. 2. Demonstração de medidas de controle de inundações costeiras em zonas agrícolas de importância para a subsistência 3. Demonstração de medidas de resiliência com base em ecossistemas costeiros 4. Monitoramento e avaliação
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	1,9/6,1
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Maio de 2009
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Março de 2011
Andamento da implementação em campo	<p>Alguns dos principais resultados durante o período de novembro de 2011 a setembro 2012 são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto elaborou seu plano de implementação e realizou sua reunião inicial em novembro de 2011, e iniciou as consultas e negociações com grupos técnicos nacionais e sub-nacionais. • Foram instituídos o Comitê Gestor do Projeto e os pontos focais nacionais, além de quatro grupos de trabalho técnico provinciais. O primeiro Comitê Gestor de Projetos se reuniu e aprovou o plano de trabalho e o orçamento anual para 2012, equipe para trabalhar nos projetos e termos de referência de assessores técnicos titulares e substitutos. • O projeto finalizou a fase inicial e lançou uma oficina introdutória com a participação dos níveis nacional e sub-nacional e de parceiros para o desenvolvimento (cerca de 85 pessoas). • Estudos e avaliações de referência necessários foram finalizados, inclusive uma proposta de revisão ou reformulação de indicadores e metas de projeto com vistas a alinhá-los aos requisitos SMART. Um orçamento baseado em atividades também está sendo finalizado, o que deve conduzir a uma revisão do plano de trabalho e cronograma de entrega de produtos e atividades para os próximos anos. • O trabalho de criação de indicadores de mudança do clima para a zona costeira está em andamento, e está vinculado à produção de um Relatório sobre o Estado do Meio Ambiente para a zona costeira. O projeto foi implementado em campo e dados foram coletados nas províncias costeiras. • Mapas à base de imagens de satélite da zona costeira estão sendo elaborados. As avaliações de vulnerabilidade global detalhadas para cada uma das províncias costeiras e os respectivos planos de adaptação estão em andamento. O auxílio na implementação global de uma rede de pontos focais nacionais e de quatro grupos de trabalho provinciais será preponderante na produção de resultados em campo.

O terceiro projeto, submetido ao GEF para fins de obtenção de financiamento no âmbito do LDCF em agosto de 2011, visa garantir a segurança alimentar no Camboja com o desenvolvimento da capacidade adaptativa das

comunidades rurais e a redução de sua vulnerabilidade à mudança e variabilidade do clima por meio do manejo integrado de microbacias hidrográficas e práticas agrícolas resistentes à mudança do clima.

Título do projeto	Fortalecimento da capacidade adaptativa e resiliência das comunidades rurais por meio de abordagens de microbacias hidrográficas para a mudança e variabilidade do clima visando alcançar segurança alimentar sustentável
Agência de implementação	FAO
Agência executora nacional	Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca e Ministério do Meio Ambiente, em colaboração com o Ministério de Gestão de Recursos Hídricos
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	4/20
Setores abrangidos	Silvicultura, solos, recursos hídricos e agricultura
Componentes do projeto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integração da adaptação às políticas e planejamento para agricultura e segurança alimentar. 2. Manejo integrado participativo de minibacias hidrográficas a fim de reduzir o impacto do clima sobre os recursos naturais e a agricultura 3. Demonstração e promoção de práticas agrícolas resistentes ao clima por meio de escolas em campo para agricultores 4. Implementação piloto de opções de subsistência alternativa resistentes ao clima voltadas para as mulheres
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	5,6/24,4
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Agosto de 2011
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Andamento da implementação em campo	Implementação ainda não iniciada



Estratégia de elaboração e implementação do PANA. De acordo com a equipe do PANA do Camboja, o processo de elaboração do PANA correu muito bem, o que foi favorecido pelas diretrizes formuladas pelo LEG. A elaboração do PANA do Camboja contemplou um levantamento das famílias rurais, líderes informais, autoridades locais e organizações não-governamentais em 17 das 24 províncias e municípios do país com o intuito de identificar, no nível de base, a vulnerabilidade à mudança do clima, mecanismos existentes de enfrentamento dos riscos do clima e impactos da mudança do clima, bem como as principais necessidades de adaptação. No entanto, uma vez que o PANA foi concluído e aprovado pelo Governo, o processo inteiro foi interrompido. Por exemplo, a equipe do PANA se desfez já que não houve novas atividades. Algumas das lições dessa experiência incluem as seguintes:

- Na ausência de outros processos, os PANAs deveriam ser uma ferramenta para equacionar necessidades de adaptação imediatas, de médio e longo prazo nos PMDs;

- O PANA deve ser considerado um processo contínuo nos PMDs, e não um projeto que chegará ao fim em algum momento;
- Deveria haver um mecanismo para manter a equipe do PANA após a elaboração do PANA. A equipe pode desempenhar um papel fundamental na mobilização dos ministérios responsáveis com vistas a integrar a adaptação à mudança do clima nos planos de desenvolvimento nacional. A equipe também pode contribuir de forma decisiva para a mobilização de recursos para a implementação dos PANAs, inclusive apoio à compreensão, reconhecimento e justificativa do co-financiamento, caso este tenha de ser fornecido.



A implementação do PANA cambojano visa contribuir significativamente para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para o Camboja e os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável conforme declarado pelo Governo Real do Camboja. Após a conclusão, as seguintes medidas foram identificadas como prioritárias para permitir a implementação do PANA:

- Mobilização de recursos para tratar da capacidade técnica, financeira e institucional dos órgãos governamentais e das comunidades locais no combate à mudança do clima;
- Estabelecimento de um mecanismo de cooperação, coordenação e monitoramento interministerial para a implementação do PANA;
- Sensibilização para questões de mudança do clima, inclusive no PANA;
- Integração das questões de mudança do clima às políticas e programas nacionais.

O envolvimento de todas as principais partes interessadas (grupos vulneráveis, conselhos comunitários, ministérios e órgãos governamentais competentes, ONGs e agências doadoras) foi apontado como um pré-requisito para o sucesso da implementação do PANA.

Experiência com a implementação de projetos.

Três projetos foram desenvolvidos e estão sendo implementados em campo. As agências do GEF influenciaram a escolha e formulação do projeto do PANA no Camboja. Sua influência é relativa à vantagem comparativa que elas oferecem ao país, inclusive capacidades em campo e linhas de trabalho existentes. Como um meio de controlar o processo, o Camboja teve de assegurar a plena conformidade dos projetos com as prioridades identificadas no PANA.

Estruturas institucionais no país. O escritório nacional para mudança do clima foi criado em meados de 2003, com o apoio de um projeto financiado pelo GEF com vistas a facilitar a elaboração da primeira comunicação nacional. Em seguida, o escritório foi promovido a departamento no final de 2009, e ainda precisa de assistência para desenvolver sua capacidade técnica e institucional. Desde sua criação, o departamento de mudança do clima desenvolveu certa capacidade, mas é necessário desenvolver mais capacidades nos níveis pessoal e de coordenação. O próximo passo no fortalecimento das estruturas institucionais no Camboja é o estabelecimento de uma equipe técnica interministerial nacional dedicada à mudança do clima.

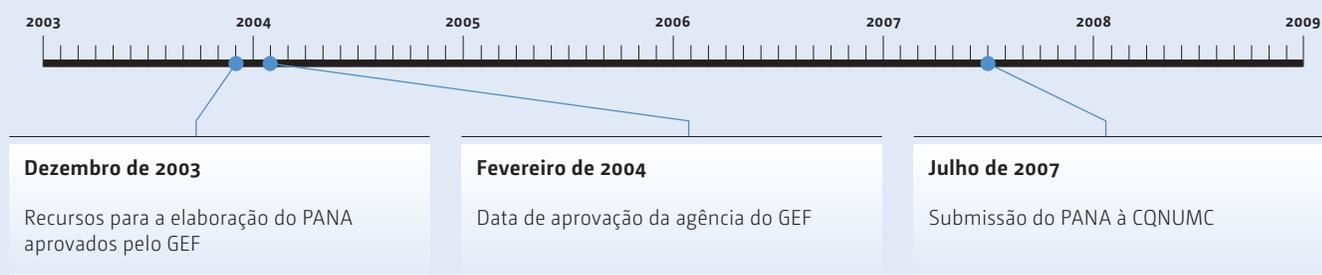


2.4 LIBÉRIA

A Libéria, país situado na costa atlântica da África Ocidental, já sofreu uma redução da sua produtividade ligada à mudança dos padrões climáticos em seus principais setores econômicos: agricultura, pesca e silvicultura. As consequências socioeconômicas dessa redução da produtividade recaem principalmente sobre as populações rurais cujos meios de subsistência dependem dos recursos naturais. As comunidades rurais atualmente perfazem 70% da população do país. Assim, para a Libéria, os principais desafios ao desenvolvimento no que diz

respeito aos riscos climáticos estão ligados ao seguinte: degradação de terras agrícolas e perda de biodiversidade, que coloca em risco os pequenos produtores; ausência de um sistema de alerta precoce eficaz que permita aos agricultores e a outras partes interessadas tomar decisões bem fundamentadas acerca das estratégias de produção; e erosão costeira em áreas de baixa altitude, como os centros urbanos de Robertsport, Monrovia, Buchanan e Cestos. O objetivo do processo de PANA na Libéria é promover a conscientização acerca dos riscos climáticos, angariar comentários sobre necessidades urgentes e imediatas, e sintetizar uma ampla gama de informações.

Linha do tempo do processo de elaboração do PANA no Libéria



PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DO LDCF

A Libéria identificou três atividades prioritárias em seu PANA e propôs três projetos no âmbito do LDCF que, uma vez implementados, têm o objetivo de satisfazer as

três prioridades. O primeiro projeto pretende reduzir a vulnerabilidade e desenvolver a resiliência das comunidades locais e setores socioeconômicos contra as ameaças adicionais da mudança do clima nas zonas costeiras de baixa elevação da Libéria.

Título do projeto	Aumentar a resiliência de áreas costeiras vulneráveis aos riscos da mudança do clima na Libéria
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Ministério das Terras, Minas e Energia
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	2/3
Componentes do projeto	1. Desenvolvimento de capacidades 2. Medidas demonstrativas para reduzir a vulnerabilidade 3. Gestão do conhecimento e ampliação da escala
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	3,3/8,1
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Fevereiro de 2009
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Junho de 2010
Andamento da implementação em campo	A implementação em campo está em andamento

O segundo projeto irá aumentar a resiliência de comunidades carentes dependentes da agricultura e diminuir a vulnerabilidade do setor agrícola à mudança do clima. Os quatro componentes do projeto foram

aprovados pelo Diretor Geral do GEF em outubro de 2011 e, conforme apresentado abaixo, a contratação de um coordenador de projeto nacional está correndo bem.

Título do projeto	Aumento da resiliência à mudança do clima por meio da integração das preocupações de adaptação ao desenvolvimento do setor agrícola na Libéria
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Ministério da Agricultura
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	1/3
Componentes do projeto	1. Desenvolvimento de capacidades 2. Aumento da resiliência à mudança do clima por meio da integração das preocupações de adaptação ao desenvolvimento do setor agrícola na Libéria
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	2,6/8,7
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Abril de 2010
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Outubro de 2011
Andamento da implementação em campo	A contratação do coordenador de projeto nacional está em andamento

O terceiro projeto irá ajudar a fortalecer a infraestrutura de vigilância do clima e sistemas de alerta precoce da Libéria. Também irá ajudar a aumentar a disponibilidade

de informações para responder a choques climáticos e planejar a adaptação à mudança do clima.

Título do projeto	Fortalecimento da capacidade da Libéria de fornecer informações sobre o clima e serviços a fim de melhorar o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Agência de Proteção Ambiental, Ministério das Terras, Minas e Energia
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	1/3
Componentes do projeto	1. Melhoria da rede de monitoramento do clima, bases de dados para arquivamento, acesso a produtos ambientais via satélite e capacidade de emitir previsões 2. Estabelecimento de um sistema de alerta precoce para a divulgação e comunicação de alertas de intempéries, perspectivas sazonais e elevações de riscos devido à mudança do clima 3. Fortalecimento de capacidades institucionais para a formulação de políticas e estratégias sensíveis à mudança do clima
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	7,4/35,8
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Abril de 2012
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Andamento da implementação em campo	PIF ainda não aprovado pelo LDCF

PROCESSO DO PANA

A Libéria passou por um conflito e deu início a seu PANA logo após a restauração da paz no país. A Libéria cumpriu rapidamente cada etapa da fase de elaboração do PANA e agora está na fase de implementação do PANA. Esse bom andamento se deve em parte ao fato de o país ter considerado o PANA como seu mais importante meio para enfrentar os desafios da mudança do clima. Em decorrência disso, o PANA recebeu prioridade no país antes de quaisquer outras atividades previstas pela Convenção e outras atividades, inclusive a Primeira Comunicação Nacional. O PANA foi desenvolvido com base em amplas contribuições feitas pelas partes interessadas em uma série de consultas. Outras informações foram obtidas por meio de estudos e pesquisas especializadas, os quais revelaram que a degradação ambiental está ocorrendo em vários níveis em todo o país, situação que está sendo agravada pelo aumento da variabilidade climática.

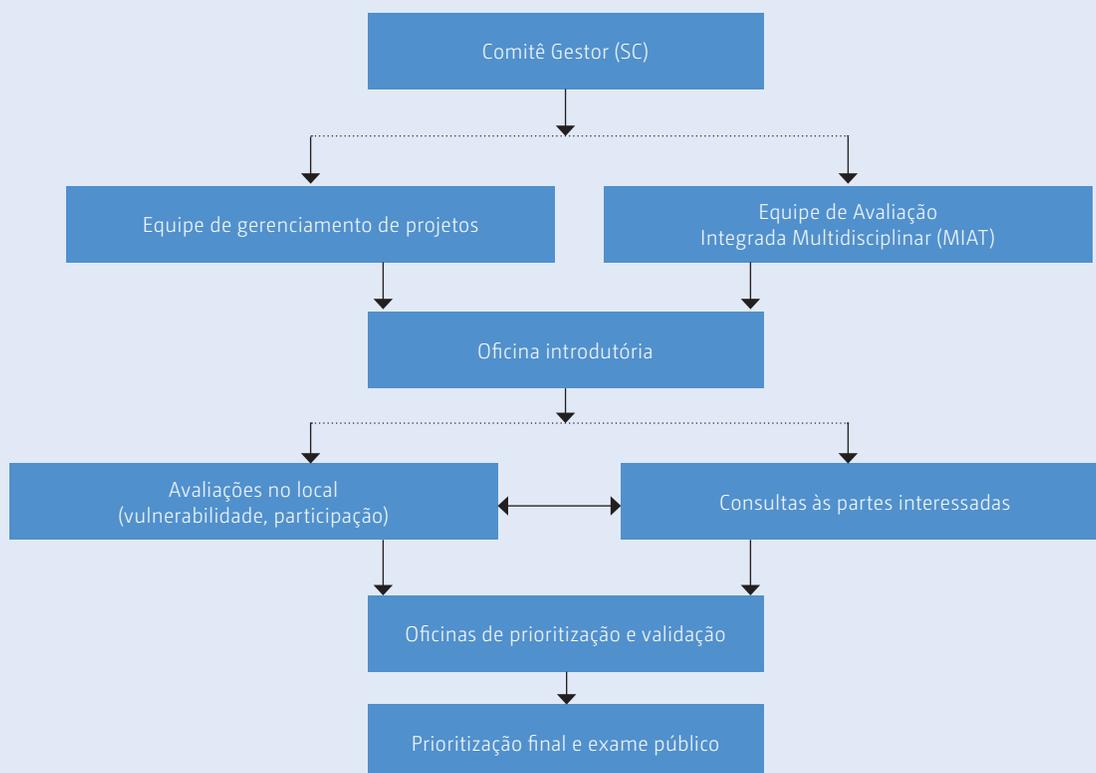
O PANA é o primeiríssimo documento da Libéria dedicado à abordagem da adaptação à mudança do clima.

O processo do PANA foi participativo, e envolveu várias partes interessadas e consultores do país. O processo começou com a criação de uma estrutura administrativa, que incluía o seguinte: a) o *Comitê Gestor Nacional*, que prestou supervisão e orientação estratégicas; b) a *Equipe de Avaliação Multidisciplinar Integrada*, que realizou estudos sobre mudança do clima e avaliações de vulnerabilidade e, finalmente; c) a *Equipe de Gestão do Projeto*, que ficou responsável pela administração do processo no dia a dia. A Figura 7 mostra o organograma do processo do PANA. Hoje, parte da equipe de PANA ainda está trabalhando nessa área. Uma atividade importante no processo do PANA foi a avaliação participativa de vulnerabilidade, que identificou problemas relacionados à mudança do clima, bem como mecanismos e estratégias de enfrentamento tradicionais entre os principais atores e em áreas-chave do país. A avaliação da vulnerabilidade foi seguida da consulta às partes interessadas em nível nacional. Além de sintetizar as questões relacionadas à mudança do clima e estratégias de enfrentamento tradicionais, a consulta identificou necessidades de adaptação prementes da Libéria, bem como barreiras às medidas de adaptação propostas. A Oficina de Priorização da Adaptação foi realizada após a consulta às partes interessadas em nível nacional. Essa oficina identificou medidas nacionais de adaptação apropriadas.

Além disso, o PANA também forneceu uma plataforma para a discussão sobre a mudança do clima em geral no nível nacional, embora a consciência acerca do assunto no nível de formulação de políticas ainda é muito baixa. Não

obstante, a experiência com o PANA ajudou a promover a conscientização do público em geral e estabelecer um elo entre alterações perceptíveis no meio ambiente e a mudança do clima. Os esforços empreendidos no processo precisam ser mantidos e ampliados para dar continuidade à sensibilização de todas as partes interessadas pertinentes. Os maiores desafios enfrentados pela Libéria na realização do processo do PANA foram a limitação de capacidades e competências e a falta de dados meteorológicos suficientes e completos (principalmente em decorrência da guerra). Como resultado do PANA, ficou muito evidente que os efeitos adversos da variabilidade climática e os eventos extremos já estão causando um impacto considerável sobre as prioridades de desenvolvimento sustentável da Libéria. No nível da formulação de políticas, várias iniciativas de adaptação visando conciliar a redução dos efeitos adversos da mudança do clima e a promoção do desenvolvimento sustentável foram identificadas como tendo prioridade máxima.

Figura 6 Organograma do processo do PANA na Libéria



Implementação do PANA. O primeiro projeto do PANA da Libéria apresentado ao LDCF está em fase de implementação. O projeto baseia-se essencialmente em uma intervenção infraestrutural. Um componente menor envolve a capacitação das comunidades locais para a britagem de rochas para a formação de aterros. O co-financiamento é fornecido principalmente por meio de contribuições em espécie. O projeto visa proteger três zonas da faixa costeira. Duas dessas zonas estão recebendo atenção prioritária devido à sua localização em áreas de alto risco, onde a população se depara com inundações e intrusão de água salgada no solo e na água doce. Um líder de projeto foi designado para cada área de intervenção. Em 19 de maio de 2012, o coordenador do projeto foi recrutado, e os croquis técnicos já estão prontos. Diversos projetos foram propostos ao Governo, que ficou encarregado de selecionar os mais apropriados. Em outubro de 2012, o trabalho em campo foi dificultado pela temporada de chuvas, que começou antes do previsto. Torna-se imperativa a construção de revestimentos para evitar inundações. As condições de trabalho ficam difíceis sob chuva, mas, devido à urgência do projeto, o trabalho continuou durante toda a temporada chuvosa de forma a evitar grandes atrasos.

Em paralelo, a implementação do segundo projeto do PANA está começando e um terceiro projeto de PANA está sendo elaborado pela Agência de Proteção Ambiental. O projeto trata de sistemas de alerta precoce e da coleta e análise de informações necessárias sobre o clima, sobretudo nas áreas de silvicultura, pesca e agricultura. Para este terceiro projeto, o PIF se encontra em um estágio avançado e está previsto para ser submetido ao GEF muito brevemente. A agência do GEF envolvida é o PNUD, e o montante solicitado do LDCF gira em torno de US\$ 4 milhões.

Com três projetos do PANA em diferentes fases de implementação, a Libéria está abordando suas três prioridades mais urgentes: agricultura, zonas costeiras e alerta precoce.

Acesso a recursos para a implementação do PANA. O acesso a fundos do LDCF não trouxe dificuldade para a Libéria. O país acredita que seu avanço seja devido principalmente ao papel pró-ativo desempenhado pelo país por meio de seu Ponto Focal nacional. Este último tem sido o ponto focal tanto para a CQNUMC como para o GEF há muitos anos e ajudou a fazer o processo do PANA passar da concepção à implementação. Um desafio que acabou sendo superado foi o co-financiamento. A equipe

do PANA teve de explicar minuciosamente as implicações do co-financiamento às partes interessadas nacionais, em particular a autoridades governamentais dos ministérios relacionados aos projetos. O co-financiamento agora está sendo prestado principalmente por meio de contribuições em espécie e outros projetos em andamento.

Considerações sobre adaptação no médio e longo prazo. A Libéria gostaria de iniciar seu processo de NAP por meio de esforços para fortalecer os recursos humanos e estruturas institucionais existentes. Atualmente há uma unidade ambiental multilateral, que inclui uma frente de trabalho sobre mudança do clima vinculada à Agência de Proteção Ambiental. Contudo, a equipe de mudança do clima atualmente é composta por apenas um coordenador, encarregado de supervisionar todo o trabalho sobre mudança do clima no país, incluindo adaptação, atividades de eficiência energética, atividades relacionadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o programa de redução de emissões do desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento (REDD). Há uma necessidade de pelo menos dois ou três membros adicionais para assegurar a continuidade no âmbito da equipe de mudança do clima e a estrutura institucional. Um dos vários esforços que precisariam ser deflagrados é a ampliação da conscientização dos decisores políticos para que compreendam a importância de uma estrutura institucional sólida e estável.

A segunda prioridade para a Libéria dar início ao processo do NAP é ampliar a capacidade de coleta, análise e armazenamento de dados relevantes, sobretudo dados meteorológicos. Até recentemente, o país não tinha meteorologistas qualificados. Já que a China começou a oferecer bolsas de estudo na área de meteorologia, a Libéria tem chances de ter mais meteorologistas no futuro próximo, que também serão capazes de trabalhar em questões de mudança do clima nos níveis regional e internacional. As atividades meteorológicas da Libéria são fragmentadas entre diferentes instituições.



Encontra-se em fase de elaboração um projeto para a criação de uma agência nacional de meteorologia, que precisa ser aprovada pelo Presidente. No momento de redação deste documento, o trabalho jurídico para reconhecer esta nova agência governamental estava finalizado. Em paralelo, o currículo acadêmico está em fase de revisão de modo a incluir cursos relacionados a questões ambientais, principalmente a mudança do clima.

Integração da adaptação à mudança do clima aos planos de desenvolvimento. A segunda edição do Documento da Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP) da Libéria está em fase de elaboração. A integração da problemática da mudança do clima está prevista, mais especificamente questões de adaptação em diversos setores. Além disso, a Libéria, por meio do Ministério do Planejamento e Economia, está recebendo o apoio da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) visando a integração de considerações de gênero relativamente à mudança do clima em uma versão zero de uma estratégia para gênero e mudança do clima. Uma vez concluída, essa versão será integrada ao segundo PRSP.

Com três projetos de PANA em diferentes fases de implementação, a Libéria está abordando suas três prioridades mais urgentes: agricultura, zonas costeiras e alerta precoce.



2.5 NEPAL

O Nepal é um país montanhoso sem acesso ao mar situado no Himalaia central. A população é predominantemente rural, com acima de 85% dela dedicada à agricultura, em grande parte para fins de subsistência. Com 33%, o setor agrícola é o segundo maior contribuinte para o PIB, depois do setor de serviços, com 39%, seguido da

indústria, com 23%, e do turismo. O Nepal é altamente vulnerável à mudança do clima. As próprias avaliações de vulnerabilidade do país sugerem que mais de 1,9 milhão de habitantes são altamente vulneráveis aos impactos da mudança do clima, e que 10 milhões estão cada vez mais vulneráveis, de tal modo que é provável que a mudança do clima resulte em um aumento considerável desses números no futuro.

Linha do tempo do processo de elaboração do PANA no Nepal



PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DO LDCF

Conforme indicado abaixo, o Nepal listou nove programas prioritários em seu PANA. Uma dessas prioridades é lidar com as inundações provocadas pela irrupção de lagos glaciais (GLOF, na sigla em inglês) por meio da melhoria dos esforços de vigilância e redução de riscos de desastres. Como a evolução das inundações no Nepal está intimamente ligada aos efeitos da elevação da temperatura nas altas montanhas,

o país testemunhou o aumento do derretimento de geleiras e da neve, de modo que cerca de 20 lagos glaciais atualmente estão em risco de ruptura. O primeiro projeto do Nepal no âmbito do LDCF visa reduzir as perdas humanas e materiais provocadas pela GLOF no distrito de Solukhumbu e prevenir ocorrências de inundações catastróficas na cordilheira de Terai e Churia. A nota conceitual do projeto foi submetida ao GEF em maio de 2011.

Título do projeto	Projeto de redução do risco de inundações e de ruptura de lagos glaciais
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Departamento de Hidrologia e Meteorologia e Departamento para a Prevenção de Desastres Induzidos pela Água (a ser confirmada já que o PDD ainda está por ser finalizado)
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	2/9
Setores abrangidos	Recursos hídricos
Componentes do projeto	1. Redução do risco de irrupção de lagos glaciais (GLOF) nas altas montanhas 2. Gestão comunitária do risco de Inundações na cordilheira do Terai/Churia
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	6,9/25,8
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Maio de 2011 e aprovação do PIF pelo GEF em julho de 2011
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral (PPG ainda não submetido)
Andamento da implementação em campo	Documento de projeto completo em fase de elaboração

PROCESSO DO PANA

O PANA do Nepal constitui o primeiro produto de uma abordagem ecossistêmica nacional. O principal objetivo do PANA é reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade adaptativa de uma região montanhosa por meio do equacionamento das necessidades de adaptação urgentes e imediatas, e também no médio e longo prazos. O Nepal acredita que essa abordagem irá oferecer uma oportunidade para intensificar o desenvolvimento de capacidades e aprimorar a coerência e articulação nos níveis nacional, local e comunitário.

O PANA explora formas de vincular adaptação ao desenvolvimento de baixo carbono visando uma série de benefícios correlatos e economias de escala. Além disso, o PANA do Nepal investiga um processo para incorporar a adaptação à mudança do clima à agenda de desenvolvimento nacional, a fim de identificar projetos de adaptação prioritários e criar um plano de ação local para a adaptação. O PANA oferece uma base para todo o apoio às atividades de adaptação no Nepal, para uma abordagem programática coerente e a redução da vulnerabilidade e dos impactos da mudança do clima em todo o país.

Planos de ação locais para adaptação (LAPAs, na sigla em inglês) foram lançados para a implementação do PANA em campo. Os LAPAs detalham ações locais de adaptação em pontos específicos para implementação por meio de uma abordagem comunitária de adaptação. Em novembro de 2011, o Governo do Nepal aprovou o Quadro Nacional de LAPAs futuras com o intuito de promover e assegurar a integração das ações/opções de adaptação no processo de planejamento local.

Implementação do PANA. Para obter acesso a recursos do LDCF, o Nepal combinou seus perfis de manejo florestal e ecossistêmico do PANA a fim de viabilizar inovações de adaptação de cunho climático e adaptação ecossistêmica. Os perfis combinados foram integrados em um projeto de PANA apresentado ao LDCF para fins de financiamento. O projeto também deve se beneficiar de um programa de adaptação ecossistêmica global existente relativo a diversos ecossistemas montanhosos (no Peru, Uganda e Nepal), gerido pelo PNUMA, PNUD e UICN.

Fora do âmbito do LDCF, o Programa de Apoio ao Combate à Mudança do Clima Nepal (NCCSP) foi lançado para implementar ações de adaptação com base em um dos perfis do PANA: ampliação da adaptação comunitária por meio do manejo integrado de agricultura, recursos

hídricos, florestas e biodiversidade. O custo inicial do programa será de aproximadamente £ 14,6 milhões, dos quais £ 7 milhões serão cobertos pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, e £ 7,6 milhões (€ 8,6 milhões), pela União Europeia. Com base no PANA do Nepal e na Política de Mudança do Clima de 2011, pelo menos 80% do orçamento total deve ser destinado a atividades em campo. Esse programa apresenta dois resultados principais: 1) criação de mecanismos nos níveis local e regional para implementar e promover iniciativas dimensionáveis, 2) fortalecimento de instituições relevantes nos níveis nacional e local a fim de subsidiar a concepção, implementação e o monitoramento de intervenções para a integração da mudança do clima.

Em agosto de 2012, setenta LAPAs foram elaborados, com o início da implementação previsto para o futuro próximo como parte do NCCSP. Além disso, referências foram documentadas e foram criados indicadores de monitoramento e avaliação visando a implementação de LAPAs para marcar avanços e reconhecer mudanças no tratamento de vulnerabilidades climáticas e no aprimoramento da capacidade de adaptação.

Do PANA a um programa estratégico para a resiliência ao clima. Com base na experiência acumulada durante a elaboração do PANA e nas estruturas institucionais estabelecidas para apoiá-lo, o Nepal foi selecionado como um dos países para participar do Projeto-Piloto de Resiliência ao Clima (PPCR). O PPCR foi lançado pelo Banco Mundial, e está melhorando ainda mais a abordagem ecossistêmica do Nepal de modo a fortalecer a resiliência de comunidades vulneráveis. No âmbito do PPCR, o país elaborou um programa estratégico de resiliência ao clima (SPCR) centrado em três elementos-chave para a formação de comunidades resilientes:

- Aumento da resiliência de sistemas aquáticos naturais, como recursos essenciais para o desenvolvimento social e econômico sustentável;
- Aumento da resiliência de comunidades vulneráveis e seu meio ambiente;
- Fortalecimento da capacidade de gestão do risco da mudança do clima como meio para a transformação necessária para integrar a gestão do risco sistemático ao planejamento do desenvolvimento.

A estimativa de custo do SPCR é de USD 86 milhões. Um dos componentes, “Integração da Gestão do Risco de Mudança do Clima ao Desenvolvimento” (USD 7,1 milhões), está em fase de implementação.

O Nepal usou seu PANA como ponto de entrada para o financiamento da adaptação além do LDCF. O país também usa as experiências e resultados do processo do PANA para desenvolver programas que irão determinar as atividades de adaptação em diferentes escalas espaciais e temporais. O PANA do Nepal também promoveu o estabelecimento de um mecanismo de coordenação para tratar de questões de mudança do clima.



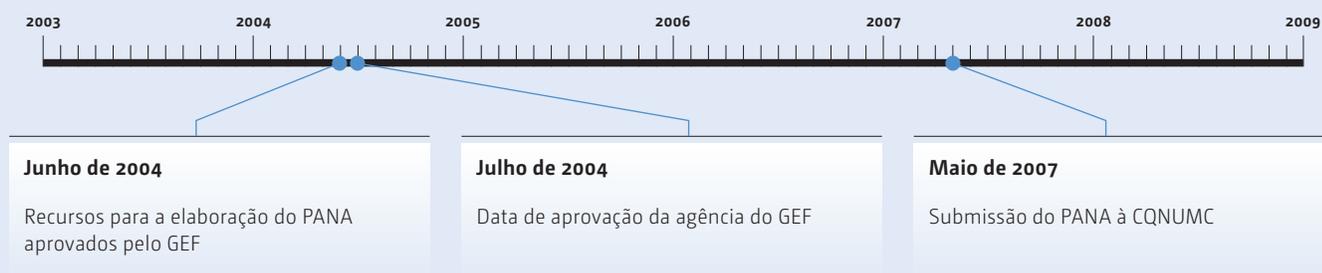


2.6 RUANDA

Ruanda é um país montanhoso densamente povoado no sudeste da África. Em 2002, o setor da agricultura sozinho respondia por 43% do PIB e sustentava quase 90% da população do país, 83% da qual residem em áreas rurais. Entretanto, a produtividade agrícola depende quase exclusivamente da qualidade da estação chuvosa, o que

torna o país bastante vulnerável à mudança do clima. A intensificação da frequência de secas, inundações, deslizamentos de terra e erosão observada hoje em Ruanda diminuiu consideravelmente a capacidade de produção de alimentos do país. Em Ruanda, as mulheres tornaram-se agentes ativos de transição, e a igualdade de gêneros no futuro está sendo considerada.²¹

Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em Ruanda



PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DO LDCF

Ruanda identificou sete atividades prioritárias em seu PANA, e realizou um projeto no âmbito do LDCF que implementará duas dessas prioridades. Os objetivos gerais do projeto são o fortalecimento dos serviços meteorológicos e hidrológicos do país por meio da criação de sistemas de alerta precoce e prontidão para desastres e apoio ao manejo integrado de bacias

hidrográficas para todo o país. O projeto também visa reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas Gishwati e das respectivas bacias hidrográficas de crista do Nilo-Congo, além da vulnerabilidade das pessoas que extraem seu sustento delas, diante do aumento de inundações e secas ocasionadas pela mudança do clima. Aprovada pelo Diretor Geral do GEF em março de 2010, o projeto se encontra em fase de implementação.

Título do projeto	Redução da vulnerabilidade à mudança do clima por meio da criação de sistemas de alerta precoce e prontidão para desastres e apoio ao manejo integrado de bacias hidrográficas em áreas sujeitas a inundações
Agência de implementação	PNUD e PNUMA
Agência executora nacional	Ministério dos Recursos Naturais (MINIRENA)
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	2/7
Setores abrangidos	Meteorologia, hidrologia, agricultura, recursos hídricos, arossilvicultura
Componentes do projeto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação e previsão do risco da mudança do clima 2. Estratégias de planejamento da adaptação e resposta à mudança do clima 3. Redução dos efeitos adversos de inundações e secas nas bacias hidrográficas de crista do Nilo-Congo e no ecossistema de Gishwati 4. Gestão do conhecimento
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	4/16,4
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Outubro de 2008
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Março de 2010
Andamento da implementação em campo	Implementação em andamento

²¹ Fonte: Mageza-Barthel, R. in Governance and Limited Statehood Series. 2012. Gender in transitional justice. Pp.185,186.

Implementação do PANA. Ruanda decidiu implementar seus projetos de PANA na sequência nele apresentada, ciente de que os projetos iniciais são transversais e lidam com o manejo integrado de bacias hidrográficas. O atual projeto está sendo implementado paralelamente ao Projeto PNUD-Japão de Adaptação para a África (AAP). É intitulado “Apoio a abordagens integradas e abrangentes para a adaptação à mudança do clima na África - A criação de uma abordagem nacional abrangente em Ruanda”. Também apresenta elos com a Iniciativa de Adaptação à Mudança do Clima e Desenvolvimento (CC-DARE: mudança do clima e desenvolvimento, adaptação paralela à redução da vulnerabilidade), projeto coordenado pelo PNUMA que terminou em 2010.

No período 2007-2008, quando Ruanda passou à fase de implementação do PANA, o apoio foi fornecido pelo PNUMA na qualidade de agência selecionada do GEF. Como o PNUMA não tem um escritório de país em Ruanda, foi firmada uma parceria para mobilizar o PNUD com vistas a auxiliar com o trabalho de campo a ser feito. O PNUMA estava prestando assistência com o componente de alerta precoce do projeto. Apesar do apoio, houve dificuldades nas seguintes áreas: (i) compreensão de diferentes formatos e procedimentos utilizados pelas agências e pelo GEF que levaram a um longo processo de ajuste da proposta de projeto desenvolvida pela equipe do PANA para atender às exigências do GEF e (ii) justificativa do co-financiamento.

Acesso aos recursos. Apenas duas pessoas em Ruanda trabalharam com o processo de acesso aos recursos do LDCF, pessoas essas que têm a experiência básica de trabalho em outros projetos. Em decorrência disso, e devido às dificuldades dos procedimentos e requisitos para o desenvolvimento de projetos no âmbito do LDCF, o Ministério dos Recursos Naturais, responsável pelo primeiro projeto do PANA, ficou impossibilitado de realizar o processo. Assim, o projeto foi desenvolvido

e está sendo implementado pela Autoridade de Manejo Ambiental de Ruanda (REMA) em parceria com a Agência Meteorológica do país (Meteo Rwanda). São necessários mais treinamentos para desenvolver capacidades em Ruanda para o desenvolvimento de projetos e solicitação de verbas de janelas internacionais de financiamento, como o LDCF.

Integração da adaptação à mudança do clima aos planos do desenvolvimento. No PANA de Ruanda, o processo de seleção de prioridades esteve estreitamente ligado às várias políticas nacionais e setoriais do país. Além disso, o PANA foi usado para subsidiar a segunda estratégia nacional de redução da pobreza, chamada de Estratégia de Desenvolvimento Econômico e Redução da Pobreza (EDPRS). A EDPRS declara especificamente que “um quadro de incentivos será instituído para a implementação do PANA”. Como resultado dessa integração, a contrapartida de financiamento do governo, inclusive projetos paralelos, está prevista como uma das principais oportunidades de financiamento para a implementação do PANA. A equipe de mudança do clima irá mobilizar ONGs locais, o setor privado e a organizações da sociedade civil, bem como apoio bilateral.

Considerações sobre adaptação no médio e longo prazo. Para lançar as bases para o processo do NAP, Ruanda precisa, entre outras coisas, receber apoio para a coleta e análise de dados e, em particular, para: expansão da coleta de dados, obtenção de acesso a dados disponíveis que possam ser aplicados no nível comunitário, viabilização da geração de dados secundários oriundos de outras fontes primárias para aplicação na adaptação à mudança do clima e recebimento de ferramentas e capacitação para a análise de dados em áreas temáticas essenciais (meteorologia, hidrologia, agricultura, recursos hídricos, agrossilvicultura, questões específicas relacionadas aos países sem acesso ao mar, etc.).

Em Ruanda, foram feitos avanços expressivos para integrar o PANA às estratégias de desenvolvimento e, desse modo, o PANA foi utilizado para subsidiar a segunda estratégia nacional de redução da pobreza.





2.7 SENEGAL

O Senegal é um país da região do Sahel situado na ponta ocidental da África. No geral, seus solos apresentam baixa fertilidade e em vários locais são frágeis, suscetíveis à erosão eólica e hídrica. Em regiões semi-áridas como a do Senegal, a escassez de água constitui um problema sério. O uso sistemático de águas subterrâneas para o sustento humano e a pecuária é um imperativo de

desenvolvimento por causa da degradação do solo e da falta de água superficial resultante da queda acentuada nos índices de precipitação observada nos últimos anos. Conseqüentemente, um dos setores mais vulneráveis identificados no PANA de Senegal é o de recursos hídricos. Outros setores vulneráveis incluem a agricultura e a segurança alimentar, além das zonas costeiras. As populações em maior situação de risco são as mulheres, os horticultores e os pescadores.

Linha do tempo do processo de elaboração do PANA no Senegal



PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DO LDCF

O Senegal listou quatro atividades prioritárias em seu PANA. Seu primeiro projeto visa abordar duas dessas prioridades por meio do aumento da resiliência dos sistemas de produção agrícola e respectivas cadeias de valor aos impactos do clima sobre o setor de recursos hídricos e da garantia do abastecimento e disponibilidade

de água para uso agrícola em um cenário de crescente escassez hídrica induzida pela mudança do clima. Ao visar um recurso vulnerável ao clima importante para o sustento da agricultura, o projeto contribuirá para assegurar o atendimento dos objetivos de segurança alimentar e de subsistência rural que são prejudicados pelos efeitos da mudança do clima.

Título do projeto	Projeto de adaptação à mudança do clima nas áreas de manejo de bacias hidrográficas e retenção hídrica
Agência de implementação	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)
Agência executora nacional	Ministério da Agricultura, Ministério de Hidráulica e Sistema Nacional de Águas e Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Retenção Hídrica e Lagos Artificiais
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	2/4
Componentes do projeto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de capacidades, sensibilização e gestão do conhecimento no nível nacional 2. Aproveitamento de águas pluviais e manejo de bacias hidrográficas 3. Conservação hídrica e eficiência na irrigação 4. Monitoramento e avaliação
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	5,5/15,675
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Junho de 2010 (data de nova submissão)
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Andamento da implementação em campo	Implementação em campo prestes a começar

Processo do PANA. As estruturas institucionais para tratar de questões de mudança do clima no Senegal estão bem definidas. Um comitê nacional de mudança do clima foi instituído em 1997/1998, resultando no aumento da conscientização das partes interessadas do país acerca de questões de mudança do clima antes da elaboração do PANA. A estrutura existente ajudou a criar uma dinâmica positiva para o avanço do processo do PANA no Senegal, processo este que está alinhado aos esforços de descentralização do país. Uma parcela maior de responsabilidade foi transferida às autoridades locais, sobretudo em termos de poder de decisão em questões relacionadas a recursos naturais e ao meio ambiente.

Logo após a submissão do PANA, o projeto teve início no âmbito da Iniciativa conjunta de Adaptação à Mudança do Clima e Desenvolvimento (CC Dare) do PNUD e do PNUMA. Essa iniciativa implementa algumas das prioridades do PANA e atualmente está próxima da conclusão.

Implementação do PANA. Durante a fase de elaboração, não havia planos claros para uma estratégia de implementação. Esta foi uma das experiências compartilhadas por vários outros países durante a oficina do Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos realizada em Bamako, em fevereiro de 2010.²² Para muitos países, inclusive o Senegal, a ênfase se deu na elaboração do documento do PANA. No entanto, apesar da falta de visibilidade nessa fase, o Senegal apresentou seus projetos prioritários do PANA agrupando-os conforme uma abordagem programática e com descrições detalhadas dos custos. Além disso, durante a fase de implementação, de forma natural, os parceiros bilaterais de longa data do Senegal foram mobilizados para prestar apoio futuro.

O primeiro projeto apresentado ao LDCF foi desenvolvido com a assistência do FIDA, e concentra-se no manejo dos recursos hídricos. A equipe do PANA que redigiu o PIF recebeu várias sugestões do FIDA no sentido de reformular o documento para que atendesse às prioridades do primeiro PANA de forma mais adequada. Para dar continuidade ao projeto, o Senegal escreveu ao secretariado para informar que o PANA havia sido ligeiramente revisado para alterar as prioridades. O projeto finalmente recebeu a aprovação do Diretor Geral do GEF em janeiro de 2012.



Várias prioridades do PANA atualmente estão incluídas em projetos, implementados por meio de fontes de financiamento que não o LDCF, inclusive fundos bilaterais. Além disso, outras medidas de adaptação em andamento foram financiadas diretamente pelo governo sem o apoio de parceiros bilaterais ou multilaterais.

Acesso aos recursos. Até o momento, o acesso a recursos do LDCF e outros recursos para a implementação das prioridades do PANA não foi um grande desafio para o Senegal. A colaboração entre as agências e as autoridades do governo do Senegal sempre foi mantida de forma nivelada, resultando em uma colaboração aberta e igualitária. Em virtude do forte vínculo institucional e mobilização em torno de questões de mudança do clima do Senegal, as agências de implementação tiveram pleno envolvimento no desenvolvimento dos projetos desde o início.

²² Mais informações sobre essa oficina e as oficinas do LEG em geral estão disponíveis em: <<http://www.unfccc.int/ldc>>.



O acesso a recursos do LDCF e outros recursos para a implementação das prioridades do PANA não foi um grande desafio para o Senegal. O país sempre manteve uma colaboração bem nivelada e aberta com seus parceiros bilaterais e multilaterais. O Senegal foi o primeiro PMD a credenciar uma entidade nacional de implementação no âmbito do Fundo de Adaptação.

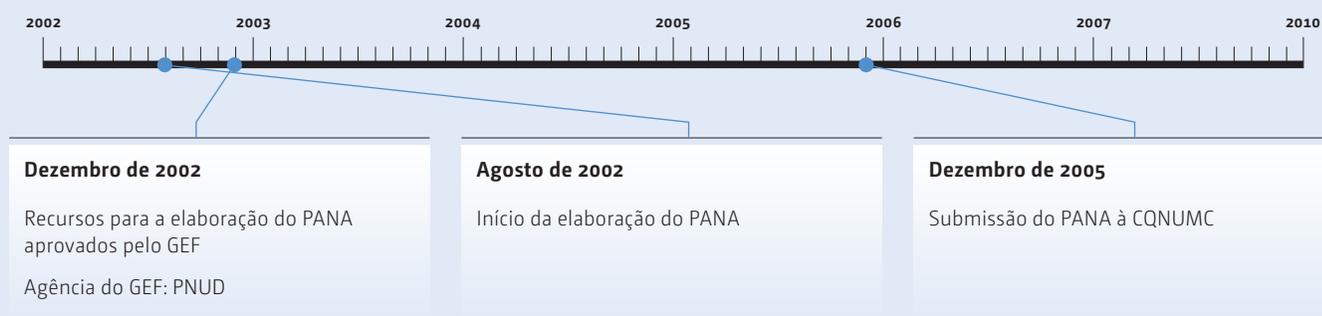


2.8 SAMOA

A Samoa, assim como outros pequenos estados insulares em desenvolvimento, é altamente vulnerável a desastres naturais e à dinâmica econômica e comercial externa. Entre esses desastres naturais, estão ciclones tropicais, períodos prolongados de seca, inundações extremas, pragas e surtos repentinos de doenças, ondas de tempestades e elevação do nível do mar.

A mudança do clima e a elevação do nível do mar são preocupações sérias, haja vista que 70% da população e da infraestrutura de Samoa estão localizadas em áreas costeiras de baixa altitude. A economia de Samoa está condicionada em grande parte a seus recursos naturais, que são dependentes de condições climáticas favoráveis ao crescimento e à subsistência.

Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em Samoa



PROJETOS DO PANA EM IMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DO LDCF

O PANA abrange nove setores diferentes: agricultura e segurança alimentar, saúde, sistemas de alerta precoce, recursos hídricos, turismo, planejamento e gestão urbana, silvicultura e gestão costeira e meteorologia.

O objetivo do primeiro projeto de PANA de Samoa no âmbito do LDCF foi o de aumentar a capacidade de resiliência e adaptação do país frente à ameaça da mudança do clima, por meio de intervenções direcionadas de adaptação em quatro áreas temáticas: saúde, agricultura e segurança alimentar, manejo de ecossistemas e sistemas de alerta precoce.

Título do projeto	Adaptação integrada aos riscos da mudança do clima na agricultura e na saúde em Samoa
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente, Serviços Nacionais de Saúde, Ministério da Agricultura e Pesca
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	4/9
Setores abrangidos	3
Componentes do projeto	1. Gestão de informações sobre o risco do clima 2. Adaptação do setor agrícola 3. Adaptação do setor de saúde 4. Gestão do conhecimento
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	2,255/2,150
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Abril de 2007
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Fevereiro de 2009
Andamento da implementação em campo	Projeto próximo da conclusão

O segundo projeto de PANA de Samoa no âmbito do LDCF procurou aumentar a resiliência dos ecossistemas florestais do país.

Título do projeto	Integração do risco da mudança do clima e resiliência no manejo florestal (ICCRIFS)
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e Pesca
Número de prioridades do PANA abrangidas	1/9
Componentes do projeto	1. Integração à formulação de políticas e fortalecimento institucional 2. Implementação da adaptação comunitária 3. Gestão do conhecimento
Setores abrangidos	4 (Saúde, agricultura e segurança alimentar, conservação de ecossistemas e sistema de alerta precoce)
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	2,640/2,150
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Dezembro de 2009
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Março de 2011
Andamento da implementação em campo	Metade da implementação concluída

O terceiro projeto do PANA de Samoa no âmbito do LDCF se concentrou na integração da mudança do clima e dos riscos de desastres e resiliência nos instrumentos de

políticas relacionados ao turismo, planejamento e gestão de áreas de exploração turística e operações turísticas comunitárias.

Título do projeto	Melhoria da resiliência de comunidades dependentes do turismo aos riscos da mudança do clima
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Autoridade de Turismo de Samoa, Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente
Número de prioridades do PANA abrangidas	1/9
Componentes do projeto	1. Revisão dos processos de planejamento, regulamentos e instrumentos financeiros relacionados às operadoras de turismo em Samoa 2. Adoção de medidas de adaptação à mudança do clima em áreas nacionais demarcadas para a exploração turística
Setores abrangidos	2 (Setor de turismo, conservação de ecossistemas)
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	2,150/4,100
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Dezembro de 2011
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Documento do projeto completo em elaboração, ou seja, ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Andamento da implementação em campo	-

As prioridades restantes do PANA foram incluídas em dois projetos, e estão sendo implementadas fora do âmbito do LDCF. Sua implementação conta com o apoio da União Europeia (UE), do PNUD e do Programa de Adaptação do Pacífico à Mudança do Clima (PACC) do GEF.

Processo do PANA. O PANA de Samoa tem como principais objetivos: desenvolvimento e implementação de atividades

de projeto imediatas e urgentes visando a adaptação à mudança do clima e variabilidade climática; proteção da vida e dos meios de subsistência humanos, infraestrutura e meio ambiente; incorporação de medidas e metas de adaptação a políticas nacionais e setoriais e metas de desenvolvimento; e ampliação da consciência acerca dos impactos da mudança do clima e das atividades de adaptação junto a comunidades, à sociedade civil e ao

governo. O PANA de Samoa foi considerado em uma fase inicial como o quadro de adaptação de Samoa. Portanto, os doadores e agências dispostos a apoiar o trabalho de Samoa na adaptação à mudança do clima o fizeram no âmbito do quadro do PANA.

Antes do processo de PANA, o envolvimento de Samoa em atividades relativas a mudança do clima foi a elaboração da Primeira Comunicação Nacional e a implementação de um projeto de adaptação independente. Desde então, os Ministérios se sentem à vontade no diálogo sobre as questões climáticas. Embora a coordenação possa ser aprimorada ainda mais visando o desenvolvimento de capacidades para a formulação de políticas, o processo do PANA estabeleceu boas estruturas institucionais para tratar da adaptação à mudança do clima em Samoa.

Implementação do PANA. Samoa empregou uma abordagem integrada para a combinação das prioridades identificadas no PANA e para o planejamento estratégico da implementação dessas prioridades em consonância com sua estratégia e suas políticas de desenvolvimento nacional. O PANA de Samoa inclui nove perfis de projetos, que definem atividades de adaptação prioritárias e urgentes nos setores mais vulneráveis. Três dessas atividades prioritárias do PANA já estão em fase de implementação fora do âmbito do LDCF, inclusive com o apoio da UE (US\$ 20 milhões para o setor de recursos hídricos), PNUD (ordenamento territorial) e Programa de Adaptação do Pacífico à Mudança do Clima do GEF (zonas costeiras). Dos setores do PANA restantes, cinco foram selecionados para receber financiamento no âmbito do LDCF.

Levando em consideração as principais vulnerabilidades identificadas no perfil de risco climático de Samoa, em vez de se concentrar em um setor para a consideração do LDCF, o Governo de Samoa elaborou uma proposta de projeto integrado para implementar atividades de adaptação em quatro setores identificados no PANA,



a saber: (i) saúde relacionada ao clima; (ii) agricultura e segurança alimentar; (iii) conservação de ecossistemas; e (iv) sistemas de alerta precoce. A decisão de desenvolver uma abordagem integrada baseou-se nos quatro elementos a seguir: melhoria da coerência e integração, e aumento do controle nacional; ampliação dos esforços de adaptação, ampliação do financiamento para atividades de adaptação e oportunidade para a mobilização contínua de vários parceiros e aumento da eficiência das ações de adaptação e economias de escala.

Acesso aos recursos: Samoa levou três anos entre a conclusão de seu PANA e a submissão de seu primeiro documento de projeto (PIF) de PANA ao LDCF como candidatura ao financiamento. Essa situação deveu-se à falta de clareza à época da divulgação das diretrizes do GEF para a fase de implementação do processo do PANA. Samoa está recebendo apoio do PNUD, a única agência do GEF com representação permanente na região. Samoa também está pronta para ter acesso a financiamento internacional, inclusive ao LDCF via acesso direto. Para se preparar nesse sentido, o Ministério da Fazenda está se tornando uma entidade nacional de implementação no âmbito do Fundo de Adaptação.²³

Samoa empregou uma abordagem integrada para a combinação das prioridades identificadas no PANA e para o planejamento estratégico da implementação dessas prioridades em consonância com sua estratégia e políticas de desenvolvimento nacional.

²³ Entidades Nacionais de Implementação no âmbito do Fundo de Adaptação são instituições nacionais credenciadas pelo Fundo para receber repasses diretos de recursos para realizar projetos e programas de adaptação.

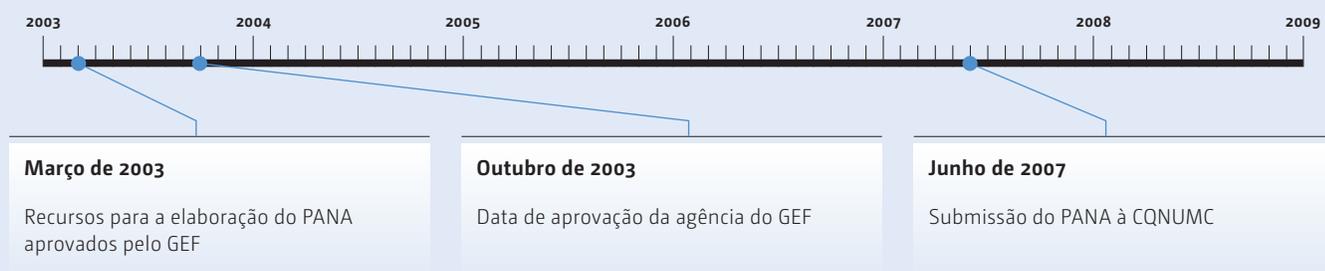


2.9 SUDÃO

O Sudão é um país de grande extensão territorial na África Oriental cuja costa corta o Mar Vermelho. Composto em grande parte por terras áridas e desérticas, os recursos hídricos no Sudão são limitados, ao passo que a fertilidade

do solo é baixa e as secas são comuns. Essas condições estruturais são exacerbadas por uma série de pressões antrópicas que tornam o Sudão extremamente vulnerável a choques climáticos atuais e futuros. O Sudão se tornará ainda mais vulnerável diante da mudança do clima no futuro se medidas de adaptação não forem tomadas.

Linha do tempo do processo de elaboração do PANA no Sudão



PROJETOS DO PANA EM EXECUÇÃO

O Sudão definiu cinco atividades prioritárias em seu PANA, e propôs dois projetos no âmbito do LDCF.

O primeiro projeto do Sudão no âmbito do LDCF pretende implementar um conjunto de medidas urgentes que minimizem e revertam a insegurança alimentar

e aumentem a capacidade de adaptação de pequenos agricultores e pastores em relação à mudança do clima, inclusive a variabilidade, em cinco regiões vulneráveis. Seus componentes, entre outros, visam fortalecer a resiliência à mudança do clima dos sistemas de produção de alimentos e comunidades que sofrem de insegurança alimentar.

Título do projeto	Implementação de intervenções prioritárias do PANA para aumentar a resiliência dos setores da agricultura e recursos hídricos aos impactos adversos da mudança do clima
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Conselho Superior de Meio Ambiente e Recursos Naturais
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	5/5
Componentes do projeto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementação de medidas-piloto de adaptação em locais de demonstração 2. Desenvolvimento de capacidades adaptativas nacionais e locais 3. Gestão do conhecimento
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	3,7/7,3
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Agosto de 2007
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Setembro de 2009
Andamento da implementação em campo	Fase avançada de implementação em campo

O segundo projeto de PANA submetido ao LDCF tem o objetivo de aumentar a resiliência ao clima de comunidades de agricultores e pastores que dependem das

chuvas em regiões de alta variabilidade de precipitação por meio do financiamento do risco climático.

Título do projeto	Financiamento do risco climático para tornar sustentáveis e resilientes ao clima os sistemas agropecuários que dependem das chuvas
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	5/5
Componentes do projeto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quadro institucional e capacidades para a observação sustentável do clima e alerta precoce 2. Capacidades para projetar e implantar seguros indexados ao clima para enfrentar o risco residual e promover a adaptação no longo prazo 3. Oferta de serviços financeiros a agricultores e pastores a fim de aumentar a capacidade adaptativa dos meios de subsistência rurais
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	3,7/7,3
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Abril de 2012
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Andamento da implementação em campo	Projeto recém-iniciado

Processo do PANA. No Sudão, o PANA tornou-se um documento estratégico para a abordagem de investidores e doadores. Todos os setores foram contemplados na elaboração do PANA. A configuração institucional tanto para a elaboração como para a implementação do PANA se baseia nas estruturas descentralizadas existentes que caracterizam o sistema de governo sudanês. Essa escolha facilitou a seleção de pontos focais do PANA em cada um dos cinco estados selecionados. O PANA foi concluído em três anos, porém, se fosse para ser realizado hoje, considerando as experiências e conhecimentos acumulados, provavelmente levaria apenas seis meses. O PANA foi a primeira oportunidade de realização de vários estudos diferentes relacionados à mudança do clima.

Implementação do PANA. À época da elaboração, uma estratégia de implementação sólida visando a plena implementação do PANA não foi considerada devido à falta de diretrizes claras e ao nível reduzido de financiamento oferecido pelo LDCF naquele momento. Contudo, o desenvolvimento de capacidades não representou um problema, uma vez que o Sudão conta com muitos especialistas competentes na gestão e implementação de projetos.

O primeiro projeto de PANA encontra-se em fase de implementação. Verbas foram liberadas em fevereiro de 2010 e a implementação já começou. Em cada

estado, a implementação é supervisionada pela mesma força-tarefa encarregada da elaboração do PANA. Para este projeto, o país contratou um gerente de projetos, um vice-coordenador de projetos e um secretário para elaborar as propostas de projetos.

Uma oficina introdutória de cinco dias foi realizada entre março e abril de 2010. Para auxiliar as equipes de execução, um especialista em implementação de projetos foi nomeado para cada estado, bem como três assistentes com experiência em agricultura, recursos hídricos e pecuária para fazer os preparativos para a oficina introdutória e atividades de implementação. Cada equipe do PANA foi encarregada de elaborar seu plano de trabalho. As equipes tiveram duas semanas para consolidar os planos para seu estado. O gerente de projetos e sua equipe viajaram para os cinco estados e se reuniram com a equipe de projetos local e o governo municipal para acertar um plano de trabalho de três meses, referente ao desembolso de fundos e ao processo de monitoramento e avaliação do projeto. Em cada estado, os ministros responsáveis anunciaram a criação de um comitê gestor composto por autoridades do governo, instituições de pesquisa e ONGs. As comunidades locais estão muito entusiasmadas com a perspectiva do projeto ser implementado e, em decorrência disso, muitos membros se voluntariaram a trabalhar no projeto.

O segundo projeto de PANA encontra-se em estágio inicial de implementação, passando do PIF à elaboração do documento de projeto completo.

Questões de gênero. As questões de gênero foram plenamente integradas ao PANA. O gênero foi um dos critérios adotados para classificar as atividades prioritárias como parte de uma análise de vários critérios do PANA. Além disso, em todo o processo do PANA, as mulheres tiveram um bom envolvimento em todas as fases e todos os níveis. Havia mulheres no comitê gestor, na força-tarefa estadual e no comitê técnico, e elas também participaram das diversas oficinas organizadas para avaliar as opções de adaptação.

Acesso aos recursos. A falta de fundos do LDCF causou um problema de igualdade. No início do ano 2000, em uma reunião à margem do processo intergovernamental, o GEF anunciou às Partes que apenas US\$ 200.000 estavam disponíveis para cada um deles para a elaboração dos PANAs. Dependendo das características do país, esses recursos eram adequados ou insuficientes. No caso do Sudão, estava claro que esse montante não era suficiente para contemplar todos os 25 estados na elaboração do PANA. A equipe se viu obrigada a selecionar apenas 5 entre

os 25 estados. Hoje, os estados excluídos do processo do PANA estão exercendo pressão sobre o governo federal, exigindo os mesmos benefícios das medidas de adaptação que os proporcionados por meio do PANA. Verifica-se também a mesma falta de igualdade no acesso a verbas para a implementação de projetos.

Em paralelo ao LDCF, a equipe do Sudão lança mão de seu documento de PANA para abordar doadores bilaterais com vista a mobilizar fontes de financiamento que não o LDCF. O Sudão também está considerando a possibilidade de mobilizar recursos nacionais para financiar a implementação do PANA.

Considerações sobre adaptação no médio e longo prazo. Para a adaptação no médio e longo prazo, há uma oportunidade real de consolidação das conquistas do PANA, inclusive a maior facilidade de acesso a dados e informações, e as avaliações iniciais de vulnerabilidade realizadas em 5 das 25 regiões do país. Entretanto, será necessário um apoio considerável, sobretudo da comunidade internacional, para gerir melhor os dados e informações, realizar uma avaliação de vulnerabilidade de âmbito nacional e assegurar meios de implementação das medidas de adaptação.

Questões de gênero foram consideradas e a desigualdade foi abordada pelo Sudão para a elaboração e a implementação do PANA.



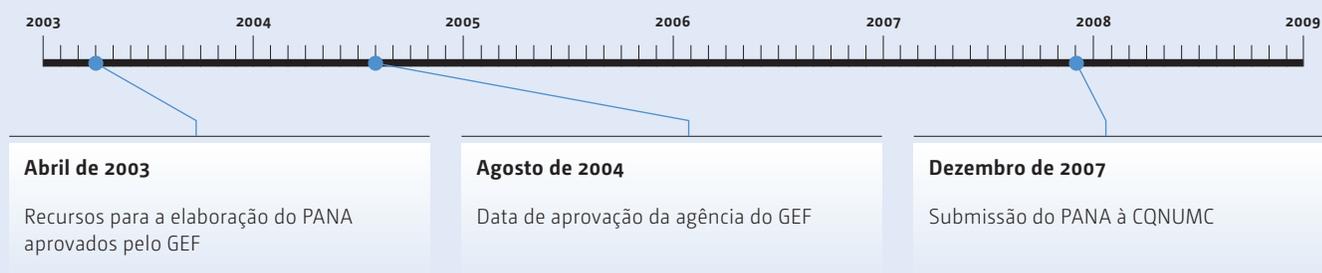


2.10 VANUATU

Vanuatu é um arquipélago de ilhas vulcânicas e vulcões submarinos situado no Oceano Pacífico ocidental. A economia do país é composta por um grande setor agrícola de pequenos produtores de subsistência, que gera emprego para mais de 65% da população, e por um pequeno setor de pesca monetizada, serviços financeiros offshore e turismo.

Cerca de 80% da população reside em áreas rurais e extrai seu sustento da agricultura. Como a agricultura e o turismo são vulneráveis aos desastres relacionados ao clima, essas ocorrências prejudicam o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional. Vanuatu está exposto a uma ampla gama de desastres naturais e climáticos, inclusive ciclones tropicais.

Linha do tempo do processo de elaboração do PANA em Vanuatu



PROJETOS DO PANA EM EXECUÇÃO

Vanuatu listou quatro atividades prioritárias em seu PANA:

- Agricultura e segurança alimentar (preservação/processamento/comercialização, práticas tradicionais e modernas, escambo)
- Políticas e programas de gestão de recursos hídricos (inclusive aproveitamento de águas pluviais)
- Turismo sustentável
- Programas de manejo comunitário de recursos marinhos (manejo moderno e tradicional, aquicultura)
- Manejo florestal sustentável

Em setembro de 2008, Vanuatu propôs um projeto com o objetivo de fortalecer a resiliência ao clima e a redução do risco de desastres para concretizar três das cinco prioridades.

O objetivo geral do primeiro projeto de PANA de Vanuatu no âmbito do LDCF, que é co-financiado pela Comissão Europeia, é a integração da adaptação à mudança do clima e a redução do risco de desastres relacionados ao clima a aspectos básicos da economia e sistemas de gestão de recursos de Vanuatu.

Título do projeto	Aumento da resiliência à mudança do clima e a perigos naturais
Agência de implementação	Banco Mundial
Agência executora nacional	Serviço Meteorológico de Vanuatu
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	3/5
Componentes do projeto	1. Fortalecimento institucional para a gestão da mudança do clima e do risco de desastres; 2. Ampliação da resiliência das comunidades; 3. Promoção de tecnologias aprimoradas para a produção agrícola de alimentos e resiliência à mudança do clima; 4. Segurança de recursos hídricos no meio rural: ampliação do acesso ao abastecimento de água seguro.
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	3/6,2
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Setembro de 2008
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Aprovado pelo Diretor Geral (dezembro de 2012)
Andamento da implementação em campo	A implementação em campo ainda não começou

O segundo projeto de Vanuatu no âmbito do LDCF visa melhorar a resiliência da zona costeira aos impactos da mudança do clima com vistas a proteger os meios

de subsistência e a produção de alimentos, e preservar e melhorar a qualidade de vida em áreas vulneráveis selecionadas.

Título do projeto	Adaptação à mudança do clima na zona costeira de Vanuatu
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Departamento de Proteção e Conservação Ambiental
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	8,28/42,71
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Outubro de 2012
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Andamento da implementação em campo	A implementação em campo ainda não começou

Processo do PANA. O PANA é considerado um documento estratégico importante na mobilização de doadores para o apoio às atividades relacionadas à adaptação. Quando os doadores demonstram interesse em prestar auxílio a Vanuatu, o PANA é apresentado como um documento nacional resultante de um intenso processo de consultas em escala nacional, aprovado pelo Comitê Consultivo Nacional sobre Mudança do Clima e pelo Conselho Nacional de Ministros.

Elaboração do PANA. A elaboração do PANA não apresentou problemas em Vanuatu já que o trabalho foi realizado sob a autoridade do Comitê Consultivo Nacional sobre Mudança do Clima (NACCC), uma estrutura institucional consolidada na área de mudança do clima há mais de 20 anos, instituído antes da Cúpula realizada no Rio. Cada etapa de elaboração do PANA proporcionou lições positivas. As lições de maior sucesso dizem respeito à coleta de informações valiosas sobre a vulnerabilidade durante as consultas às partes interessadas. A equipe visitou todas as províncias e organizou oficinas em que todas as comunidades e setores tiveram participação ativa. Durante essas consultas, a equipe do PANA conseguiu coletar exemplos expressivos de adaptação comunitária tradicional e contemporânea que já haviam sido implementados no nível comunitário. Um dos maiores desafios foi a lentidão da liberação de recursos pelo PNUD, a agência de implementação, o que atrapalhou a implementação das atividades.

Estratégia de implementação do PANA. Antes do início do processo do PANA, o país já havia formulado um projeto de política de mudança do clima e uma estratégia de implementação. Os dois documentos serviram para conceituar uma estratégia de implementação para os

projetos prioritários do PANA. Antes da conclusão do processo, a equipe do PANA já tinha uma boa ideia de como iria fazer avançar os projetos do PANA.

Implementação do PANA. Após a submissão do PANA definitivo em dezembro de 2007, Vanuatu elaborou um PIF. O primeiro PIF foi apresentado ao PNUD de Samoa em janeiro de 2008 com vistas à submissão formal ao LDCF. Após algumas dificuldades operacionais com a agência de implementação, Vanuatu decidiu mudar de agência e deu continuidade ao processo de implementação com o Banco Mundial.

Quanto ao LDCF, a primeira submissão de PIF de Vanuatu foi registrada em 11 de setembro de 2008, cuja aprovação não foi obtida. O LDCF apresentou a Ficha de Avaliação ao Banco Mundial com uma descrição dos problemas que impediram a aprovação da proposta. Vanuatu reapresentou o PIF ao LDCF em 17 de outubro de 2008. O projeto foi aprovado pelo Conselho no dia 26 de novembro de 2008.

Esse projeto de PANA financiado por intermédio do LDCF adotou uma abordagem altamente integrada. Na realidade, ele é parcialmente financiado por meio do LDCF e em parte pelo Programa da Aliança para a Mudança do Clima Global (GCCA) da UE. Os recursos do LDCF asseguraram a contratação de um grupo de consultores localizado na Austrália para auxiliar na elaboração do documento de projeto completo. A formulação desse documento levou mais tempo do que o previsto já que os consultores fizeram várias modificações no documento. O componente de financiamento do GCCA é alocado por um período de cinco a seis anos. Além de viabilizar a implementação das atividades do PANA, essa janela

de financiamento também será usada para aperfeiçoar ainda mais as estruturas institucionais nacionais na área de mudança do clima e apoiar a formulação de políticas relevantes.

Em setembro de 2012, Vanuatu apresentou uma segunda proposta de projeto ao LDCF para a implementação das prioridades restantes do PANA.

Acesso aos recursos. O primeiro projeto do PANA aborda as cinco maiores prioridades do PANA. Vanuatu está ativamente procurando mobilizar novos parceiros para a implementação das outras prioridades. Paralelamente a isso, o NACCC também está estudando a possibilidade de obter acesso aos recursos restantes alocados a Vanuatu no âmbito do LDCF a fim de implementar as seis prioridades restantes.

Considerações sobre adaptação no médio e longo prazo. Visto que muitas das prioridades do PANA ainda são relevantes hoje, Vanuatu está considerando a possibilidade de uma revisão para integrar as prioridades de adaptação no médio e longo prazo no contexto de um NAP.

Outros elementos do programa de trabalho dos PMDs. Vanuatu tem um bom nível de compreensão dos outros elementos do programa de trabalho dos PMDs. As prioridades de Vanuatu são: apoio adicional para o fortalecimento da capacidade dos serviços meteorológicos e hidrológicos; novos programas de conscientização pública; e transferência de tecnologias para a adaptação.

Com a OMM e o Instituto Nacional de Recursos Hídricos e Pesquisa Atmosférica (com sede na Nova Zelândia), Vanuatu já está avançando no fortalecimento da capacidade dos serviços meteorológicos com vistas a aprimorar sua rede de observação. Vanuatu também está procurando instalar estações meteorológicas automáticas em todo o país com o apoio de outras instituições. Atualmente, existem apenas sete estações, para um total de 80 ilhas. Para intensificar esses atuais esforços, a ampliação do apoio também seria bem-vinda, e assim Vanuatu asseguraria que esses esforços não seriam repetidos, mas complementariam projetos realizados com outros parceiros.

Em 1989, Vanuatu instituiu um Comitê Consultivo Nacional sobre Mudança do Clima que presta assessoria em todas as atividades relacionadas a mudança do clima em Vanuatu. Quando o processo do PANA foi lançado, ele foi vinculado a essas estruturas institucionais, assim como todas as outras iniciativas relativas à mudança do clima em Vanuatu.

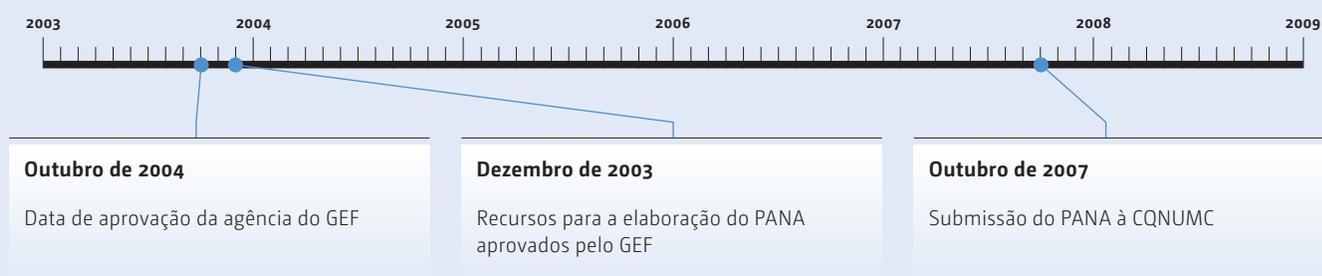


2.11 ZÂMBIA

A Zâmbia é um país da África subsaariana sem acesso ao mar, cuja economia depende fortemente da mineração e agricultura. Ao longo das últimas décadas, a Zâmbia sofreu uma série de graves perigos motivados pelo clima, inclusive secas, inundações sazonais e trombas d'água e temperaturas extremas. Houve um aumento da frequência, intensidade e magnitude de secas e inundações desde a década de 1980, e isso tem prejudicado a segurança

alimentar e hídrica do país. Os impactos de secas e inundações na agricultura, por exemplo, que incluem a quebra/perda generalizada de safras, surtos de doenças humanas e animais, deslocamento de populações humanas e a destruição de patrimônio e infraestrutura, comprometeram seriamente as oportunidades de avanço econômico. Ainda que a pobreza seja apontada como o principal mal social que assola a maioria da população, um sistema agrícola gravemente atingido por fenômenos relacionados à mudança do clima pioraria sensivelmente a qualidade de vida na Zâmbia.

Linha do tempo do processo de elaboração do PANA na Zâmbia



PROJETOS DO PANA EM EXECUÇÃO

A Zâmbia relacionou 10 atividades prioritárias em seu PANA. Um projeto sobre a capacidade de adaptação dos agricultores de subsistência e comunidades rurais no sentido de suportar a mudança do clima foi elaborado como o primeiro projeto do país no âmbito do LDCF em junho de 2008. Os quatro componentes do projeto, que se encontram em estágio avançado de implementação em campo, são os seguintes:

- Desenvolvimento de capacidades para a realização e aplicação de avaliações de risco do clima aos processos de planejamento;
- Atividade demonstrativa com a introdução de práticas de adaptação no manejo de recursos hídricos e terras em áreas sujeitas a secas;
- Reprodução do projeto demonstrativo;
- Gerenciamento do projeto.

Título do projeto	Adaptação aos efeitos da seca e mudança do clima nas Zonas agroecológicas 1 e 2 da Zâmbia
Agência de implementação	PNUD
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	3/10
Setores abrangidos	3 (agricultura e segurança alimentar, recursos hídricos, infraestrutura)
Componentes do projeto	1. Desenvolvimento de capacidades para a realização e aplicação de avaliações de risco do clima aos processos de planejamento 2. Implementação-piloto de uma atividade demonstrativa de práticas de adaptação no manejo de recursos hídricos e terras em áreas sujeitas a secas 3. Reprodução de projetos demonstrativos 4. Componentes de lições aprendidas
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	4,3/14,2
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Junho de 2008
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Dezembro de 2009
Andamento da implementação em campo	Projeto em fase avançada de implementação em campo

Ademais, em maio de 2012 a Zâmbia propôs um segundo projeto com o objetivo de fortalecer as capacidades de vigilância do clima do país, os sistemas de alerta precoce

e as informações disponíveis para responder aos choques climáticos e planejar a adaptação à mudança do clima.

Título do projeto	Fortalecimento da coleta de informações sobre o clima e sistemas de alerta precoce na África Oriental e Meridional visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima
Agência de implementação	PNUD
Agência executora nacional	Departamento de Meteorologia, Departamento de Assuntos Hídricos, Unidade de Mitigação e Gestão de Desastres
Número de atividades prioritárias do PANA compreendidas pelo projeto	1/10
Setores abrangidos	3 (recursos hídricos, segurança alimentar e ecossistemas terrestres)
Componentes do projeto	1. Transferência de tecnologias relacionadas ao clima e infraestrutura de monitoramento do clima 2. Integração das informações sobre o clima aos planos de desenvolvimento e sistemas de alerta precoce
Custo em milhões de USD (custo do componente do LDCF/total)	4,4/28,1
Primeira submissão da nota conceitual (PIF) prevista no LDCF	Maio de 2012
Aprovação do projeto pelo Diretor Geral do GEF	Ainda sem a aprovação do Diretor Geral
Andamento da implementação em campo	Implementação ainda não iniciada

Processo do PANA. Na Zâmbia, o PANA foi elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, representado pelo Conselho de Meio Ambiente. Um dos principais sucessos durante a elaboração do PANA foi a organização de um processo de consulta de longo alcance que envolveu diversas partes interessadas. Embora a elaboração do PANA e a elaboração da Primeira Comunicação Nacional tenham ocorrido simultaneamente, os dois processos correram de forma desvinculada e, em decorrência disso, a avaliação de vulnerabilidade de cada um desses componentes foi realizada sem consulta mútua.

Implementação do PANA. O primeiro projeto do PANA foi aprovado pelo Diretor Geral e a implementação em campo deve ter início em breve. Esse projeto concentra-se na adaptação à seca em duas regiões agroeconômicas do país. Em novembro de 2012, um comitê gestor foi criado para supervisionar a implementação do PANA e um grupo de trabalho foi formado para o primeiro projeto. O Ministério do Meio Ambiente capitaneou o processo de elaboração do PANA, mas a implementação dos respectivos projetos ficará a cargo dos ministérios setoriais competentes que, neste caso, é o Ministério da Agricultura. Consequentemente, a maioria dos membros da equipe de elaboração do PANA não está envolvida na fase de implementação.

Acesso aos recursos. Os recursos disponíveis para a elaboração do PANA não permitiram à Zâmbia satisfazer as necessidades do país inteiro. Por esse motivo, a equipe teve de selecionar áreas prioritárias. Além disso, durante a elaboração do PANA, nada foi feito no sentido de se mobilizar recursos de fontes que não o LDCF para a fase de implementação, já que a equipe entendeu que somente o GEF poderia financiar o PANA. Essa situação tornou a identificação do co-financiamento para o primeiro projeto de PANA um exercício desafiador.

Não obstante, as diretrizes do GEF foram bem compreendidas, e as autoridades zambianas acreditam que os procedimentos são muito demorados e causam atrasos na implementação. Tendo em vista os extensos procedimentos, alguns mecanismos, como a eliminação dos requisitos de co-financiamento, devem ser estabelecidos de modo a agilizar o desembolso de recursos.

A Zâmbia tem uma boa relação de trabalho com o PNUD, a agência de implementação. O PNUD atuou como intermediador na comunicação com o GEF. No nível nacional, o PNUD atribui uma carteira de projetos a cada um de seus diretores. Um diretor designado pelo PNUD é responsável por auxiliar a Zâmbia no desenvolvimento de projetos do PANA. O intercâmbio de informações

também é facilitado pelo fato de o Ponto Focal do GEF e o Ponto Focal da CQNUMC serem a mesma pessoa.

Integração da adaptação à mudança do clima aos planos do desenvolvimento. A Zâmbia está integrando seu PANA aos planos nacionais. Foram dois os resultados obtidos até o momento: elaboração de um documento de estratégia nacional que chama a atenção do governo para assumir responsabilidade e formular medidas adequadas; e estabelecimento de um diálogo com parceiros de cooperação para integrar o meio ambiente e os programas de manejo de recursos ao Quinto Plano Nacional de Desenvolvimento. Em virtude

desses esforços, vários ministérios setoriais dispõem de informações sobre a mudança do clima no contexto global. Contudo, a mudança do clima, e sobretudo a adaptação, ainda não foi incluída nos planos nacionais. Para que isso seja alcançado, mais esforços precisam ser envidados no sentido de desenvolver capacidades e elaborar uma estratégia para a divulgação das informações.

Outros elementos do programa de trabalho dos PMDs. Na Zâmbia, um unidade de intermediação de mudança do clima é responsável pela harmonização das ações nessa área em âmbito nacional.

A Zâmbia está avançando com firmeza na integração da adaptação à mudança do clima a seus processos de planejamento do desenvolvimento nacional, sobretudo por meio do seu trabalho no PANA.





PARTE 3: MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS

3.1 METODOLOGIA PARA O REGISTRO DE LIÇÕES E MELHORES PRÁTICAS

Esta seção identifica melhores práticas e lições aprendidas na implementação de PANAs e outras iniciativas de adaptação nos PMDs com vistas a criar opções para o aprimoramento da implementação do programa de trabalho dos PMDs e, em particular, dos PANAs, e a subsidiar planos futuros da adaptação em PMDs e outros países em desenvolvimento.

O acervo de experiências de países e agências na implementação de medidas de adaptação é o primeiro passo no sentido de identificar melhores práticas e lições. Uma análise mais aprofundada, inclusive a avaliação de ações repetidas em diferentes países, evidenciará as lições aprendidas factíveis e que são capazes de formar melhores práticas.

3.1.1 MELHORES PRÁTICAS

A seleção das melhores práticas apresentadas no volume um da série, assim como neste volume, é motivada pelo reconhecimento da necessidade de sanar as preocupações daqueles que devem se beneficiar das práticas, ou seja, os PMDs. Os critérios de seleção do LEG baseiam-se nas

necessidades presentes e futuras expressas pelos PMDs por meio de diferentes fóruns (entrevistas, submissões à CQNUMC, apresentações no evento paralelo do LEG, e-mails ao LEG, etc.). Com base nesses critérios, as melhores práticas selecionadas têm o potencial de reprodução em maior escala e/ou em outro país, bem como visando um impacto positivo no longo prazo, e se enquadram em uma das seguintes categorias:

- Esforços eficazes para resolver um problema comum sofrido por diversos PMDs;
- Exemplos de boa gestão das interdependências e interconexões entre atores/problemas/setores.

O LEG está ciente de que, embora um número crescente de projetos de PANA esteja em fase de implementação, com alguns em estágio avançado, nenhum foi totalmente concluído ainda e, portanto, levará algum tempo até que o resultado e o impacto desses esforços possam ser avaliados. Assim, as práticas apresentadas aqui se aplicam às fases iniciais de implementação de medidas de adaptação. Em alguns casos, o LEG tinha condições apenas de compartilhar a situação da atual prática e as lições aprendidas, sem identificar claramente uma melhor prática.

A esperança é que essas práticas proporcionem às partes interessadas envolvidas no processo do PANA e em outras iniciativas de adaptação um leque maior de possibilidades que possam considerar, ajustar e usar em sua situação específica. A oportunidade de transferência de abordagens interessantes entre regiões também é um resultado importante da identificação de melhores práticas e lições aprendidas nestas publicações.

3.1.2 LIÇÕES APRENDIDAS

O LEG é norteado por duas definições de lições aprendidas:²⁴

“Lição aprendida é o conhecimento ou compreensão adquirida pela experiência. A experiência pode ser positiva, como em um teste ou missão de sucesso, ou negativa, como em um revés ou falha. A lição precisa ser significativa por ter um impacto real ou implícito sobre as atividades; válida por ser factual e tecnicamente correta; e aplicável por identificar um conceito, processo ou decisão específica que reduza ou elimine a possibilidade de fracassos e reveses, ou reforce um resultado positivo (Secchi, 1999, em Weber 2001).”

A segunda definição, que tem como base o Comitê de Assistência a Desastres da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/DAC), define lições aprendidas como *“Generalizações baseadas em experiências de avaliação com projetos, programas ou políticas que façam uma abstração de circunstâncias específicas para situações mais amplas. Com frequência, as lições ressaltam pontos fortes ou fracos da elaboração, concepção e implementação que afetam o desempenho, resultado e impacto.”*

Portanto, o objetivo é enquadrar as lições, com base na experiência, de tal maneira que facilite o uso em áreas e aplicações futuras e facilite ativamente a aprendizagem com a experiência a fim de evitar a repetição de erros passados ou a reinvenção da roda. Segundo o PNUMA, uma lição de alta qualidade precisa:

- apreender com concisão o contexto da qual é extraída;
- ser aplicável a um outro contexto (ser genérica), ter um claro “domínio de aplicação” e identificar os usuários alvo;
- sugerir uma prescrição e guiar a ação.²⁵

3.2 DEZ MELHORES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS COM OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

3.2.1 ALINHAMENTO DO PLANEJAMENTO DE ADAPTAÇÃO NO NÍVEL NACIONAL POR MEIO DE ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS EFICIENTES

Melhor prática: A consolidação e a integração de estruturas institucionais para adaptação em esquemas institucionais nacionais existentes podem facilitar o sucesso desde o início por meio da integração harmoniosa da adaptação no planejamento do desenvolvimento nacional permanente e da utilização eficaz dos recursos.

Lições aprendidas: Quando as iniciativas de adaptação à mudança do clima são empreendidas de forma desvinculada de atividades nacionais contínuas de planejamento e implementação, recursos são desperdiçados na criação de estruturas institucionais que repetem as funções existentes. A limitação de capacidade técnica em muitos PMDs leva à dependência de consultores externos ou à fuga de talentos locais, já que alguns se afastam de funções existentes para gerenciar as novas iniciativas de adaptação.

Muitos PMDs indicaram que a coordenação do trabalho de adaptação em seu país melhora sobremaneira quando a instituição que atua como ponto focal para mudança do clima possui um mandato claro. Isso permite a mobilização das outras partes interessadas relevantes, inclusive a sociedade civil, para tratar da adaptação à mudança do clima de forma coerente.

A experiência de Vanuatu pode ser considerada uma melhor prática, já que o país conta com um equipe de coordenação da mudança do clima desde 1989,

²⁴ Spilsbury MJ, Perch C, Norgbey S, Rauniyar G and Battagliano C (eds.). 2007. *Lessons Learned from Evaluation: A Platform for Sharing Knowledge*, Nairobi: Unidade de Avaliação e Supervisão, PNUMA.

²⁵ Spilsbury MJ, Perch C, Norgbey S, Rauniyar G and Battagliano C (eds.). 2007. *Lessons Learned from Evaluation: A Platform for Sharing Knowledge*, Nairobi: Unidade de Avaliação e Supervisão, PNUMA.

o Comitê Consultivo Nacional sobre Mudança do Clima. Seu mandato é claramente definido em seus termos de referência. Inclui, entre outras responsabilidades, assegurar o seguinte:

- A oferta de diretivas operacionais, com a tomada de decisões sobre questões emanadas da CQNUMC, do Protocolo de Quioto e de quaisquer planos futuros de ação deliberados pela COP,
- Promoção da formulação de políticas visando uma resposta nacional eficaz à mudança do clima,
- Coordenação de negociações internacionais sobre mudança do clima, com o objetivo de garantir a coerência, relevância e benefícios para o país participante,
- Divulgação de informações para os respectivos departamentos sobre questões de mudança do clima,
- Reconhecimento e incentivo ao desenvolvimento de recursos humanos em áreas pertinentes,
- Estabelecimento e coordenação do trabalho do grupo nacional de especialistas,
- Garantir a promulgação de Leis e regulamentos apropriados sobre a mudança do clima, e facilitar o acesso ao financiamento para os esforços nacionais voltados para a mudança do clima (fonte: PANA de Vanuatu, p. 19).

O ponto focal de Vanuatu para a mudança do clima é composto por uma equipe multidisciplinar com membros de diferentes órgãos do governo, da sociedade civil e outras partes interessadas relevantes que permitem o estabelecimento de um diálogo sobre a vinculação da adaptação à mudança do clima a iniciativas de desenvolvimento mais amplas.

Outras experiências positivas relatadas pelos PMDs para a mobilização de instituições governamentais existentes incluem o uso dos escritórios com forte influência no planejamento nacional como um líder para coordenar e consolidar os esforços de mudança do clima e apoio aos ministérios setoriais e autoridades subnacionais no sentido de integrar a adaptação à mudança do clima a seus processos de planejamento. O PNUD e o PNUMA também estão incentivando a mobilização dessas instituições existentes.²⁶

Um ponto focal nacional dedicado à mudança do clima e estruturas institucionais existentes podem ser utilizados para a integração da mudança do clima aos processos nacionais e subnacionais de planejamento. Experiências iniciais da integração da mudança do clima a processos nacionais de planejamento indicam que a consolidação de estruturas institucionais existentes constitui bons pontos de entrada para levar os esforços de vinculação da adaptação à mudança do clima para iniciativas mais amplas de desenvolvimento já que essas estruturas podem contribuir para o alinhamento eficaz do planejamento da adaptação com sistemas nacionais e de desenvolvimento amplos.

A mais importante função dos decisores políticos em nível nacional é assegurar que a adaptação à mudança do clima seja reconhecida explicitamente em políticas fundamentais, como visões e estratégias nacionais de redução da pobreza. Para isso, o ponto focal para mudança do clima desempenha um papel importante na mobilização das partes interessadas pertinentes. O ponto focal para mudança do clima também deve contar com as estruturas institucionais existentes. A partir daí, esses esforços podem ser reproduzidos no nível subnacional.

²⁶ PNUD-PNUMA. 2011. *Mainstreaming poverty-environment linkages into development planning: A handbook for Practitioners*: Pág. 3

3.2.2 GARANTIA DA ADAPTAÇÃO SUSTENTÁVEL POR MEIO DA BOA COORDENAÇÃO NO NÍVEL NACIONAL

Melhores práticas: O envolvimento de órgãos do alto escalão do governo dedicados à adaptação e um mandato claro que atribua funções e responsabilidades para diferentes atores nos níveis nacional e subnacional podem propiciar uma coordenação mais eficaz.

Lições aprendidas: Na maioria dos PMDs, o processo do PANA permitiu o estabelecimento de estruturas institucionais e desenvolveu capacidades para abordar a adaptação. Entretanto, a maioria dos PMDs observou que é necessário aprofundar os trabalhos para fortalecer a capacidade dessas estruturas institucionais nacionais, inclusive em termos da formulação de políticas e estratégias para a coordenação dos esforços de adaptação. Alguns países incluíram esta como uma das atividades prioritárias em seus primeiros projetos do PANA.

As experiências dos PMDs indicam que, quando a coordenação de iniciativas para a adaptação à mudança do clima não é eficaz, pode levar a atividades que se contradizem entre si e acarretar resultados indesejados. Alguns países constataram que as reuniões organizadas para examinar os planos setoriais e/ou nacionais, ou as reuniões realizadas por comitês ou forças-tarefa existentes, como a força-tarefa de gestão de risco de desastres, oferecem uma oportunidade para promover a conscientização acerca de questões relacionadas à adaptação à mudança do clima e a interação com especialistas de vários setores para fortalecer ainda mais a coordenação.

Também foi considerada útil a elaboração de uma estratégia de comunicação para a articulação no âmbito de órgãos e instituições governamentais, bem como para mobilizar outras partes interessadas competentes de fora da esfera governamental, inclusive a academia e grupos de pesquisa, comunidades, autoridades subnacionais, ONGs e a comunidade internacional. Com base no exposto, a articulação eficaz tem chances de surgir de um forte movimento político apoiado pelo estabelecimento de um marco legal, como por exemplo uma lei do Parlamento.

As autoridades do alto escalão podem proporcionar a vontade política para conduzir os esforços de adaptação e estabelecer um mecanismo de coordenação sólido;

porém, na maioria dos casos, o conhecimento técnico sobre a adaptação à mudança do clima não pertence a eles. Há, portanto, uma necessidade de identificar especialistas nos ministérios com função de coordenação para mediar o diálogo nos mais elevados níveis políticos e em diferentes setores.

Apesar de diferentes países contarem com diferentes estruturas dependendo de seu histórico de colaboração intersetorial e da hierarquia ministerial, a coordenação atinge eficiência máxima quando todas as partes interessadas compreendem a finalidade e o funcionamento da coordenação. Assim, os objetivos e processos dos PANAs e NAP devem ser comunicados com clareza a todos os ministérios competentes pelos especialistas em mudança do clima.

A coordenação constitui, portanto, um esforço transversal que exige a participação ativa de vários ministérios, principalmente ao abordar as necessidades de adaptação de médio e longo prazo no país. Os ministérios devem ter um mandato claro para suas funções e responsabilidades, e o mecanismo de coordenação deve implicar uma estrutura de longo prazo.

As capacidades humana, técnica e financeira para absorver novas funções ou tarefas podem ser um fator limitante de peso à coordenação eficaz no nível nacional, exigindo atenção especial. Vários programas apoiados por diferentes organizações internacionais e/ou custeados por diferentes fontes são necessários para a consecução dos resultados. O estabelecimento de um mecanismo nacional de financiamento para a adaptação à mudança do clima, como um fundo fiduciário, o fornecimento de treinamento especial, e o compartilhamento de informações e lições entre os PMDs podem incrementar a capacidade de absorção.

3.2.3 COOPERAÇÃO COM O FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE, SUAS AGÊNCIAS E OUTRAS PARTES INTERESSADAS EM PROJETOS E PROGRAMAS DE ADAPTAÇÃO

Melhores práticas: O uso de especialistas e instituições nacionais na concepção e implementação de projetos do PANA (financiados por intermédio do GEF) aumenta o controle do país e ajuda a desenvolver capacidades duradouras para enfrentar a adaptação no longo prazo, inclusive em virtude do aumento da familiaridade com os procedimentos do GEF.

Lições aprendidas: A criação e implementação de projetos de adaptação envolvem uma série de parceiros e partes interessadas. A experiência mostra que, embora o envolvimento de diversos parceiros no apoio aos PMDs possa ser benéfico em termos do acesso a diferentes tipos de capacidades e recursos, também pode retardar o processo de desembolso de verbas devido a diversos procedimentos de desembolso internos.

Os países que possuem ao menos um projeto de PANA em estágio avançado de implementação constataram que é importante assegurar que as funções das partes interessadas sejam esclarecidas na fase inicial e, no caso de projetos intersetoriais, todos os setores devem participar de todas as fases dos projetos, por intermédio de um ponto focal, e isso deve se dar mesmo que em algumas das etapas não haja medidas previstas para alguns dos setores. Esses países também notaram que a interação com todas as partes interessadas (dentro e fora do governo) deve ser documentada e que essas partes devem ser solicitadas a validar todas as etapas importantes do processo de implementação.

Os PMDs têm experiências variadas com a criação e gestão de seus projetos de PANA dependendo da agência do GEF envolvida. Os países se deram conta de que a implementação de projetos do PANA por meio de diferentes agências pode ser uma oportunidade para o máximo aproveitamento de suas vantagens comparativas. Contudo, as complexidades da coordenação também podem aumentar com a utilização de mais de uma agência.

Uma avaliação externa conjunta do LDCF realizada pelos Programas da Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional (DANIDA) e pelo

Escritório de Avaliação do GEF²⁷ em 2009 concluiu que os escritórios nacionais de agências do GEF responsáveis pelo planejamento da adaptação à mudança do clima tinham cargas de trabalho pesadas, muitas vezes desprovidos de capacidades técnicas especializadas adequadas para lidar com questões de adaptação. Para eliminar essa lacuna, as agências recrutaram e treinaram pessoal com as competências relevantes para auxiliar os países em suas atividades de adaptação à mudança do clima. O uso do governo e de pessoal do setor público na medida do possível é uma forma de grande utilidade para o desenvolvimento da capacidade nacional, conforme demonstrado pelo Benin, Butão, Samoa, Sudão e outros PMDs. Outra maneira de desenvolver a capacidade de especialistas nacionais no longo prazo é a incorporação da capacitação para gerentes de projeto no desenvolvimento do projeto e o fortalecimento de competências pessoais, em vez da contratação de consultores. As agências também constataram que, ao explicar aos ministérios coordenadores ou órgãos executores o processo de distribuição de recursos do LDCF, evitam confusão e ajudam a fortalecer o controle do projeto por parte do país.

A escolha de uma agência do GEF para auxiliar um PMD na implementação de um projeto do PANA nem sempre é simples. Na maioria dos casos, a decisão da escolha de uma agência é influenciada pelas linhas de trabalho sobre desenvolvimento mais abrangentes das agências que atuam no país. A avaliação do DANIDA/GEF concluiu que, embora os PMDs possam decidir a agência do GEF com a qual trabalhar e que ocorreram mudanças nas agências entre as fases de elaboração e implementação do PANA, as equipes de adaptação dos PMDs podem ter pouco poder efetivo de negociação na relação entre seu país e as agências do GEF.

Quando se trata do gerenciamento de projetos, diversos PMDs descobriram que a adesão às diretrizes das agências pode evitar atrasos. Além disso, também é preciso observar as normas nacionais, inclusive normas definidas pelas unidades de gerenciamento de projetos, e os mecanismos de execução de recursos. Vários países informaram que um gerente de projeto com experiência no gerenciamento de projetos envolvendo comunidades locais constitui um trunfo nesse processo. Ademais, a nomeação do gerente do projeto pelas autoridades políticas deve ser coordenada pela equipe do projeto a fim de assegurar a eficácia da colaboração. Nesse sentido, os PMDs que se encontram em etapa

²⁷ Escritório de Avaliação do DANIDA/GEF. Avaliação externa conjunta do LDCF. Setembro de 2009.

avançada de implementação do PANA consideraram útil buscar conhecimentos em programas e estruturas de implementação existentes.

À medida que os países implementam seus projetos do PANA, há uma necessidade crescente de informações sobre as vantagens comparativas das diferentes agências do GEF. Isso tem imensa relevância quando os países estão buscando apoio mais especializado para seus projetos de adaptação, nos casos em que as agências que tradicionalmente não trabalhavam no país podem, na verdade, oferecer muitas vantagens. Em alguns casos, é mais fácil identificar o co-financiamento para projetos do LDCF se a agência do GEF tiver um projeto existente em um setor aplicável. Portanto, informações sobre as atuais e futuras estratégias de assistência ao país das várias agências são úteis para os países identificarem possíveis agências. Também é importante considerar os procedimentos específicos empregados pelas agências para processar uma proposta de projeto, além dos requisitos do GEF/LDCF. Embora esses procedimentos não tendam a ser elementos proibitivos, o conhecimento prévio a seu respeito pode evitar frustrações com o tempo necessário para processar projetos e as informações adicionais que podem ser necessárias. Em certos casos, as agências podem ter modelos do que consideram ser os elementos essenciais de um projeto de adaptação. Desse modo, os países podem utilizar essas informações para melhor alinhar suas propostas de atividades de projeto com o auxílio especializado que uma agência é capaz de oferecer.

3.2.4 FORTALECIMENTO DA CONSIDERAÇÃO DA VULNERABILIDADE POR MEIO DO FOCO EM GRUPOS VULNERÁVEIS

Melhor prática: Os elementos norteadores do processo de PANA e a flexibilidade das abordagens permitiram aos países se concentrar nos segmentos mais vulneráveis de sua sociedade ao formular projetos do PANA. Assim, as equipes do PANA implantaram diferentes abordagens para atender às necessidades dos mais vulneráveis, como mulheres, idosos e jovens. Entre as abordagens estavam avaliações de vulnerabilidade e adaptação, além da integração deliberada de considerações de gênero na concepção e implementação de projetos do PANA.

Lições aprendidas: Pode haver vários fatores nos PMDs que contribuam para sua vulnerabilidade à mudança do clima, inclusive fatores geográficos, econômicos e sociais, que muitas vezes coincidem e se exacerbam mutuamente. A identificação desses fatores no início do processo de planejamento da adaptação ajuda na seleção dos grupos mais vulneráveis durante a fase de implementação.

O Nepal criou ferramentas e técnicas participativas para avaliar os impactos da mudança do clima e explorar as opções de adaptação.²⁸ O processo se baseia na boa representação de diferentes grupos sociais durante as sessões participativas, inclusive mulheres, idosos e jovens. Propicia um ambiente em que os representantes dos grupos sociais ficam à vontade para contribuir. Um exercício de mapeamento de riscos, realizado antes da avaliação de vulnerabilidade, foi utilizado como base para a integração da percepção de vulnerabilidade dos participantes de cada setor e grupo social a cada risco climático. Em seguida, os participantes são solicitados a chegar a um consenso quanto a uma classificação.

Durante a implementação do PANA na República Democrática do Congo, busca-se a integração das considerações de gênero continuamente em cada fase do ciclo de vida do projeto. As mulheres são consideradas como importantes beneficiárias do projeto do PANA e, nas oficinas de capacitação para as comunidades, sobretudo na seleção dos participantes das oficinas, pelo

²⁸ Ferramentas e técnicas participativas para avaliar os impactos da mudança do clima e explorar as opções de adaptação: um kit de ferramentas comunitário pra profissionais. 2010, disponível em <www.lfp.org.np/download.php?dir=summary&filename=cc_adaptation_toolkit_Eng.pdf>.

menos 25% têm de ser do sexo feminino. Além disso, foi priorizada a participação ativa de mulheres e portadores de necessidades especiais com competências iguais na gestão do projeto. As mulheres contribuíram para o processo decisório relativo à gestão dos recursos do projeto e da mediação e implementação de suas atividades. Cada contrato firmado para o projeto detalha o modo de inclusão das mulheres. Consequentemente, elas estão representadas no grupo de trabalho, nos comitês gestores e no comitê técnico do projeto.

No Lesoto, além do reconhecimento da vulnerabilidade decorrente da sua condição de país sem acesso ao mar, esforços foram envidados no sentido de identificar os grupos mais vulneráveis entre todos os grupos vulneráveis durante a avaliação de impacto e de risco realizada durante a elaboração do PANA. Para isso, uma série de fatores socioeconômicos foi empregada para identificar e mapear os grupos vulneráveis e avaliar sua capacidade de adaptação. O exercício levou à identificação, na maioria das regiões, de pequenos criadores de gado como o grupo mais vulnerável.

3.2.5 DOCUMENTAÇÃO DOS DIFERENTES ELEMENTOS DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO NACIONAL

Melhores práticas: A documentação eficaz do processo de adaptação nacional contribui para a formação de uma base de conhecimento para a adaptação e facilita avaliações da adaptação subsequentes e o planejamento futuro. Além disso, a comunicação compulsória regular dos elementos do processo, inclusive de projetos e atividades, facilita a documentação e, assim, promove o arquivamento e compartilhamento de informações.

Lições aprendidas: Quando a documentação do processo não é feita corretamente, muitas vezes se torna um desafio justificar os projetos propostos para implementação. Em alguns casos, os PMDs tiveram de repetir um exercício semelhante ao que foi feito durante a elaboração do PANA enquanto transformavam suas prioridades em propostas de projetos, parte disso devido à falta de documentação das informações.

A documentação dos processos de consulta às partes interessadas, classificação e priorização seguidos no PANA ajudou a validar as prioridades identificadas no PANA. Em função da abordagem transparente adotada na apresentação do modo de seleção dessas prioridades, a comunidade internacional aceitou as prioridades do PANA como urgentes e identificadas pelo próprio país. Muitas lições foram aprendidas no processo do PANA, e essas lições, conforme documentadas nesta publicação, são reveladoras para a agilização da satisfação das necessidades urgentes e imediatas identificadas pelos PMDs em seus PANAs.

Para assegurar a atualização permanente de dados e informações, os países que adotaram processos de gestão dos dados existentes têm se saído melhor em termos de manutenção dos esforços ao longo do tempo. Por exemplo, muitos países têm institutos nacionais de estatística que anualmente compilam e arquivam estatísticas sobre a população, produção, comércio, economia, etc., ao passo que os serviços meteorológicos gerenciam as observações do clima. A manutenção desses sistemas, em vez da criação de novas estruturas de dados, garante o acesso a dados de alta qualidade no longo prazo. São necessárias estruturas para o intercâmbio de dados com as equipes encarregadas das avaliações, que precisam ser facilitadas por políticas nacionais de compartilhamento de dados, inclusive requisitos para projetos de mudança do clima (pelo GEF

e suas agências, ou por outros programas internacionais) visando o armazenamento de seus dados em sistemas nacionais.

Uma melhor prática nessa área é oferecida por Samoa, que elaborou um manual de planejamento operacional para balizar a análise de custo-benefício no nível do planejamento.

A documentação de processos de adaptação no longo prazo permite criar e manter uma memória institucional. Em países onde há um nível relativamente alto de rotatividade de pessoal, um sistema de documentação pode garantir a manutenção das informações, e que os novos funcionários sejam capazes de compreender a evolução do processo no longo prazo. Além disso, a documentação dos processos de adaptação nas diferentes fases ajuda a motivar os envolvidos no planejamento e implementação, e a manter o impulso do processo. Também cria uma cadeia de resultados que podem ser usados como critérios para a avaliação dos progressos e para imprimir transparência ao processo.

Em geral, a documentação de processos abrange pelo menos os seus objetivos, o sistema de monitoramento e avaliação, as etapas e atividades necessárias para cumprir os objetivos, os recursos, as informações e as competências exigidas, os riscos e as medidas a serem tomadas para eliminar ou controlar esses riscos e o exame e aprimoramento do processo.

Ruanda começou a documentar os processos para lidar com a adaptação à mudança do clima. A Autoridade de Gestão Ambiental de Ruanda, que vem liderando a resposta nacional à mudança do clima, elaborou diretrizes²⁹ para complementar as ferramentas existentes visando integrar a adaptação e mitigação da mudança do clima ao setor agrícola. As diretrizes têm o objetivo de fornecer orientação básica e flexível para: 1) a realização de avaliações de impacto e vulnerabilidade no setor agrícola, 2) a identificação de oportunidades e pontos de entrada para a integração de medidas de adaptação e mitigação da mudança do clima; 3) a identificação, análise e integração de opções para a adaptação e mitigação da mudança do clima à formulação, financiamento, implementação e avaliação da política agrícola nos níveis local, nacional e comunitário. Essas diretrizes apresentam uma orientação passo a passo para a integração, complementada por estudos de casos e exemplos, e se destinam principalmente a quem trabalha na concepção, formulação, implementação, monitoramento e avaliação e comunicação de políticas, estratégias, planos, projetos,

orçamento e atividades para a prestação de serviços no setor agrícola.

O Nepal criou um portal online³⁰ que também serve de repositório de recursos do país sobre mudança do clima, inclusive documentos oficiais, publicações, recursos multimídia, etc. O Nepal também é um exemplo animador de documentação de processos nacionais de adaptação, o que deve aumentar a coerência do trabalho de adaptação no país.

A adaptação como um processo de longo prazo exigirá avaliações permanentes, com a produção de planos frequentes. Isso irá se beneficiar de um investimento e esforço contínuos na coleta de dados, avaliações e atualizações frequentes para listas priorizadas de medidas de vulnerabilidade e adaptação. Uma abordagem de longo prazo para os dados e a análise também irá facilitar a pesquisa e a ampliação da base de conhecimento, processo que será subsidiado pela observação sistemática. Os países que contam com sistemas de dados e informações consolidados para realizar várias avaliações no âmbito do PANA, Comunicações Nacionais e para as atividades de planejamento da adaptação serão os que terão maior facilidade para ampliar seus esforços no médio e longo prazos. Além disso, a maior parte dos benefícios da adaptação se fará sentir muito tempo depois do término dos projetos, e para demonstrar o valor e os benefícios dessas ações, as informações devem ser coletadas e mantidas no longo prazo.

²⁹ Rwanda- Guidelines for Mainstreaming Climate Change Adaptation and Mitigation in the Agriculture Sector <http://www.rema.gov.rw/rema_doc/IMCE_Doc/Guidelines%20-Agriculture.pdf>.

³⁰ <<http://www.climateneal.org.np/main/?p=research&sp=onlinelibrary>>.

3.2.6 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA ADAPTAÇÃO EM DIFERENTES NÍVEIS

Melhor prática: O apoio do LEG no monitoramento pode auxiliar os PMDs no processo do PANA. O LEG trabalhou com os PMDs na revisão e monitoramento do progresso no processo do PANA nos níveis nacional e internacional. No nível nacional, o LEG se relaciona e realiza levantamentos regulares com representantes das Partes PMD, inclusive durante as sessões do Órgão Subsidiário. No nível internacional, colabora com Partes PMD e o GEF e suas agências para discutir o progresso, gargalos e estratégias para enfrentar os desafios. Para realizar o exercício, o LEG fornece feedback por meio de seus relatórios regulares ao SBI para recomendar providências adicionais, conforme o caso.

Lições aprendidas: Embora certo trabalho tenha sido empregado no apoio aos PMDs para monitorar o progresso do processo de PANA, como o realizado pelo LEG, é necessário que seja feito um esforço maior para promover o monitoramento e a avaliação eficazes das atividades de adaptação no nível nacional. Alguns desafios já identificados apontam para a necessidade de oferta contínua de liderança, capacidade técnica e recursos.

O monitoramento e a avaliação de iniciativas de adaptação, inclusive do PANA e do NAP, podem se dar em três níveis: No nível internacional, para avaliar a contribuição para a consecução dos objetivos e metas globais e a relevância do mecanismo de apoio internacional para as metas e prioridades nacionais de desenvolvimento; no nível nacional, para avaliar o cumprimento de metas e objetivos nacionais; e no nível de projeto/programa, para avaliar o cumprimento dos objetivos desse nível. O objetivo final é avaliar se as necessidades de adaptação dos grupos-alvo foram atendidas com sucesso.

As experiências dos países indicam que a comunicação, monitoramento e exame tendem a ser mais eficientes quando há a compreensão do funcionamento dos sistemas de monitoramento nacionais e setoriais, e a promoção de articulações com os sistemas de monitoramento existentes. Por exemplo, uma ferramenta de monitoramento existente, como o levantamento da renda familiar, pode ser melhorada para também registrar informações sobre resultados e produtos das iniciativas de adaptação. O levantamento geralmente é realizado a cada cinco anos, e pode constituir um instrumento de

baixo custo para monitorar iniciativas de adaptação de abrangência nacional.

A criação de programas de monitoramento e avaliação da adaptação deve acontecer durante a concepção dos programas, e não como uma consideração posterior. A escolha de métricas e indicadores para orientar a consecução de resultados e produtos concretos constitui um aspecto importante do monitoramento e da avaliação. Indicadores selecionados devem evidenciar o contexto e as prioridades do país. É provável que um conjunto de métricas não satisfaça todos os usos pretendidos: as métricas úteis para o monitoramento dos esforços de adaptação no nível nacional em geral não serão as mesmas empregadas para monitorar o progresso de projetos de adaptação específicos, como pode ser o caso do trabalho feito pelas agências de implementação. No entanto, a formulação dessas métricas em diferentes escalas deve ser harmonizada a fim de garantir a homogeneidade dos resultados.

O monitoramento e a avaliação podem ser um processo desafiador para os países, em especial porque muitas vezes faltam liderança e recursos para formular métricas e indicadores adequados e coletar os dados adequados necessários para acompanhar o progresso. As métricas apropriadas para o monitoramento e a avaliação teriam de ser criadas com contribuições das partes interessadas com vistas a garantir a adesão e o uso final dos resultados. Um relatório do Conselho Nacional de Pesquisa da Academia de Ciências dos EUA (NRC 2005)³¹ é um recurso útil para a concepção de métricas adequadas.

Em maio de 2012, várias lições relacionadas ao monitoramento e à avaliação da adaptação foram sinalizadas durante uma oficina sobre a identificação de atividades de adaptação bem sucedidas organizada pelo GIZ em colaboração com a Adaptation Partnership, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido e a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional.³² Verificou-se que uma estratégia clara, com resultados visíveis, facilita o monitoramento e a avaliação no nível nacional. Nos níveis nacional e de projeto/programa, o monitoramento e a avaliação oferecem uma oportunidade para melhorar e/ou refinar as estratégias em uma fase inicial do processo de adaptação. À medida que a implementação de um projeto/programa avança,

³¹ Conselho Nacional de Pesquisa. Thinking Strategically: The Appropriate Use of Metrics for the Climate Change Science Program. Washington, DC: The National Academies Press, disponível em: <http://www.nap.edu/openbook.php?record_id=11292&page=R1>.

³² Relatório de resultados do GIZ da oficina para o acompanhamento do sucesso da adaptação – monitoramento inteligente para gerar bons resultados, disponível em <<http://www.bonn-perspectives.de/en/start.html>>.

a ampliação da escala e a transferência de estratégias e medidas visando a integração em estratégias setoriais e/ou nacionais também podem ser úteis. O monitoramento e a avaliação também podem auxiliar na identificação de sinergias e objetivos relacionados ou não à mudança do clima. Além disso, o monitoramento e a avaliação são uma ferramenta importante para o acompanhamento de várias fontes de financiamento. Em todos os níveis, o monitoramento e a avaliação oferecem uma oportunidade para melhorar a comunicação entre as partes interessadas relevantes e compartilhar melhores práticas e lições valiosas.

Os PMDs enfrentam restrições de capacidade técnica e precisam de auxílio para realizar monitoramento, comunicação e avaliação expressivos de seus esforços de adaptação. Inclui-se aí o apoio para a coleta, análise e arquivamento de dados e informações e a seleção e uso de métricas e indicadores pertinentes.

3.2.7 MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Melhores práticas: A mediação da mobilização de recursos por meio da organização de mesas redondas de doadores, da criação de fundos fiduciários nacionais e da mobilização de diversas organizações revelou resultados positivos em alguns PMDs. Foi possível mobilizar mais recursos, e mais parceiros assumiram várias funções para a implementação de projetos do PANA.

Lições aprendidas: O acesso a fundos de diferentes fontes é um desafio para muitos PMDs, assim como a prestação de contas dos recursos recebidos, e a situação cria mais responsabilidades para os PMDs. A prestação de contas perante as agências de financiamento e outros parceiros fica mais fácil quando as agências de apoio coordenam suas atividades e essa prestação segue diretrizes nacionais claras.

Vários países estabeleceram relações com doadores presentes em seus territórios desde o início do seu processo de PANA. Burkina Faso, por exemplo, aumentou o interesse dos doadores em relação às atividades de mudança do clima do país por meio da promoção de sinergias com outras convenções do Rio de Janeiro, em particular por meio da mobilização dos pontos focais dessas outras convenções no comitê gestor do PANA. O comitê gestor é formado por diretores de vários ministérios, inclusive aqueles com função de coordenação, como o Ministério do Planejamento e da Fazenda. O apoio dos doadores foi angariado por meio da organização de mesas redondas direcionadas. Esses eventos podem ajudar a fortalecer o diálogo e a parceria entre o Governo e seus parceiros visando apoio técnico e financeiro. Também podem contribuir para a formulação de instrumentos e abordagens harmonizadas de monitoramento, avaliação e comunicação. Alguns PMDs, como Benin, Bangladesh, Etiópia, Nepal e Tuvalu, estão em processo de criação de um mecanismo financeiro para a mudança do clima no nível nacional. Esses esforços podem ser enquadrados como melhores práticas em termos de financiamento da adaptação à mudança do clima.

Os PMDs que possuem projetos de PANA em fases avançadas de implementação também indicaram que essa conquista somente foi possível devido ao envolvimento ativo da sociedade civil, especialistas e comunidades. Eles consideram isso fundamental para

a sensibilização e para assegurar adesão e controle, mas constataram que também é uma oportunidade para mobilizar apoio técnico e financeiro, inclusive em espécie.

Em geral, verificou-se que os PMDs que fizeram os maiores progressos na implementação de seus PANAs são aqueles que também estão implementando vários outros projetos de adaptação sem nexos com a Convenção. Esses países não raro são aqueles cujo resultado é a ampliação das capacidades institucionais e pessoais. Ademais, países como Bangladesh, Burkina Faso, Camboja, Mali, Níger, São Tomé e Príncipe, Samoa, Zâmbia, entre outros, que têm mais de um projeto do PANA em fase de implementação, parecem ser mais capazes de mobilizar recursos fora do LDCF para a implementação do PANA e de outros projetos de adaptação.

Há várias fontes de financiamento, mas é preciso tempo e esforços para mobilizar os recursos disponíveis. Para limitar o número de requisitos e restrições relacionados ao acesso a recursos, em especial os recursos verticais, os esforços poderiam se voltar primeiro para o acesso às maiores fontes de financiamento. Contudo, na prática, no caso dos projetos do PANA financiados pelo LDCF, os procedimentos do LDCF/GEF prevalecem sobre todo o co-financiamento, mesmo quando a quantidade de co-financiamento é muito maior do que o recurso do LDCF.

Experiências de PMDs e de outros países mostraram que a criação de um fundo fiduciário nacional é uma maneira útil de garantir o controle de atividades de adaptação por parte do país, a previsibilidade do custeio e uma maior coordenação do apoio às prioridades nacionais. Como os requisitos fiduciários para o credenciamento de uma entidade nacional de implementação (ENI) pelo Fundo de Adaptação são semelhantes às exigidas para a criação de um fundo nacional de adaptação, os esforços devem, portanto, ser complementares.

Além disso, os PMDs indicaram que o envolvimento ativo do setor privado na implementação do PANA ou de outras atividades relativas à adaptação, sempre que possível, pode proporcionar um incentivo ao investimento e, assim, ser uma fonte de financiamento adicional. O setor privado também pode oferecer orientação ou apoio técnico, principalmente em questões financeiras. Entretanto, na prática, pouca interação com o setor privado ocorreu nos PMDs para a concepção e implementação de medidas de adaptação.

A mobilização mais efetiva do setor privado no combate à mudança do clima atualmente está voltada para medidas de mitigação, mas há claramente um nicho para o envolvimento do setor privado na adaptação, inclusive por meio da participação em licitações públicas ou do seguro contra o clima. Com um número crescente de PMDs avançando para a implementação dos segundos projetos e projetos subsequentes do PANA, valeria a pena explorar maneiras pelas quais a implementação de projetos do PANA poderia atrair investimentos do setor privado e, conseqüentemente, contribuir para a diversificação das fontes de financiamento.

3.2.8 ACESSO A RECURSOS DO FUNDO DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS (LDCF): EXPERIÊNCIAS MAIS RECENTES

Lições aprendidas: As Partes PMD aprenderam na prática a ter acesso ao LDCF para projetos do PANA, e muitas dificuldades e obstáculos iniciais no acesso foram superados. Porém, há certas limitações. Embora hoje se recomende uma abordagem programática para a implementação da adaptação, as atuais modalidades de financiamento de projetos de PANA pelo LDCF não são facilmente aplicadas para viabilizar a criação de programas nacionais de adaptação. Entre as razões está o foco atual no desenvolvimento de capacidades e implementação piloto de atividades, e nos requisitos de recursos muito maiores para a aplicação da abordagem programática do GEF.

Nos primeiros anos de implementação do PANA (2005-2009), a maioria das Partes PMD tinha dificuldades no acesso ao LDCF. Elas achavam os procedimentos do LDCF muito complexos e pouco transparentes. Alguns requisitos, como a escala móvel, causaram dificuldade na aplicação. Muitas Partes PMD que tiveram dificuldades no início acabaram superando esses obstáculos, pela aprendizagem na prática e por medidas tomadas pelo GEF para simplificar o processo do LDCF. De acordo com o GEF,³³ tendências observadas mostram que os países estão avançando no acesso a recursos no âmbito do LDCF, sobretudo no porte crescente dos projetos, redução do tempo entre a finalização do PANA e a aprovação de seu primeiro projeto de implementação, bem como entre a aprovação do projeto e a aprovação do Diretor Executivo.

Apesar desse progresso, uma série de Partes PMD ainda estão comunicando dificuldades de acesso a recursos para a implementação de projetos do PANA, inclusive dificuldades de transitar pelo processo de solicitação de financiamento, dificuldades com referências e financiamento, e os períodos prolongados de processamento de solicitações. Contudo, um número crescente de Partes PMD ainda está enfrentando dificuldades, e está tentando superá-las por meio do diálogo contínuo com o GEF, as agências, o ponto focal para mudança do clima e o ponto focal do GEF em seus países. Em resposta a algumas das atuais dificuldades manifestadas pelas Partes PMD, o GEF dinamizou ainda mais uma parte do ciclo de projetos do LDCF.³⁴ As Partes PMD entrevistadas pelo LEG veem com bons olhos a disponibilização dessas informações em uma publicação de fácil leitura e em vários idiomas (inglês, francês e português).

Em maio de 2011, o GEF informou os países acerca da possibilidade das Partes PMD criarem uma abordagem programática no âmbito do LDCF,³⁵ a ser alinhada com a abordagem programática atual do GEF prevista em seu Fundo Fiduciário. O modelo programático do GEF envolve um processo de duas etapas, primeiro para definir o programa e garantir a aprovação do GEF, e, em seguida, para formular propostas de projetos e obter sua aprovação³⁶ com base em outros dois conjuntos de modelos (PIF e PPG). As Partes PMD ainda não começaram a utilizar esses modelos para propor programas, e ainda não está claro se, na prática, os países poderão recorrer ao formato programático proposto pelo GEF por meio de seu Fundo Fiduciário. Até o momento, os únicos programas financiados pelo LDCF são programas regionais, como o programa para o Sahel e a África Ocidental em apoio à Iniciativa Grande Muralha Verde.³⁷

O auxílio financeiro do GEF se concentra mais no desenvolvimento de capacidades do que na implementação de projetos concretos. Assim, o principal objetivo dos projetos do PANA é a conscientização para a mudança do clima nos níveis nacional e subnacional, desenvolvendo capacidades pessoais e institucionais, e assegurando a gestão do conhecimento. Uma parcela menor do financiamento disponível é dedicada a atividades-piloto de adaptação. O Fundo de Adaptação financia projetos e programas de adaptação concretos, e alguns PMDs já começaram a fazer uso desses recursos (ver, no anexo – tabela 3, a lista de projetos em PMDs custeados pelo Fundo de Adaptação).

Por ocasião de sua vigésima-primeira reunião, o LEG teve uma discussão aprofundada com o GEF e algumas de suas agências de implementação (PNUD, PNUMA, FAO, BDA). A interação proporcionou a oportunidade de identificar as questões emergentes e recomendações em relação ao acesso das Partes PMD aos recursos do LDCF, inclusive o seguinte:³⁸

- É importante demonstrar claramente a vantagem de financiar um determinado projeto e do impacto positivo que terá na redução da vulnerabilidade

³³ Relatório da vigésima-segunda reunião do LEG (FCCC/SBI/2012/27).

³⁴ GEF. 2011. Accessing Resources under the Least Developed Countries Fund. p.12. Disponível em <<http://www.thegef.org/gef/node/4433>> e GEF. 2010. Streamlining the Project Cycle and Refining the Programmatic Approach (GEF/C.38/5/Rev.1). págs. 6a 9. Disponível em <<http://www.thegef.org/gef/node/3225>>.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Documento de programa do GEF, *From projects to programs: clarifying the programmatic approach in the GEF portfolio*, GEF/C.33/C, março de 2008.

³⁷ <<http://www.thegef.org/gef/pubs/sahel-and-west-africa-program-support-great-green-wall-initiative>>.

³⁸ Relatório da vigésima-primeira reunião do LEG (FCCC/SBI/2011/7), disponível em <<http://unfccc.int/resource/docs/2012/sbi/eng/07.pdf>>.

com vistas a desenvolver uma justificativa para o projeto. Essa justificativa fica mais forte quando se argumenta em favor da avaliação de vulnerabilidade e adaptação com base nos trabalhos já existentes, como os PANAs, comunicações nacionais, avaliações de necessidades tecnológicas, relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e uma análise multicritérios;

- É importante elaborar uma estrutura de resultados estratégicos em uma etapa inicial do projeto (ou seja, durante a fase de proposta de projeto/PIF) a fim de ter uma ideia clara do roteiro para a implementação;
- Os projetos devem ser desenvolvidos com base em uma referência sólida com indicadores inteligentes e um plano completo para o monitoramento e a avaliação de projetos do PANA. A literatura existente pode ser usada para avaliar a relação custo-benefício das opções propostas. Paralelamente a isso, as comunidades nacionais e internacionais poderiam trabalhar no sentido de fornecer um mecanismo para medir a eficácia de medidas de adaptação. Quando não é possível dispor de uma avaliação quantitativa das opções, a avaliação pode ser ao menos qualitativa. Os resultados, tanto os bons como os ruins, devem ser bem documentados, arquivados e compartilhados;
- Vale a pena fazer um balanço das atividades em andamento e basear-se nas lições aprendidas em cada fase da implementação;
- Os projetos se beneficiam de consultas aprofundadas com as partes interessadas competentes durante as fases de elaboração e implementação. A interação com as partes interessadas deve ser documentada, e oportunidades devem ser oferecidas para elas validarem cada etapa importante da implementação;
- A forte interação entre as agências do GEF que atuam no país também contribui para o aprimoramento da execução do projeto;
- É importante assegurar que as funções das partes interessadas sejam esclarecidas no início, e que todos os setores relevantes participem de todas as etapas por intermédio de um ponto focal.

Além disso, há a necessidade de viabilizar a adaptação no médio e longo prazos, sobretudo como parte do processo do NAP. Há, também, a necessidade de investimentos inovadores em outras áreas importantes, como marcos legislativos, mecanismos de coordenação nacionais e subnacionais, defesa de causa, mecanismos financeiros nacionais e cooperação.

3.2.9 ABORDAGENS PROGRAMÁTICAS: FERRAMENTAS PARA EQUACIONAR NECESSIDADES DE ADAPTAÇÃO NO MÉDIO E LONGO PRAZOS

Lições aprendidas: Uma abordagem programática é amplamente defendida como mais eficaz do que as abordagens baseadas em projeto, mas quase não há casos de sucesso na sua aplicação nos PANAs. A abordagem programática parece ter muito valor na fase de concepção, pois favorece a integração, inclusive de atividades às ações setoriais e nacionais. A escolha de uma abordagem programática deve se basear inteiramente nos benefícios, sobretudo já que a fase de implementação dessa abordagem pode ser complicada, por vezes exigindo a manipulação de complexas linhas operacionais (várias agências, acesso a diferentes janelas de financiamento com diferentes requisitos de prestação de contas e complexos fluxos de fundos).

De modo geral, até o momento os PMDs priorizaram projetos que os ajudam a lidar com a variabilidade climática atual e a ocorrência de intempéries, além de capacitação e divulgação de informações. Na maioria dos casos, esses projetos são de curto prazo. Essa especificidade dos projetos do PANA decorre de diretrizes formuladas há 10 anos, que guiaram os países na elaboração de projetos como uma forma de implementar os PANAs, e daquelas que contemplam necessidades de adaptação urgentes e imediatas. Uma abordagem baseada em projetos geralmente é útil para lidar com as necessidades urgentes.

Uganda tentou agregar suas necessidades urgentes de diferentes setores e áreas em um conjunto coordenado de atividades que se enquadrariam em uma área genérica chamada de “programa”. Uganda tentou isso por meio da compactação e fusão de suas prioridades do PANA. O país queria minimizar custos fixos e maximizar os benefícios para as comunidades vulneráveis visadas. Embora a abordagem programática de Uganda para a implementação do PANA tenha atraído o interesse de uma série de organizações, não obteve êxito no acesso a recursos do LDCF. A experiência de Uganda mostra que há pelo menos três razões para o desafio enfrentado pelos países na elaboração de um programa no âmbito do LDCF para a implementação de PANAs. Primeiro, um programa não é a melhor ferramenta para equacionar as necessidades imediatas e urgentes de um país visto que leva tempo para desenvolver um programa maduro. Em segundo lugar, o GEF apoia programas amplos que “visam alcançar impactos de grande escala sobre o meio ambiente

global³⁹. Até o momento, dois programas regionais foram desenvolvidos no âmbito do LDCF: os programas do Sahel e da África Ocidental em apoio à Iniciativa Grande Muralha Verde⁴⁰ (custos totais do programa: US\$ 1,9 bilhão, inclusive US\$ 101 milhões do LDCF e do Fundo Especial para a Mudança do Clima (SCCF)); e um programa de sistema de alerta precoce em nove países subsaarianos que está em fase de elaboração (custos totais do programa: US\$ 33,4 milhões, inclusive US\$ 8 milhões do LDCF e do SCCF). A terceira razão diz respeito ao número limitado de agências do GEF com capacidade para auxiliar os PMDs na elaboração de um programa.

Várias lições podem ser extraídas de abordagens programáticas ou programas com referência limitada à mudança do clima, como programas criados para viabilizar abordagens setoriais, como, por exemplo, um programa nacional de investimento na agricultura e na segurança alimentar, ou um programa florestal nacional ou programas formulados no nível global, como o programa GCCA da UE ou a Iniciativa Grande Muralha Verde. Contudo, a adoção de uma abordagem programática está relacionada ao contexto: Em alguns casos, pode ter implicações muito específicas, ao passo que, em outros casos, a abordagem pode ser vaga, fazendo mera referência a um certo grau de integração ou uma combinação de ideias/objetivos/metasp oriundas de diferentes setores.

Algumas práticas interessantes relacionadas a abordagens programáticas podem ser apreendidas de programas setoriais nacionais, como o Programa Florestal Nacional da Tanzânia. A Política Nacional de Meio Ambiente da Tanzânia (NEP) identifica a degradação do solo, a perda de habitat da fauna silvestre e da biodiversidade, a deterioração de ecossistemas e o desmatamento como problemas ambientais preponderantes que exigem intervenção urgente. Os impactos da pobreza e da mudança do clima tendem a agravar ainda mais esses problemas, aumentando assim a vulnerabilidade de comunidades urbanas e rurais, bem como a vulnerabilidade de recursos naturais e do meio ambiente que sustenta os meios de subsistência das pessoas. Um Programa Conjunto sobre Energia e Meio Ambiente (JP11) foi elaborado pelo governo em colaboração com agências da ONU que atuam na Tanzânia sob os auspícios da iniciativa “Delivering as One” da ONU. Os principais resultados desse programa são os seguintes:

- Resultado 1 - O Gabinete do Vice-Presidente e o Gabinete do Primeiro-Ministro e a Administração Regional e Governo Municipal são capazes de oferecer liderança coordenada.

Além disso, programas e atividades nacionais essenciais de meio ambiente foram implementados.

- Resultado 2 - Os principais setores (energia, recursos hídricos, recursos naturais e turismo, agricultura, pecuária e pesca) são capazes de integrar a sustentabilidade ambiental e a mudança do clima às suas políticas, estratégias, programas e planos.
- Resultado 3 - Planos e orçamentos que atendam às prioridades ambientais locais e se integram a programas nacionais de manejo ambiental são implementados.
- Resultado 4 - O financiamento do manejo ambiental proveniente de mecanismos internacionais de financiamento ambiental e projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) foram adotados.

O programa nacional de investimento do Togo para a agricultura e recursos alimentícios oferece outro bom exemplo de abordagem programática. O programa é composto por cinco subprogramas relativos a agricultura, pecuária, pesca, pesquisa e assessoria em agricultura, além do fortalecimento da coordenação setorial. A coordenação estratégica do programa é assegurada por um comitê gestor interministerial presidido pelo Ministro da Agricultura. É composto por outros ministros, representantes de agricultores, sociedade civil, setor privado e parceiros para o desenvolvimento. A coordenação técnica é prestada pelo comitê técnico. As partes interessadas pertinentes são capazes de se envolver ativamente no programa tendo em vista que procedimentos codificados e diretrizes foram elaborados para nortear o processo em termos de gestão administrativa e financeira e monitoramento e avaliação. O programa visa assegurar, entre outros aspectos, a harmonização do apoio dos parceiros ao plano nacional de investimento na agricultura e na segurança alimentar.

Apesar de ser polimórfico, um programa pode ser uma importante ferramenta operacional dentro do ciclo de planejamento, pois pode facilitar a implementação de estratégias por meio da estruturação eficaz das atividades. Um programa oferece diversas vantagens, inclusive a oportunidade de melhorar o controle do país e fortalecer os marcos institucionais. Outras vantagens incluem a capacidade de ampliação de esforços de adaptação, apoio à criação de uma abordagem coerente para integrar a mudança do clima nos níveis regulatório e de formulação de políticas, melhorar a relação custo-benefício

³⁹ Accessing resources under the LDCF, maio de 2011, disponível em <<http://www.thegef.org/gef/node/4433>>.

⁴⁰ <<http://www.thegef.org/gef/pubs/sahel-and-west-africa-program-support-great-green-wall-initiative>>.

aprimorando o alinhamento de recursos, bem como a harmonização dos parceiros financeiros e técnicos. Ademais, um programa pode facilitar a consideração de uma questão específica de desenvolvimento em um nível superior, permitindo a participação contínua de várias partes interessadas durante o ciclo de vida do programa e também posteriormente. Isso pode gerar um ganho de eficiência em termos de gestão administrativa.

Embora os programas possam ter diferenças, eles apresentam vários pontos comuns. As principais características de um programa são as seguintes:⁴¹

- Uma visão estratégica fundamental que consolide aspirações de médio e longo prazo e que seja a principal força motriz do processo;
- O objetivo da satisfação de objetivos específicos, de forma coordenada e utilizando recursos de forma mais eficaz;
- Estruturas institucionais exclusivas, compostas de apoio gerencial, diretor e técnico competente. Essas estruturas institucionais contribuem para assegurar o controle da implementação do programa por parte do governo;
- Uma abrangência mais ampla que o âmbito do projeto em termos de questões abordadas e/ou setores envolvidos e/ou áreas contempladas;
- Objetivos, resultados e indicadores gerais pertinentes que sejam compreensíveis e expressivos;
- Elos entre componentes de programas que oferecem oportunidades de sinergia. Quanto melhor a coordenação do programa e, portanto, o compartilhamento de informações, mais sinergia e benefícios de longo prazo poderão ser alcançados;
- Capacidade de assumir diferentes formas. Um programa pode incluir apenas um ou vários produtos, ou incluir uma combinação de atividades de apoio contínuo e atividades novas e adicionais.

Os programas podem ser muito úteis para as iniciativas de adaptação de médio e longo prazo, como o processo do NAP, visto que a adaptação de médio e longo prazo exige abordagens programáticas mais abrangentes que possam ser utilizadas, por exemplo, como uma ferramenta na priorização de opções de adaptação e na formulação de uma estratégia de implementação.

3.2.10 ADOÇÃO DE ABORDAGENS SETORIAIS NO NÍVEL REGIONAL

Melhores práticas: A liderança, o alinhamento de estruturas institucionais com mecanismos de coordenação regional existentes e o esforço contínuo de partes interessadas pertinentes podem garantir o sucesso de uma abordagem setorial no nível regional.

Lições aprendidas: Uma abordagem setorial no nível regional pode facilitar o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre os países na elaboração de planos de adaptação.

O fortalecimento de sinergias por meio da cooperação regional provavelmente é o passo mais adequado para a cooperação internacional em que os países costumam sentir um grande controle das organizações regionais e lealdade perante a elas. O argumento em favor da coordenação regional adquire força máxima para a produção e gestão de questões regionais de bens públicos e recursos naturais compartilhados.

Um exemplo de cooperação regional visando uma resposta setorial para a adaptação à mudança do clima é a cooperação da OMS e de sua iniciativa pan-africana.

A OMS oferece liderança da seguinte forma: a Primeira Conferência Interministerial sobre Saúde e Meio Ambiente na África foi realizada em Libreville, Gabão, em agosto de 2008.⁴² Nessa Conferência, os ministros africanos da saúde e do meio ambiente exploraram as interrelações entre seus setores. Em sua declaração conjunta,⁴³ prometeram que seus países estabeleceriam uma aliança estratégica entre os setores de saúde e meio ambiente, chamada de Aliança Estratégica entre Saúde e Meio Ambiente (HESA), com o intuito de coordenar ações dos setores da saúde e do meio ambiente no âmbito dos processos de planejamento do desenvolvimento e utilizar

⁴¹ 1. Relatório da vigésima reunião do LEG (FCCC/SBI/2011/11, parágrafos 21 a 26), disponível em <http://unfccc.int/documentation/documents/advanced_search/items/6911>.

2. Apresentação da OCDE de Shardul Agrawala, 2009, disponível em <<http://www.oecd.org/dataoecd/32/28/42356119.pdf>>.

3. Söderlund, J. (2004) "On the broadening scope of the research on projects: a review and a model for analysis", *International Journal of Project Management* 22 págs. 665-667. Citação do documento AESOP, *Towards a programmatic planning approach in Dutch infrastructure planning? Lessons learned from a Dutch air quality programme*, disponível em <<http://www.rug.nl/frw/onderzoek/duurzameWegen/TowardsAProgrammaticPlanningApproachInDutchInfrastructurePlanning.pdf>>.

⁴² <<http://www.unep.org/health-env/>>.

⁴³ <<http://www.unep.org/health-env/pdfs/libreville-declaration-eng.pdf>>.

eficazmente os elos entre saúde e meio ambiente para proteger e promover a saúde pública e a integridade dos ecossistemas. Essa Aliança visa, também, integrar a ameaça da mudança do clima aos esforços para a saúde humana, além de melhorar a colaboração entre os diferentes setores e partes interessadas.

Os ministros da saúde e os ministros do meio ambiente voltaram a se reunir em Luanda, Angola, em novembro de 2010. Nesta segunda conferência interministerial, adotaram uma declaração conjunta sobre a mudança do clima, que serve de política base para a elaboração do “Marco de Adaptação da Saúde Pública à Mudança do Clima na Região Africana”.⁴⁴ O marco foi aprovado pelos ministros da saúde por ocasião da 61ª sessão de seu Comitê Regional (Resolução AFR/RC61/R2), e também foi aprovado pelos ministros do meio ambiente (Decisão do AMCEN SS4/1). A partir das decisões acima, os ministros da saúde e os ministros do meio ambiente solicitaram e apoiaram a criação do Programa Pan-Africano de Adaptação da Saúde Pública à Mudança do Clima (PPHA).

O Plano Setorial de Ação da Saúde para a Adaptação da Saúde Pública à Mudança do Clima na África 2012-2016⁴⁵ agora está disponível como o primeiro grande resultado do processo da HESA. O PPHA é o primeiro plano de ação setorial e continental claro para a adaptação à mudança do clima que trata de modo abrangente das questões de saúde. O PPHA adota uma abordagem altamente setorial para a adaptação, com um foco nos setores de saúde pública e meio ambiente. Os objetivos do PPHA são os seguintes:

- Identificar os riscos à saúde relacionados à mudança do clima nos países.
- Aprimorar as capacidades nacionais dos sistemas de saúde para que possam enfrentar as ameaças da mudança do clima para a saúde;
- Facilitar a implementação de intervenções nos setores de saúde pública e meio ambiente com vistas a gerenciar riscos urgentes e de longo prazo para a saúde;
- Facilitar a pesquisa sobre as necessidades de adaptação e possíveis soluções no setor da saúde;
- Facilitar a adaptação em outros setores por meio do compartilhamento de lições aprendidas e experiências em diferentes países.

Uma série de medidas positivas pode ser identificada no processo da HESA ligada à sua implementação como um plano setorial, em que os problemas são abordados em diferentes níveis. O processo da HESA visa aperfeiçoar a coordenação regional e interministerial para a mudança

do clima por meio da integração e harmonização de declarações de políticas entre os ministros de meio ambiente e da saúde da África. Além disso, visa fortalecer as capacidades nacionais de adaptação aos impactos da mudança do clima com uma abordagem holística que permita uma avaliação abrangente das necessidades de capacidade e lacunas e de formas de resolvê-las. Os esforços acima têm o respaldo da utilização do melhor conhecimento científico disponível. Os níveis vão desde a formulação de políticas regionais (União Africana/ Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente/ Ministros Africanos de Saúde) até o nível nacional.

Portanto, o PPHA oferece uma resposta de adaptação no setor de saúde pública de caráter científico, coordenado e baseada em evidências, a fim de minimizar os efeitos adversos da mudança do clima sobre a saúde pública na África. Seu foco são os países africanos em desenvolvimento, porém, em termos de PMDs, também leva em consideração o fato de que poucos países priorizaram a saúde no processo do PANA.

Fortes laços com estruturas institucionais nacionais de saúde ajudam a assegurar a vinculação do processo de planejamento a objetivos nacionais, com a participação dos ministérios da saúde e do meio ambiente nos países. Já existe na maioria dos LCDs africanos um novo grupo de equipes multidisciplinares e multisectoriais de especialistas em âmbito nacional dedicadas a questões de meio ambiente e saúde, conhecidas como as Equipes de Tarefas de País para questões de saúde e meio ambiente, inclusive a mudança do clima. Essas equipes agora são as novas forças motrizes que se dedicam, entre outras coisas, à formulação da resposta nacional para a adaptação da saúde pública à mudança do clima. O processo é apoiado pela Equipe de Trabalho Conjunto (JTT). A JTT é composta por representantes da OMS, PNUMA, Banco Africano de Desenvolvimento e outras instituições. A JTT atua como o secretariado da HESA no nível internacional.

O processo da OMS-HESA tem foco setorial, mas é uma iniciativa regional. Eis algumas das lições que podem ser aprendidas:

- Setores como saúde, agricultura, turismo, energia, transportes, etc. podem se beneficiar da interrelação com o setor de meio ambiente

⁴⁴ OMS (2011) – Framework for Public Health Adaptation to Climate Change in the African Region. Document AFR/RC61/10. Organização Mundial da Saúde, Escritório Regional para a África, Brazzaville.

⁴⁵ OMS (2012) – Adaptation of Climate Change in Africa: The Health Sector’s Plan of Action (2012-2016). Organização Mundial da Saúde, Escritório Regional para a África, Brazzaville.

quando da implementação dos processos, para que especialistas de ambas as áreas possam subsidiar o processo;

- A minimização da concorrência entre os ministérios e a promoção da coordenação e articulação é importante para uma questão transversal como a adaptação;
- Um setor pode desenvolver resiliência contra os impactos da mudança do clima a partir de uma sólida base científica e de pesquisa;
- Abordagens setoriais regionais podem ser eficazes para evitar a duplicação de esforços e assegurar que as lições sejam compartilhadas entre os países que enfrentam riscos semelhantes;
- Contar com o firme apoio de ministérios é importante, assim como processos no nível nacional em uma base política sólida;
- A existência de um conjunto sólido de organizações parceiras de diferentes esferas pode ser útil no embasamento do processo;
- Diferentes componentes de planejamento e implementação podem ser empreendidos por meio dos ministérios, no nível setorial. Por exemplo: a avaliação de necessidades e os planos de ação;
- A difusão e o compartilhamento de informações entre os países membros é importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese das atividades relacionadas à adaptação em diferentes PMDs e a compilação das melhores práticas e lições aprendidas mostram que os PMDs envidaram um grande esforço para tornar-se mais resistentes aos efeitos adversos da mudança do clima. Suas experiências abrangem um bom avanço na conscientização, desenvolvimento de capacidade técnica e criação de estruturas institucionais para a adaptação. Também apontam para a necessidade de aprofundamento do trabalho e apoio em áreas como a integração da adaptação a atividades para o desenvolvimento, a coordenação de estruturas institucionais nacionais e parceiros externos, e a continuidade dos processos iniciados. O aproveitamento dessas lições e a consolidação das melhores práticas existentes serão úteis para os PMDs à medida que dão continuidade à implementação de seus PANAs e avançam no sentido de resolver a adaptação no médio e longo prazo.

ANEXOS

4.1 SITUAÇÃO DA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNDO DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

Tabela 1: Situação da elaboração e implementação do PANA, em 31 de dezembro de 2012

País	Submissão do PANA	Situação dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Aprovação do Diretor Executivo
Afganistão	Setembro de 2009	Projeto Nº 1: Desenvolvimento da capacidade de adaptação e resiliência à mudança do clima no Afeganistão	Fevereiro de 2010	Outubro de 2012
Angola	Dezembro de 2012	-	-	-
Bangladesh	Novembro de 2005	Projeto Nº 1: Adaptação da comunidade à mudança do clima por meio do florestamento costeiro	Abril de 2007	Dezembro de 2008
		Projeto Nº 2: Integração da adaptação comunitária a programas de florestamento e reflorestamento em Bangladesh	Novembro de 2011	-
Benin	Janeiro de 2008	Projeto Nº 1: Programa de adaptação integrado para combater os efeitos da mudança do clima na produção agrícola e segurança alimentar do Benin	Junho de 2008	Janeiro de 2010
		Projeto Nº 2: Fortalecimento da coleta de informações sobre o clima e sistemas de alerta precoce na África Ocidental e Central visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima	Mai de 2012	-
Butão	Maio de 2006	Projeto Nº 1: Redução dos riscos e vulnerabilidades induzidos pela mudança do clima a partir de trombas d'água em lagos glaciais nos vales de Punhakha-Wangdi e Chamkhar	Agosto de 2007	Março de 2008
		Projeto Nº 2: Abordagem do risco de catástrofes induzidas pelo clima através da melhoria da capacidade nacional e local para a tomada de medidas eficazes	Mai de 2012	-
Burkina Faso	Dezembro de 2007	Projeto Nº 1: Fortalecimento das capacidades de adaptação e redução da vulnerabilidade à mudança do clima em Burkina Faso	Agosto de 2008	Abril de 2009
		Projeto Nº 2: Redução da vulnerabilidade de meios de subsistência dependentes de recursos naturais em duas paisagens em risco dos efeitos da mudança do clima em Burkina Faso: Corredor da floresta de Boucles du Mouhoun e Bacia das áreas úmidas de Mare d'Oursi	Abril de 2012	-
		Projeto Nº 3: Fortalecimento da coleta de informações sobre o clima e sistemas de alerta precoce na África Ocidental e Central visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima	Mai de 2012	-
		Projeto Nº 4: Integração da resiliência ao clima à produção agropecuária ou à segurança alimentar em áreas rurais vulneráveis por meio da abordagem da Escola de Campo para Agricultores	Julho de 2012	-
Burundi	Fevereiro de 2007	Projeto Nº 1: Melhoria da gestão do risco e adaptação ao clima em Burundi	Abril de 2010	-
		Projeto Nº 2: Gestão comunitária do risco de catástrofes	Junho de 2012	-

País	Submissão do PANA	Situação dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Aprovação do Diretor Executivo
Camboja	Março de 2007	Projeto Nº 1: Promoção do manejo hídrico e de práticas agrícolas resistentes com base na capacitação na zona rural do Camboja	Maio de 2007	Abril de 2009
		Projeto Nº 2: Avaliação da vulnerabilidade e programa de adaptação à mudança do clima na zona costeira do Camboja considerando melhorias nos meios de subsistência e os ecossistemas.	Janeiro de 2010	-
		Projeto Nº 3: Fortalecimento da capacidade adaptativa e resiliência das comunidades rurais por meio de abordagens de microbacias hidrográficas para a mudança e variabilidade do clima visando alcançar segurança alimentar sustentável	Agosto de 2011	
Cabo Verde*	Dezembro de 2007	Projeto Nº 1: Desenvolvimento da capacidade de adaptação e resiliência à mudança do clima no setor de recursos hídricos de Cabo Verde	Dezembro de 2009	Setembro de 2009
República da África Central	Junho de 2008	Projeto Nº 1: Programa integrado de adaptação para combater os efeitos da mudança do clima na produção agrícola e segurança alimentar	Setembro de 2010	-
Chade	Fevereiro de 2010	Projeto Nº 1: Fortalecimento da capacidade de adaptação das instituições nacionais e comunidades rurais para lidar com os impactos da mudança do clima sobre os setores agrícola e de recursos hídricos da República do Chade	Dezembro de 2010 <i>Projeto está sendo revisto para ser alinhado à Iniciativa Grande Muralha Verde</i>	-
Comoros	Novembro de 2006	Projeto Nº 1: Adaptação do manejo de recursos hídricos em Comores para aumentar a capacidade de enfrentamento da mudança do clima	Dezembro de 2008	Agosto de 2010
República Democrática do Congo	Setembro de 2006	Projeto Nº 1: Desenvolvimento da capacidade do setor agrícola na República Democrática do Congo para planejar e responder às ameaças adicionais decorrentes da mudança do clima para a produção e segurança alimentar	Julho de 2008	Janeiro de 2010
Djibuti	Outubro de 2006	Projeto Nº 1: Implementação de intervenções prioritárias do PANA para aumentar a resiliência nas zonas costeiras de maior vulnerabilidade no Djibuti	Junho de 2007	Maio de 2010
		Projeto Nº 2: Implementação de tecnologias de adaptação em ecossistemas frágeis das planícies centrais do Djibuti	Maio de 2012	-
Eritreia	Maio de 2007	Projeto Nº 1: Integração dos riscos da mudança do clima ao manejo comunitário do gado na baixada noroeste da Eritreia	Maio de 2007	Aprovado em agosto de 2009, mas cancelado em junho de 2010
Etiópia	Junho de 2008	Projeto Nº 1: Promoção da adaptação autônoma no nível comunitário na Etiópia	Fevereiro de 2010	Dezembro de 2011
Gâmbia	Janeiro de 2008	Projeto Nº 1: Fortalecimento dos sistemas de alerta precoce de Gâmbia contra a vulnerabilidade à mudança do clima	Julho de 2008	Março de 2011
		Projeto Nº 2: Fortalecimento dos serviços climáticos e sistemas de alerta precoce em Gâmbia visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima - 2ª fase do projeto de alerta precoce do GOTG/GEF/PNUMA/ LDCF do PANA	Agosto de 2012	-

País	Submissão do PANA	Situação dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Aprovação do Diretor Executivo
Guiné	Julho de 2007	Projeto Nº 1: Aumento da resiliência e adaptação aos impactos adversos da mudança do clima nas zonas costeiras vulneráveis da Guiné	Junho de 2008	Outubro de 2010
		Projeto Nº 2: Fortalecimento da resiliência dos meios de subsistência de comunidades agrícolas contra a mudança do clima nas cidades guineenses de Gaoual, Koundara e Mali	Dezembro de 2011	-
Guiné-Bissau	Fevereiro de 2008	Projeto Nº 1: Desenvolvimento da resiliência e capacidade de adaptação à mudança do clima nos setores de agricultura e recursos hídricos de Guiné-Bissau	Junho de 2009	Dezembro de 2010
Haiti	Dezembro de 2006	Projeto Nº 1: Fortalecimento das capacidades de adaptação para enfrentar as ameaças da mudança do clima relativamente a estratégias de desenvolvimento sustentável para as comunidades costeiras do Haiti	Agosto de 2008	Dezembro de 2010
		Projeto Nº 2: Fortalecimento da resiliência ao clima e redução do risco de desastres na agricultura a fim de aprimorar a segurança alimentar no Haiti pós-terremoto	Fevereiro de 2010	Março de 2012
Kiribati	Janeiro de 2007	Projeto Nº 1: Aumento da resiliência à variabilidade e a riscos do clima	Agosto de 2009	Agosto de 2011
República Democrática Popular do Laos	Maio de 2009	Projeto Nº 1: Melhoria da resiliência do setor agrícola na RDP do Laos aos impactos da mudança do clima	Agosto de 2009	Novembro de 2010
		Projeto Nº 2: Governança eficaz da infraestrutura rural de pequena escala e prontidão para desastres em um contexto de mudança do clima	Julho de 2011	-
Lesoto	Junho de 2007	Projeto Nº 1: Melhoria do sistema de alerta precoce para reduzir os impactos da mudança do clima e capacitação para integrar a mudança do clima ao desenvolvimento	Novembro de 2008	Junho de 2011
		Projeto Nº 2: Adaptação da produção agrícola de pequena escala	Outubro de 2011	-
Libéria	Julho de 2007	Projeto Nº 1: Aumentar a resiliência de áreas costeiras vulneráveis aos riscos da mudança do clima na Libéria	Fevereiro de 2009	Junho de 2010
		Projeto Nº 2: Aumento da resiliência à mudança do clima por meio da integração das preocupações de adaptação ao desenvolvimento do setor agrícola na Libéria	Junho de 2010	Outubro de 2011-
		Projeto Nº 3: Fortalecimento da capacidade da Libéria de fornecer informações sobre o clima e serviços a fim de melhorar o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima	-	-
Madagáscar	Dezembro de 2006	Projeto Nº 1: Adaptação do manejo da zona costeira à mudança do clima em Madagáscar considerando a melhoria de ecossistemas e dos meios de subsistência	-	-
Maláui	Março de 2006	Projeto Nº 1: Adaptação ao clima para meios de subsistência rurais e agricultura (CARLA)	Abril de 2007	Outubro de 2010
		Projeto Nº 2: Blindagem das conquistas de desenvolvimento locais contra o clima nas áreas rurais e urbanas dos distritos de Machinga e Mangochi	Fevereiro de 2012	
Maldivas	Março de 2008	Projeto Nº 1: Integração dos riscos da mudança do clima ao programa de desenvolvimento da segurança das Ilhas Maldivas	Novembro de 2008	Novembro de 2009

País	Submissão do PANA	Situação dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Aprovação do Diretor Executivo
Mali	Dezembro de 2007	Projeto Nº 1: Melhoria da capacidade de adaptação e resiliência no setor agrícola do Mali	Setembro de 2008	Março de 2010
		Projeto Nº 2: Integração da resiliência ao clima na produção agrícola visando a segurança alimentar em áreas rurais do Mali	Abril de 2009	Abril de 2011
		Projeto Nº 3: Fortalecimento da resiliência à mudança do clima por meio do manejo agropastoril integrado na zona do Sahel no quadro da abordagem de manejo sustentável da terra	Novembro de 2012	-
		Projeto Nº 4: Fortalecimento da resiliência de grupos de mulheres produtoras e comunidades vulneráveis	Novembro de 2012	-
Mauritânia	Novembro de 2004	Projeto Nº 1: Apoio à adaptação de sistemas de produção agrícola vulneráveis na Mauritânia	Fevereiro de 2009	Junho de 2011
		Projeto Nº 2: Melhoria da resiliência ao clima de investimentos no setor de recursos hídricos com atividades de adaptação ao clima apropriadas para recursos pastoris e florestais no sul da Mauritânia	Outubro de 2012	-
Moçambique	Julho de 2008	Projeto Nº 1: Adaptação na zona costeira de Moçambique	-	Dezembro de 2011
Mianmá	Ainda não submetido	-	-	-
Nepal	Novembro de 2010	Projeto Nº 1: Projeto de redução do risco de inundações e de ruptura de lagos glaciais	Julho de 2011	-
Níger	Julho de 2006	Projeto Nº 1: Implementação de intervenções prioritárias do PANA para aumentar a resiliência e a capacidade adaptativa do setor agrícola à mudança do clima no Níger	Setembro de 2007	Agosto de 2009
		Projeto Nº 2: Ampliação da adaptação comunitária no Níger	Março de 2012	-
		Projeto Nº 3: Integração da resiliência ao clima à produção agropecuária para a segurança alimentar em áreas rurais vulneráveis por meio da abordagem da Escola de Campo para Agricultores	Junho de 2012	-
Ruanda	Mai de 2007	Projeto Nº 1: Redução da vulnerabilidade à mudança do clima por meio da criação de sistemas de alerta precoce e prontidão para desastres e apoio ao manejo integrado de bacias hidrográficas em áreas sujeitas a inundações	Outubro de 2008	Março de 2010
Samoa	Dezembro de 2005	Projeto Nº 1: Adaptação à mudança do clima integrada em Samoa (ICCAS)	Abril de 2007	Fevereiro de 2009
		Projeto Nº 2: Integração do risco da mudança do clima e resiliência no manejo florestal (ICCRIFS)	Dezembro de 2009	Março de 2011
		Projeto Nº 3: Melhoria da resiliência de comunidades dependentes do turismo aos riscos da mudança do clima	Dezembro de 2011	-
São Tomé e Príncipe	Novembro de 2007	Projeto Nº 1: São Tomé e Príncipe: adaptação à mudança do clima	Mai de 2009	Mai de 2011
		Projeto Nº 2: Fortalecimento da capacidade de adaptação das famílias criadoras de animais mais vulneráveis de São Tomé e Príncipe	Junho de 2010	-
		Projeto Nº 3: Fortalecimento da coleta de informações sobre o clima e sistemas de alerta precoce na África Ocidental e Central visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima	Mai de 2012	-
Senegal	Novembro de 2006	Projeto Nº 1: Projeto de adaptação à mudança do clima nas áreas de manejo de bacias hidrográficas e retenção hídrica	Indisponível	Janeiro de 2012

País	Submissão do PANA	Situação dos projetos submetidos ao LDCF		
		Título do projeto	Primeira submissão do PIF	Aprovação do Diretor Executivo
Serra Leoa	Junho de 2008	Projeto Nº 1: Integração da adaptação à mudança do clima à produção agrícola e segurança alimentar em Serra Leoa	Julho de 2008	Dezembro de 2010
		Projeto Nº 2: Desenvolvimento da capacidade de adaptação para catalisar a participação ativa dos setores público e privado para gerir a exposição e a sensibilidade dos serviços de abastecimento de água à mudança do clima	Dezembro de 2011	-
Ilhas Salomão	Dezembro de 2008	-	-	-
Sudão	Junho de 2007	Projeto Nº 1: Implementação de intervenções prioritárias do PANA para aumentar a resiliência dos setores da agricultura e recursos hídricos aos impactos adversos da mudança do clima	Agosto de 2007	Setembro de 2009
		Projeto Nº 2: Financiamento do risco climático para dotar de sustentabilidade e resiliência ao clima os sistemas agropecuários que dependem das chuvas	Abril de 2012	-
República Unida da Tanzânia	Setembro de 2007	Projeto Nº 1: Desenvolvimento de capacidade básica para a adaptação à mudança do clima em zonas costeiras produtivas da Tanzânia	Setembro de 2009	Dezembro de 2011
Timor-Leste	Setembro de 2011	Projeto Nº 1: Reforço da resiliência da infraestrutura rural de pequena escala e de sistemas municipais à variabilidade e ao risco climático	Setembro de 2011	-
Togo	Setembro de 2009	Projeto Nº 1: Fortalecimento da capacidade de adaptação do setor agrícola à mudança do clima no Togo	Maio de 2010	-
		Projeto Nº 1 (bis): Adaptação da produção agrícola no Togo (ADAPT)	Agosto de 2011	-
Tuvalu	Maio de 2007	Projeto Nº 1: Aumento da resiliência de zonas costeiras e assentamentos comunitários à mudança do clima	Maio de 2008	Novembro de 2009
Uganda	Dezembro de 2007	Projeto Nº 1: Fortalecimento da coleta de informações sobre o clima e de sistemas de alerta precoce na África Oriental e Meridional visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima	Maio de 2012	-
Vanuatu	Dezembro de 2007	Projeto Nº 1: Aumento da resiliência à mudança do clima e a perigos naturais	Setembro de 2008	Setembro de 2012
		Projeto Nº 2: Adaptação à mudança do clima na zona costeira de Vanuatu	Julho de 2012	
lêmen	Abril de 2009	Projeto Nº 1: Manejo integrado de zonas costeiras no lêmen	Abril de 2009	-
Zâmbia	Outubro de 2007	Projeto Nº 1: Adaptação aos efeitos da seca e da mudança do clima nas Zonas agroecológicas 1 e 2 da Zâmbia	Junho de 2008	Dezembro de 2009
		Projeto Nº 2: Fortalecimento da coleta de informações sobre o clima e sistemas de alerta precoce na África Oriental e Meridional visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima	Maio de 2012	-

Siglas: PANAs = programas de ação nacional de adaptação; LDCF = Fundo dos Países Menos Desenvolvidos; PIF = Formulário de Identificação de Projeto; CEO = Diretor Executivo (do GEF)

Fonte: Portal dos PMDs da CQNUMC <<http://www.unfccc.int/ldc>>.

4.2 PROJETOS DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS FINANCIADOS PELO FUNDO DE ADAPTAÇÃO

Tabela 2: Projetos financiados de PMDs no âmbito do Fundo de Adaptação, 30 de setembro de 2012

País	Título do projeto	Montante aprovado (US\$)	Entidade de implementação	Data da aprovação
Camboja	Melhoria da resiliência ao clima de comunidades rurais residentes em áreas protegidas do Camboja	4.954	PNUMA	Junho de 2012
Djibuti	Criação de hortas agropastoris como estratégia de adaptação para comunidades rurais carentes no Djibuti	4.659	PNUD	Junho de 2012
Mauritânia	Melhoria da resiliência das comunidades aos efeitos adversos da mudança do clima na segurança alimentar da Mauritânia	7.803	PAM	Junho de 2012
Tanzânia	Implementação de medidas de adaptação concretas para reduzir a vulnerabilidade da subsistência e da economia de comunidades costeiras da Tanzânia	5.008	PNUMA	Dezembro de 2011
Samoa	Aumento da resiliência das comunidades costeiras de Samoa à mudança do clima	8.732	PNUD	Dezembro de 2011
Madagáscar	Promoção da resiliência ao clima no setor de cultivo de arroz	5.105	PNUMA	Dezembro de 2011
Eritreia	Programa de adaptação à mudança do clima em recursos hídricos e agricultura na região do Anseba	6.521	PNUD	Março de 2011
Ilhas Salomão	Melhoria da resiliência das comunidades das Ilhas Salomão aos efeitos adversos da mudança do clima na agricultura e segurança alimentar	5.534	PNUD	Março de 2011
Senegal	Adaptação à erosão costeira em áreas vulneráveis	8.619	Entidade nacional de implementação: Centre de Suivi Ecologique	Setembro de 2010

Siglas: PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; PNUMA = Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; PAM = Programa Alimentar Mundial.

Fonte: Fundo de Adaptação <https://www.adaptation-fund.org/funded_projects>.

4.3 SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS NO PROGRAMA-PILOTO PARA A RESILIÊNCIA AO CLIMA E NO PROGRAMA DE ADAPTAÇÃO DA ÁFRICA

Tabela 3: Situação da implementação dos PANAs e envolvimento dos PMDs no PPCR e AAP, em 31 de dezembro de 2012

País	Implementação do PANA		Envolvido no PPCR	Envolvido no AAP
	Proposta de projeto submetida	Documento de projeto completo submetido		
Afeganistão	✓✓			
Angola				
Bangladesh	✓	✓	✓	
Benin	✓✓	✓		
Butão	✓✓	✓		
Burkina Faso	✓✓✓✓	✓		✓
Burundi	✓✓			
Camboja	✓✓		✓✓	
República da África Central	✓	✓		
Chade	✓			
Comores	✓	✓		
República Democrática do Congo	✓	✓		
Djibuti	✓✓	✓✓		
Eritreia	✓	✓		
Etiópia	✓			✓
Gâmbia	✓✓	✓		
Guiné	✓	✓		
Guiné-Bissau	✓	✓		
Haiti	✓✓	✓		
Kiribati	✓	✓		
República Democrática Popular do Laos	✓✓	✓✓		
Lesoto	✓	✓		✓
Libéria	✓✓	✓		
Madagáscar	✓			
Malawi	✓✓	✓		✓
Mali	✓✓✓✓	✓✓		
Mauritânia	✓✓	✓		
Moçambique	✓		✓	✓

País	Implementação do PANA		Envolvido no PPCR	Envolvido no AAP
	Proposta de projeto submetida	Documento de projeto completo submetido		
Mianmá				
Nepal	✓✓		✓	
Níger	✓✓✓	✓	✓	✓
Ruanda	✓	✓		✓
Samoa	✓✓	✓✓		
São Tomé e Príncipe	✓✓✓	✓		✓
Senegal	✓	✓		✓
Serra Leoa	✓	✓		
Ilhas Salomão				
Sudão	✓✓	✓		
Timor-Leste	✓			
Togo	✓			
Tuvalu	✓	✓		
Uganda	✓✓			
República Unida da Tanzânia	✓			✓
Vanuatu	✓✓	✓		
Iêmen	✓		✓	
Zâmbia	✓✓	✓	✓	

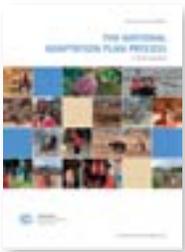
Obs.: Na implementação do PANA, cada marca representa um Formulário de Identificação de Projeto (PIF) ou proposta de projeto submetida. Quando o projeto tiver avançado para a fase de projeto de documento completo, uma marca também foi adicionada na coluna de projeto completo submetido. Por exemplo, um país pode ter dois PIFs e, assim, duas marcas na coluna de proposta de projeto submetida. Se apenas um dos dois PIFs tiver passado à etapa de projeto de documento completa, então haverá uma marca na coluna de projeto completo submetido.

Siglas: AAP = Programa de Adaptação da África, PANA = programa de ação nacional de adaptação, PPCR = Programa-Piloto de Resiliência ao Clima.

Fonte: Fundos de investimento no clima <<https://www.climateinvestmentfunds.org/cif/ppcr>>.
 PNUD-AAP <<http://www.undp-aap.org/>>.
 Portal dos PMDs da CQNUMC <<http://www.unfccc.int/ldc>>.

4.4 PUBLICAÇÕES SELECIONADAS SOBRE ADAPTAÇÃO PELA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

Tabela 4: Publicações da CQNUMC selecionadas sobre adaptação em 2011-2012

Capa	Título e link na Web	Breve anotação
	National adaptation plans – technical guidelines	Estas diretrizes foram escritas pelo LEG. Sua finalidade é fornecer aos países, bem como às organizações que auxiliam os países a abordar a adaptação, orientação técnica para a elaboração de planos nacionais de adaptação.
	The national adaptation plan process – a brief overview	Esta publicação foi elaborada pelo LEG como uma nota informativa de fácil leitura sobre o processo do plano nacional de adaptação (NAP).
	Melhores práticas e lições aprendidas na abordagem à adaptação em países menos desenvolvidos com o processo do programa de ação nacional de adaptação, Volume 1 < http://unfccc.int/essencial_background/library/items/3599 >.	Esta publicação oferece ao LEG uma oportunidade preliminar de compartilhar experiências dos PMDs na abordagem da adaptação com a comunidade internacional mais ampla, na esperança de que forneçam um incentivo para a aprendizagem, bem como para a reprodução, inclusive em grande escala.
	Technical paper 2011: Identification and implementation of medium- and long-term adaptation activities in least developed countries. Technical paper. < http://unfccc.int/resource/docs/2011/tp/07.pdf >.	Este documento técnico consolida as experiências adquiridas na implementação do programa de trabalho dos PMDs, sobretudo na elaboração e implementação de PANAs. Traz um relato de como os elementos da elaboração de PANAs podem ajudar a embasar a adaptação no médio e longo prazos.
	Reducing vulnerability to climate change, climate variability and extremes, land degradation and loss of biodiversity: Environmental and developmental challenges and opportunities. < http://unfccc.int/resource/docs/publications/ldc_reducingvulnerability.pdf >.	Esta publicação foi produzida como parte dos preparativos para a Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os PMDs a fim de fornecer contribuições para o apoio aos PMDs e o progresso alcançado por esses países na redução da vulnerabilidade à mudança do clima, variabilidade climática e intempéries, degradação do solo e perda de biodiversidade durante o período 2001-2010, além de oportunidades futuras.

Capa	Título e link na Web	Breve anotação
	<p>Nairobi work programme on impacts vulnerability and adaptation to climate change: Assessing the costs and benefits of adaptation options an overview of approaches</p> <p><http://unfccc.int/files/adaptation/nairobi_work_programme/knowledge_resources_and_publications/application/pdf/2011_nwp_costs_benefits_adaptation.pdf>.</p>	<p>Esta publicação foi elaborada pelo secretariado da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Baseia-se em um documento técnico de 2009 e uma oficina realizada em 2010 sobre os custos e benefícios das opções de adaptação. A publicação tem como objetivo prestar apoio para a seleção entre várias abordagens possíveis.</p>
	<p>Highlights of the contribution of the Nairobi work programme: Making informed adaptation decisions</p> <p><http://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/11unf051_nwp-was-web[1].pdf>.</p>	<p>Esta publicação destaca a importante contribuição feita pelo programa de trabalho de Nairóbi para promover a adaptação, inclusive as atividades catalisadas no âmbito desse programa de trabalho.</p>
	<p>Nairobi work programme on impacts vulnerability and adaptation to climate change: Climate change and fresh water resources – a synthesis of adaptation actions undertaken by Nairobi work programme partner organizations</p> <p><http://unfccc.int/files/adaptation/nairobi_work_programme/knowledge_resources_and_publications/application/pdf/2011_nwp_costs_benefits_adaptation.pdf>.</p>	<p>Esta publicação é uma síntese das contribuições voluntárias dos 21 parceiros do programa de trabalho de Nairóbi em questões relacionadas a água doce e adaptação à mudança do clima.</p>

Siglas: PANA = programa de ação nacional de adaptação; PMDs = países menos desenvolvidos; LEG = Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos; GEF = Fundo Global para o Meio Ambiente; LDCF = Fundo dos Países Menos Desenvolvidos; PIF = Formulário de Identificação de Projeto; CEO = Diretor Executivo (do GEF); CQNUMC = Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; AWG-LCA = Grupo de Trabalho Ad Hoc para Ação de Cooperação de Longo Prazo no Âmbito da Convenção (AWG-LCA); PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; PNUMA = Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

Outras publicações da CQNUMC sobre adaptação estão disponíveis em <<http://unfccc.int/6110.php>> e <<http://unfccc.int/5136.php>>.

4.5 DOCUMENTOS ESSENCIAIS DO FUNDO DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E PUBLICAÇÕES DO FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE

Tabela 5: Documentos essenciais do LDCF e publicações do GEF

<i>Título</i>	<i>Link na Web</i>
<i>Operational Guidelines for Expedited Funding for the Preparation of National Adaptation Programmes of Action by Least Developed Countries.</i> Abril de 2002	< http://unfccc.int/files/cooperation_and_support/capacity_building/ >
<i>Programming Paper for Funding the Implementation of NAPAs under the LDC Trust Fund.</i> Maio de 2006	< http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/GEF.C.28.18.pdf >.
<i>Comparative Advantages of the GEF Agencies.</i> Junho de 2007 (GEF/C.31/5 rev.1)	< http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/C.31.5%20Executive%20Summary_French.pdf >.
<i>Results-Based Management Framework for Least Developed Countries Fund (LDCF) and Special Climate Change Fund (SCCF).</i> Maio de 2009 (GEF/LDCF.SCCF.6/4)	< http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/LDCF.SCCF_.6.4.Results_based_Management.pdf >.
<i>Implementation of Results-Based Management under the Least Developed Countries Fund and the Special Climate Change Fund.</i> Outubro de 2009 (GEF/LDCF.SCCF.7/4)	< http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/LDCF.SCCF_.7.4_RBM%20implementation%20paper_v.7.pdf >.
<i>Accessing Resources under the Least Developed Countries Fund.</i> Maio de 2010 (GEF/LDCF.SCCF.8/3)	< http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/LDCF%20FRench.pdf >.
<i>Accessing Resources under the Least Developed Countries Fund.</i> Julho de 2011	< http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469_LDCF.pdf >.
<i>Updated Operational Guidelines for the Least Developed Countries Fund (GEF/LDCF.SCCF.13/04)</i>	< http://www.thegef.org/gef/council_document/updated-operational-guidelines-least-developed-countries-fund >.
<i>Support for national adaptation plans (GEF/LDC.SCCF.13/Inf.07/Rev.02)</i>	< http://www.thegef.org/gef/council_document/support-national-adaptation-plans-0 >.

Siglas: PANAs = programas de ação nacional de adaptação; LDC = país menos desenvolvido; GEF = Fundo Global para o Meio Ambiente.

© 2012 Secretariado de Mudança do Clima das Nações Unidas

Todos os direitos reservados

Esta publicação é editada para fins de informação pública e não constitui um texto oficial da Convenção em qualquer acepção jurídica ou técnica. Salvo observação em contrário nas legendas ou imagens, todo o material pode ser reproduzido livremente no todo ou em parte, contanto que a fonte seja citada.

Para obter mais informações, contate:

United Nations Climate Change Secretariat

Martin-Luther-King-Strasse 8

53175 Bonn, Germany

Telefone +49. 228. 815 10 00

Telefax +49. 228. 815 19 99

Os PMDs do secretariado recebem apoio por meio do programa dedicado à adaptação.

Visite o Portal dos PMDs em: <http://www.unfccc.int/ldc>.

ISBN 92-9219-105-5

Fotos:

Página 8 © Peter Prokosch, PNUE/Grida

Página 12 © Lawrence Hislop, PNUE/Grida

Página 14 © Peter Prokosch, PNUE/Grida

Página 22 © Tiffany Hodgson

Página 24 © Governo de Benin

Página 26 © Governo de Benin

Página 28 © Chansok Lay, PNUD Camboja

Página 29 © Chansok Lay, PNUD Camboja

Página 32 © Chansok Lay, PNUD Camboja

Página 33 © Bunly Meas, PANA Projeto de seguimento/PNUD

Página 34 © Curt Carnemark, Banco Mundial

Página 39 © Curt Carnemark, Banco Mundial

Página 40 © Ugan Manandhar, WWF Nepal

Página 43 © Mreedu Gyawali, WWF Nepal
© Ugan Manandhar, WWF Nepal
© Anil Adhikari, WWF Nepal

Página 44 © Arne Hoel, Banco Mundial

Página 47 © Valens Mulindabigwi
© Arne Hoel, Banco Mundial

Página 48 © Ray Witlin, Banco Mundial

Página 50 © Scott Wallace, Banco Mundial

Página 51 © Scott Wallace, Banco Mundial

Página 56 © Arne Hoel, Banco Mundial

Página 59 © Arne Hoel, Banco Mundial

Página 60 © Stacy Jupiter (Marine Photobank), PNUMA/Grida

Página 64 © Lawrence Flint

Página 67 © Lawrence Flint

Página 68 © Lawrence Hislop, PNUE/Grida

Página 99 © Paul Desanker

Página 100 © Paul Desanker

Direção de arte e design: Imprimerie Centrale, Luxemburgo

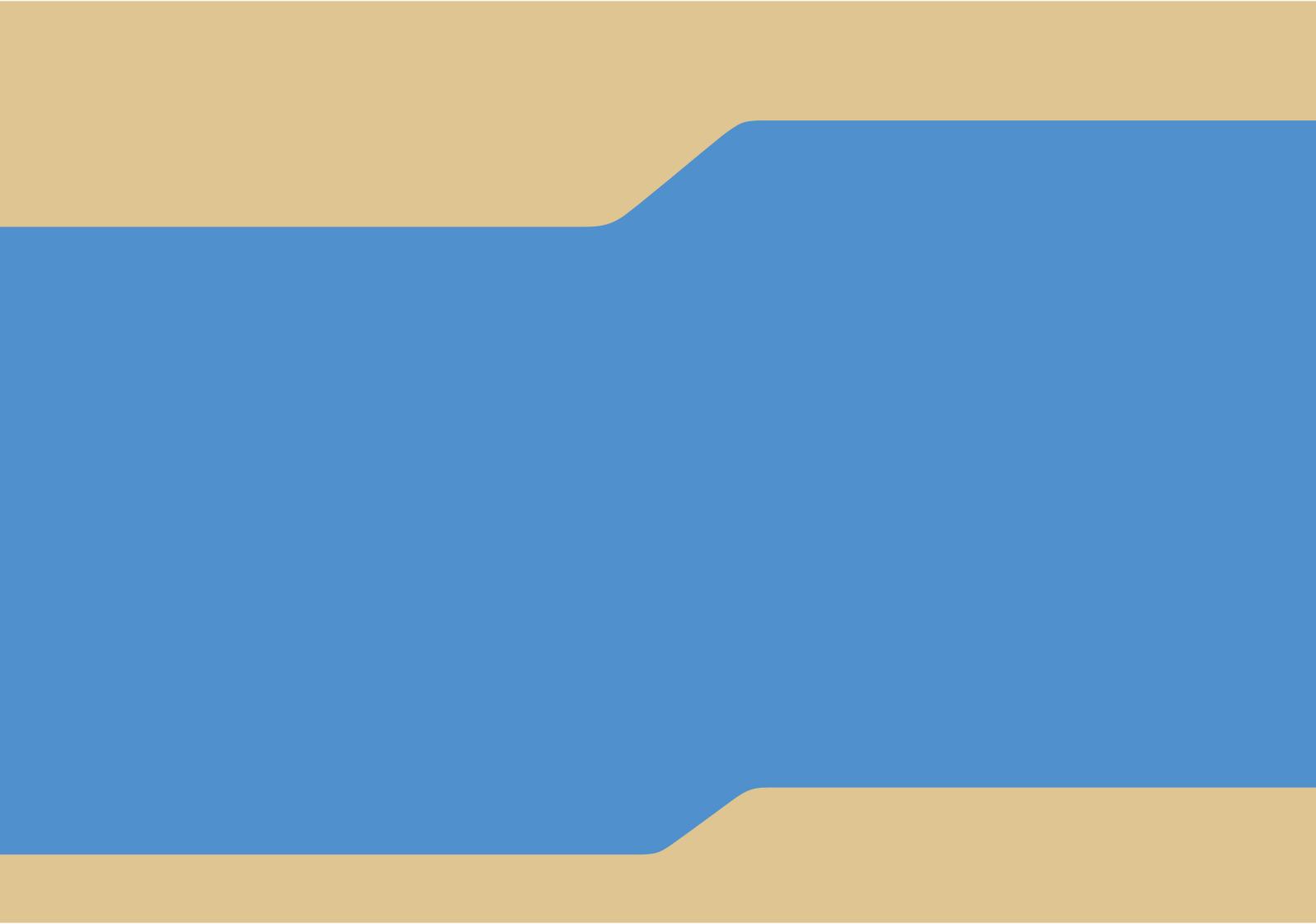
Impressão: Imprimerie Centrale, Luxemburgo

Papel: Papyrus RecyStar Polar*

* Papel reciclado:







volume **2**